

MAIQUEL RÖHRIG

ALEGORIAS DO MUNDO EM SARAMAGO

**PORTO ALEGRE
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ESTUDOS DE LITERATURA
LITERATURA COMPARADA**

ALEGORIAS DO MUNDO EM SARAMAGO

Maiquel Röhrig

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita Terezinha Schmidt

Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2011**

AGRADECIMENTOS

À professora Dr^a. Rita Terezinha Schmidt, pela orientação e paciência.

Às professoras e professores, por tudo que me ensinaram.

Aos amigos e colegas, por existirem.

Ao Jeferson e ao Henrique, por serem meus melhores amigos.

À minha mãe, porque a amo.

À Mônica, por ser tão especial.

RESUMO

Este trabalho de literatura comparada interpreta as obras *Ensaio sobre a cegueira* (1995), *A caverna* (2000) e *Ensaio sobre a lucidez* (2004) a partir de uma perspectiva interdisciplinar sustentada por aproximações intertextuais entre literatura e filosofia. Meu objetivo é analisar como a ficção de Saramago dialoga com a *Alegoria da caverna*, de Platão, ressignificando-a por meio de um deslocamento do idealismo platônico para o campo do materialismo marxista. Para tanto, proponho uma leitura alegórica, intertextual e interdisciplinar. A literatura, parte inalienável da cultura, permitiu a Saramago aproximar o idealismo platônico do materialismo marxista e, através da linguagem literária, fundir estas visões de mundo e reconstituir ficcionalmente as ideias inerentes a elas. O trabalho analítico toma como referenciais F. Jameson (1992), W. Benjamin (1984) e I. Mészáros (2002), e enfoca aspectos do nível da narrativa, entre eles sequências, causalidades e personagens, de modo a identificar suas funções e convergências no nível da significação alegórica. Considero os textos ficcionais metonímias do real e, neste sentido, pretendo evidenciar como Saramago estabelece em sua ficção um diálogo com a referencialidade histórica do tempo presente, no qual o capitalismo rege a vida dos indivíduos e das instituições sociais através de suas práticas de produção, de sua base material e de sua ideologia. A intertextualidade foi o operador de leitura que norteou esta pesquisa, e a interdisciplinaridade, a metodologia. Na alegoria criada por Saramago, a cegueira tem na figura feminina um elemento importante. Por isso, analisei a questão do gênero a fim de pontuar como convergem, nas personagens femininas e masculinas, valorações distintas que projetam o feminino como um lugar de positividade capaz de ressignificar valores do humano.

Palavras-chave: alegoria, ideologia, Saramago, Platão, marxismo.

ABSTRACT

This work of comparative literature presents an interpretative reading of *Blindness* (1995), *The Cave* (2000) and *Seeing* (2004) from an interdisciplinary perspective supported by the dialogue between literature and philosophy. The objective is to analyze how the fiction of Saramago rewrites Plato's *Allegory of the cave*. To this end, I propose an allegorical, intertextual and interdisciplinary reading. The analytical work takes as reference F. Jameson (1992), W. Benjamin (1984) and I. Mészáros (2002), and focuses on aspects of the narrative such as sequences, causality and characters to identify its functions and its convergence on the level of allegorical meaning. I consider the novels metonymies of the real, and I intend to show how Saramago's fiction engages with the historical present, in which capitalism rules the individuals' life and the life of the social institutions through its practices of production, its material basis and its ideology. Intertextuality is the textual operator that guided the reading, and interdisciplinarity a key aspect of its methodology. In the allegory created by Saramago, the issue of blindness places female characters in a very special position. So, I've introduced the category of gender to highlight not so much the social construction of male and female characters but the different meanings attributed to them and which charge the feminine with positivity, empowering female characters to project values that resignify the human.

Keywords: allegory, ideology, Saramago, Plato, Marxism.

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
INTRODUÇÃO.....	6
1 CRÍTICA AO SISTEMA DE SOCIOMETABOLISMO DO CAPITAL	21
1.1 Aspectos gerais de A Caverna.....	21
1.2 O trabalho em A caverna.....	25
1.3 Aspectos gerais do Ensaio sobre a cegueira	30
1.4 Os limites e absurdos da razão.....	31
1.5 Aspectos gerais do Ensaio sobre a lucidez.....	37
1.6 O Estado no Ensaio sobre a lucidez.....	39
2 REPRESENTAÇÃO ALEGÓRICA DO MUNDO.....	44
2.1 As alegorias de Saramago.....	47
2.2 Análise comparativa dos principais elementos das narrativas.....	54
2.2.1 A opressão das personagens.....	54
2.2.2 O espaço opressor como alegoria do mundo.....	61
2.2.3 Os efeitos e as causas da cegueira.....	72
2.2.3.1 Conceito de ideologia.....	75
2.2.3.2 A problemática da ideologia nas narrativas de Saramago	80
2.2.4 Ascensão ao “mundo superior.....	86
2.2.5 A responsabilidade do “iluminado.....	89
3 A PROBLEMÁTICA DO GÊNERO.....	95
3.1 As mulheres no Ensaio sobre a cegueira.....	98
3.2 As mulheres no Ensaio sobre a lucidez.....	106
3.3 As mulheres em A caverna	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122

INTRODUÇÃO

José Saramago tornou-se famoso a partir de 1980 com a publicação do romance *Levantado do chão*. Em 1995 recebeu o prêmio Camões e, três anos depois, o Nobel de Literatura. Falecido aos 87 anos, em junho de 2010, deixou uma obra vasta, em sua maioria escrita após os sessenta anos de idade, e que abarca diferentes gêneros textuais, destacando-se suas narrativas longas (romances e novelas). Saramago escreveu até os últimos dias de sua vida, e usou a palavra como a arma de sua luta contra a desigualdade, a opressão e a hipocrisia. Seus textos têm cada vez mais despertado a atenção de pesquisadores do mundo todo, e o Brasil não é exceção, prova disso é o grande número de artigos, dissertações e teses que analisam sua obra. Esta dissertação interpreta três de suas narrativas e pretende acrescentar significados aos trabalhos sobre a ficção deste que é um dos maiores escritores de nossa língua.

Para realizar esta interpretação, faço uma leitura intertextual comparando¹ os textos de Saramago com a *Alegoria da caverna*, de Platão. A intertextualidade, “inclusão de um texto a outro, para efeitos de reprodução ou transformação” (ZANI, 2003, p. 123), “é uma referência ou uma incorporação de um elemento discursivo a outro” (*id.*, p. 121). Segundo Tânia Carvalhal,

a investigação das hipóteses intertextuais, o exame dos modos de absorção ou transformação (como um texto ou um sistema incorpora elementos alheios ou os rejeita), permite que se observem os processos de assimilação criativa dos elementos, favorecendo não só o conhecimento da peculiaridade de cada texto, mas também o entendimento dos processos de produção literária. Entendido assim, o estudo comparado de literatura deixa de resumir-se em paralelismos binários movidos somente por ‘um ar de parença’ entre os elementos, mas compara com a finalidade de interpretar questões mais gerais das quais as obras ou procedimentos literários são manifestações concretas. Daí a necessidade de articular a investigação comparativista com o social, o político, o cultural, em suma, com a História num sentido abrangente (*op. cit.*, p. 86).

Utilizo a interdisciplinaridade como metodologia de análise. Ao

¹ A literatura comparada “é uma forma específica de interrogar os textos literários na sua interação com outros textos, literários ou não, e outras formas de expressão cultural e artística” (CARVALHAL, 2006, p. 74).

discutir a necessidade da interdisciplinaridade nas ciências sociais, Frigotto afirma que “não há razões de ordem ontológica e epistemológica para cindir autonomamente esta ou aquela prática social” (2008, p. 43). Segundo ele, a segmentação do conhecimento ocorre porque, “sob as relações de produção humana capitalistas efetiva-se diferentes processos de alienação e de cisão” (*id.*, *ib.*), os quais pretendo evitar.

Tal como em Jameson, aqui “a obra individual é apreendida essencialmente como *ato simbólico*” (1992, p. 69), e “a interpretação é estabelecida como um ato essencialmente alegórico, que consiste em se reescrever um determinado texto em termos de um código interpretativo específico” (*id.*, p. 10)².

O abismo temporal que separa Platão e Marx é tão grande quanto aquele criado pelo rompimento de Marx com a tradição filosófica idealista. O marxismo abandonou a ideia do pensador isolado do mundo, capaz de abstrair-se da vida para alcançar a iluminação da verdade, e desenvolveu uma teoria segundo a qual o homem constitui suas ideias e a si mesmo a partir da materialidade do mundo e das relações sociais com os outros homens. Enquanto Platão acreditava na superioridade intelectual de uma aristocracia mantida pelas práticas do escravismo e da exploração do trabalho alheio, Marx lutava pela eliminação definitiva das classes sociais e das injustiças decorrentes de sua existência.

A filosofia platônica inscreve-se na tradição idealista que assenta na crença de uma “realidade” superior à matéria, onde se encontra a perfeição e a essência do Ser³. Entre suas teorias, a *Alegoria da caverna* aponta para a ideia de

² Antes de estabelecer a metodologia de análise das obras de Saramago, supus que a recriação da *Alegoria* pudesse ser explicada através do inconsciente, fosse como pensou Italo Calvino (2007, p.10) sobre os clássicos, afirmando que “exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis ou também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual”, fosse como teoriza Fredric Jameson no que concerne ao que chamou de “inconsciente político”. Jameson manteve-se como referencial teórico, mas considerando outras questões discutidas em sua obra, pois ficou claro que Saramago escolheu conscientemente os elementos que apontavam tanto para a *Alegoria da Caverna* quanto para o materialismo de Marx. Embora eu pense que o termo “inconsciente” da expressão “inconsciente político” seja uma catacrese (termo utilizado na falta de outro mais adequado, não se referindo a algo de que o autor não tomou consciência no momento da escrita, mas a algo que ele apenas não deixa explícito), preferi não utilizar esta categoria analítica. No caso de Saramago, ao afirmar que ele cria nas três obras aqui analisadas alegorias, concordo com Hansen (1986, p. 2), quando este escreve que, “estática ou dinâmica, descritiva ou narrativa, a alegoria é procedimento intencional do autor do discurso [...]”.

³ Platão acreditava que a alma das criaturas possuía uma vida anterior à vida terrestre, vivida ao lado dos deuses, no Mundo Inteligível. O conhecimento seria uma reminiscência dessa vida.

que há dois mundos: o mundo visível, ao alcance dos nossos sentidos, e o mundo inteligível, no qual reside o conhecimento puro, alcançado através do afastamento do sensível. A *Alegoria da caverna* apresenta estes dois mundos, o primeiro representado pela caverna, o segundo, pelo mundo fora dela. Os prisioneiros só têm acesso às sombras do mundo, seu conhecimento é parcial. Para alcançar a plenitude e o conhecimento puro, é preciso ascender ao mundo inteligível. O Mundo Inteligível não é outro mundo, é o mundo iluminado, “atingido na sua significação pela atividade do pensamento” (MAIRE, 1991, p. 31). E, acima de tudo, vigora a ideia do Bem, “para todos a causa de quanto há de justo e belo” (PLATÃO, 2000, p. 213).

Platão, propondo-se a resolver a discussão entre Heráclito e Parmênides⁴, dedicou-se seriamente à dialética, sendo precursor do método dialético. Sua família pertencia à alta aristocracia ateniense. Nascido em 427 ou 428 a.C., conviveu com Sócrates dos vinte aos trinta anos. Aos 41, decidiu consagrar-se “à educação da juventude para a preparar com vista à participação nos assuntos da cidade” (MAIRE, *op. cit.*, p. 14). Comprou um Ginásio a que chamou Academia, o qual funcionou como a primeira instituição de ensino superior do Ocidente. Sua prática de professor é coerente com a *Alegoria da caverna*, uma vez que nesta deixa claro que o prisioneiro que for libertado e contemplar o mundo superior tem a obrigação de retornar e libertar os demais. Platão inicia a *Alegoria* explicando que ela se refere à educação, e conclui afirmando que as pessoas que adquirem o conhecimento devem compartilhá-lo com os demais. Na cidade que propõe, não será permitido a quem saiu da caverna “Permanecer lá e não querer descer novamente para junto daqueles prisioneiros nem partilhar dos trabalhos e honrarias que entre eles existem [...]” (PLATÃO, *op. cit.*, p. 215).

Durante vinte anos Platão chefiou a Academia. Interrompeu este trabalho para tentar colocar em prática suas ideias políticas, mas não obteve êxito. Formulou a teoria do “filósofo-rei”, segundo a qual a cidade deveria ter a monarquia como forma de governo, e um filósofo como rei. Na Sociologia de Platão a democracia é desprezada. Sua teoria

⁴ Para Heráclito, o ser está em constante mudança; para Parmênides, o movimento é uma ilusão, pois o que é continua a ser, e o que não é continua não sendo.

explica a vida em sociedade pelas necessidades: estas, com efeito, não podem ser satisfeitas pelo indivíduo isolado; a colaboração é uma necessidade quase natural, que permite ao homem, originalmente desprovido, fazer frente às exigências vitais mais elementares; o fenómeno natural da vida social reside por conseguinte na divisão do trabalho; esta cria a unidade, a hierarquia, a solidariedade de seres desiguais e dissemelhantes, de facto como de direito; Platão rejeita portanto qualquer tentativa de igualitarismo (MAIRE, *op. cit.*, p. 55-56).

Em *A república*, Platão aconselhava a igualdade entre homens e mulheres e sugeria a abolição da família. Em *As leis*, porém, ele mudou de ideia. A instauração da cidade perfeita proposta em *A república* não admitia qualquer diferença entre os sexos, nem do ponto de vista da função nem do ponto de vista da educação. “Se, portanto, utilizamos as mulheres para os mesmos serviços que os homens, tem de se lhes dar a mesma instrução” (PLATÃO, *op. cit.*, p. 146). Em *As leis* “a educação é concebida diferentemente para os rapazes e para as raparigas” e a “a família é restabelecida, como único meio de remediar a desordem sexual” (MAIRE, *op. cit.*, p. 61).

Platão divide a sociedade em três classes básicas. Em cada uma delas o Deus que as modelou (demiurgo) misturou um elemento diferente: ouro aos governantes, prata aos auxiliares, “ferro e bronze aos lavradores e demais artífices” (PLATÃO, *op. cit.*, p. 109). Mas esta hierarquia não é hereditária, “pode acontecer que do ouro nasça uma prole argêntea, e da prata, uma áurea, e assim todos os restantes” (*id.*, *ib.*). Cada classe deve ser feliz conforme a sua natureza, e a justiça consiste em cada um fazer o seu trabalho de acordo com a sua classe, assim como cada membro de nosso corpo deve realizar seu trabalho conforme sua função.

O platonismo marcou a filosofia ocidental durante dois milênios e meio, e continua a influenciar pessoas do mundo todo⁵. Platão é o primeiro filósofo cuja obra foi preservada das intempéries do tempo. E o mesmo tempo que não consegue destruir as páginas em que Platão escreveu, também é incapaz de destruir a força de seu pensamento.

A ruptura mais radical com a tradição platônica ocorreu no século XIX, operada por Karl Marx.

⁵ Além das Academias (instituições de ensino superior modernas inspiradas no modelo criado por Platão), há muito de Platão, por exemplo, no cristianismo.

Marx inverteu a lógica da dialética idealista. Ao invés de colocar o homem como produto do pensamento, pôs o pensamento como produto do homem. Enquanto os idealistas creem na existência de um Absoluto, uma essência, Marx crê na historicidade das verdades e do homem, entendendo este último como um ser social que se constitui em suas relações com os outros homens e com a natureza, ou seja, através de seu trabalho. Marx não admite a separação entre pensamento e realidade; para ele o pensamento constitui-se a partir da materialidade da vida e é indissociável dela. Quanto à história da humanidade, esta não é perpassada por nenhum “Espírito do tempo”, e transforma-se devido à ininterrupta luta de classes.

As formulações de Marx não assentam na filosofia convencional, e sim na *praxis*, ou seja, o marxismo é uma “unidade-de-teoria-e-prática” (JAMESON, 1994, p. 65). A *praxis* não é utilitarismo, é ação consciente, reunião entre a concepção teórica e a ação real, voltada para a transformação radical da sociedade, ou seja, é uma prática revolucionária sustentada por uma teoria igualmente revolucionária. Para Marx, o homem constitui-se como homem à medida que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano. Conforme a *praxis* propõe, mais importante que interpretar o mundo, devemos lutar para transformá-lo. Por isso, enquanto classificar Platão como um filósofo não gera controvérsia, fazer o mesmo com Marx é problemático.

A relação entre teoria e *praxis* é para Marx teórica e prática: prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que essa relação é consciente (VASQUEZ, 1977, p. 117).

O pensamento de Marx é um dos mais influentes dos últimos dois séculos, repercutindo em várias áreas do conhecimento. Suas ideias têm sido interpretadas, contudo, às vezes, de modo enviesado, inclusive por teóricos autodenominados marxistas. Há também apologistas do capital que distorcem suas palavras a fim de convencer a todos de que o capitalismo é o fim da história e que, portanto, devemos nos curvar a sua lógica.

Na cidade perfeita de Platão há gregos divididos em classes e governados por um rei-filósofo. No mundo proposto por Marx as classes são abolidas, e há humanos de todas as nações vivendo uma democracia substantiva. Enquanto a cidade de Platão é apenas uma especulação filosófica,

idealizada, o socialismo de Marx, embora seja também uma especulação porque projeta um futuro, está, no entanto, amparado pela materialidade do mundo.

Uma das importantes consequências do rompimento de Marx com a tradição idealista foi a nova definição criada para o conceito de alienação: “a questão da alienação, e assim da própria situação do homem, é deslocada de um 'reino autônomo nas nuvens' ou da compreensão do indivíduo singular para a vida efetiva, que se desenrola como um nexo de relações sociais” (MUSSE, 2011, p. 14). Alguns teóricos afirmam que Marx teria evitado o termo alienação em sua obra “madura”, substituindo-o gradativamente por termos associados, como fetichização e reificação, porque o considerava marcado pela tradição do idealismo. Segundo estes teóricos, Marx utilizava a palavra alienação somente para garantir que o leitor tivesse uma referência para compreender sua teoria. Porém, Mészáros (1981) refutou esta afirmação no livro *Marx: a teoria da alienação*, e insistiu nisso em *O poder da ideologia* (2004). Mészáros define este argumento como uma falácia que procura sustentar a mentira de que há uma discrepância radical entre o “jovem” e o Marx “maduro” (sendo o primeiro “ideológico” e o segundo “científico”), e sustenta que o conceito de alienação é o “ponto de Arquimedes” da teoria marxista (1981, p.72). Mészáros comenta a citação em que Marx ironiza o termo alienação afirmando tê-lo utilizado para fazer-se entender pelos filósofos, mas observa que ele não critica a “alienação” nos textos dos filósofos enquanto termo em si, mas o uso idealista que fazem dele. Conforme o próprio Marx deixou posto, sua crítica à filosofia incide sobre o fato de esta ser praticada como “religião convertida em pensamento” (MARX, 2001d, p. 173).

Marx deixou claro, mais de uma vez, em seus *Manuscritos de 1844*, que toma como ponto de partida a linguagem da economia política para resgatar suas realizações, que permaneciam ocultas aos próprios economistas políticos, bem como para criticá-los em seus próprios termos. Ele adotou exatamente a mesma abordagem em relação à filosofia idealista. É por isso que jamais poderia 'abandonar' o conceito de alienação: isso equivaleria a privar-se de uma conquista *real* (isto é, o 'núcleo racional' da filosofia hegeliana) *apesar* de sua formulação mistificadora. No trecho discutido, Marx deseja apenas mostrar – como faz em numerosas ocasiões nos *Manuscritos de Paris* – que a linguagem da 'alienação' é mistificadora *sem* as referências necessárias à *prática* social (MÉSZÁROS, 1981, p. 198-199).

Esta interpretação é radicalmente diferente da de Althusser, que sempre defendeu haver um Marx pré-marxista, ou mesmo positivista, ou não

marxista etc., defendendo o que chamou de “cesura epistemológica” (ALTHUSSER, 1979), termo que designa o início de uma formulação “científica” e abandono das formulações “ideológicas”, ou seja, o surgimento do materialismo dialético. Em relação à alienação, ele comentou diversas vezes que se tratava de um termo não científico, ideológico. Destaco o seguinte trecho:

pela aplicação do conceito de '*trabalho assalariado*' (que figura em *O Capital*) ao conceito de '*trabalho alienado*' (que figura nos *Manuscritos de 44*) que se torna visível o carácter ideológico, não científico, do conceito de '*trabalho alienado*' e, portanto, do conceito de '*alienação*' que está na sua base (s/d, p. 99).

Creio que a interpretação de Althusser é equivocada. Reconheço que Marx desenvolveu sua teoria operando nela deslocamentos epistemológicos, mas dizer que há um Marx ideológico e outro científico é transformar a ciência num fetiche e ignorar o quanto de ideológico sempre reside em suas formulações.

Marx dedicou-se à pesquisa do trabalho alienado, mas destacou que este é “apenas uma expressão da atividade humana no seio da alienação”.

A divisão do trabalho é a expressão econômica do carácter social do trabalho no interior da alienação. Ou então, uma vez que o trabalho constitui apenas uma expressão da atividade humana no seio da alienação, da manifestação da vida como alienação da vida, a divisão do trabalho não passa do estabelecimento alienado da atividade humana como atividade genérica real ou como a atividade do homem enquanto ser genérico (id., p. 160). [Segundo ele, há diferentes alienações, concentradas nas diversas esferas da vida humana:]: A característica da alienação implica que cada esfera se propõe normas diferentes e contraditórias, uma a moral, outra a economia política, porque cada uma delas constitui uma determinada alienação do homem: cada uma concentra-se num círculo específico de atividade alienada e encontra-se alienada em relação à outra alienação (id., p. 153).

Quando, neste trabalho, utilizo a palavra alienação, é sempre na acepção marxista: a alienação é a “manifestação da vida como alienação da vida”, sendo historicamente constituída “através das mediações reificadas do trabalho assalariado, propriedade privada e troca” (MÉSZÁROS, 1981, p. 89). “A alienação religiosa como tal ocorre apenas na esfera da *consciência*, da interioridade humana, mas a alienação econômica é a da *vida real* [...]” (MARX, 2001c, p. 139).

Erico Verissimo (1995, p. 134) afirmou que “nenhum escritor pode escapar à história. Ou ajuda a fazê-la ou *sofre-a*, mesmo quando pensa que está inteiramente desligado de questões políticas e sociais”. Saramago é da mesma

opinião, não se eximindo da responsabilidade de pensar a realidade de seu tempo. Contudo, suas narrativas não são teses⁶, elas apresentam ideias sobre o mundo, mas de modo ficcional, na acepção que desejava Engels, citado por Lukács (1968, p. 38): “considero que a tese deva brotar da situação e da ação, sem que a ela se faça referência de maneira explícita, e o poeta [entenda-se autor de ficção] não está obrigado a pôr nas mãos do leitor já pronta a solução histórica para os conflitos históricos por êle descritos.”

A escolha das obras a serem estudadas e da perspectiva que norteia este estudo preenche intenções pessoais, não sendo, de modo algum, uma escolha neutra.

Em qualquer estudo acadêmico selecionamos os objetos e métodos de procedimento que nos parecem os mais importantes, e nossa avaliação de sua importância é governada por interesses que têm raízes profundas em nossas formas práticas de vida social (EAGLETON, 2001, p. 290).

A seleção das obras literárias a serem analisadas foi determinada pela presença dos elementos básicos da estrutura da *Alegoria da Caverna*, bem como algumas categorias fundamentais do pensamento de Marx, cujo funcionamento nas narrativas era complementar aos constituintes da *Alegoria*. O ponto de vista adotado tentará mostrar a interpenetração entre a literatura de Saramago e a sociedade em que vivemos, como a ficção recria e representa a realidade num “movimento dialético que engloba a arte e a sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas” (CANDIDO, 2010, p. 34), e, portanto, como Saramago, ao criticar a sociedade, também procura interferir nela.

A relação entre literatura e sociedade foi exemplarmente estudada por Antonio Candido. Concordo integralmente com ele quando afirma que

os problemas propostos pelo positivismo crítico e retomados de maneira muito mais requintada pelo marxismo levam a constatar, no domínio das relações entre literatura e sociedade, que: (1) há um vínculo entre a produção do texto e a sociedade a que pertence o autor; (2) este vínculo consiste basicamente na possibilidade de exprimir os traços desta

⁶ O próprio Saramago confirma estas palavras:

Eu refuto a literatura de partido, coisa que, aliás, parece que se pode deduzir facilmente daquilo que fiz até hoje. O que eu não refuto é isto: se eu estou ideologicamente determinado ou caracterizado de uma certa maneira, se sou uma pessoa cujo mundo está organizado também em função de um certo entendimento da História ou da sociedade ou do funcionamento das forças sociais, então eu creio que, mesmo que eu não esteja a dizer naquilo que escrevo «Viva o Partido!», é fácil ao leitor atento entender que o autor que ele está a ler pensa de uma maneira determinada (REIS, *apud* PEREIRA; LACERDA, p. 3).

sociedade, fazendo do texto uma representação especial da realidade exterior; (3) ao passarem de 'fato' a 'assunto', os traços da realidade exterior se organizam num sistema diferente, com possibilidades combinatórias mais limitadas, que denota a sua dependência em relação à realidade; (4) há portanto uma deformação criadora, devida à tensão entre o desejo de reproduzir e o desejo de inventar; (5) esta deformação depende em parte da discrepância entre o intuito do autor e a atuação de forças por assim dizer mais fortes do que ele, que motivam a constituição de um subsolo debaixo da camada aparente de significado; (6) tais forças determinantes se prendem sobretudo às estruturas mentais dos grupos e classes sociais a que o autor pertence, e que se caracterizam por um certo modo de ver o mundo; (7) o elemento individual puxa a expressão estética para um lado, enquanto o elemento social puxa eventualmente para outro o significado profundo, diversificando o texto verticalmente e dando-lhe uma profundidade que obriga a complementar a análise estética pela análise ideológica; (8) na medida em que a superfície aparente de um texto é a sua organização formal, a sua camada estética propriamente dita, ela comanda o trabalho analítico sobre a camada profunda, que só se configura através dela, mas que por sua vez a esclarece, de torna-viagem (CANDIDO, 2002, p. 55-56).

O modo como os elementos narrativos funcionam em cada um dos textos de Saramago e na *Alegoria da caverna* de Platão apresenta especificidades, que serão discutidas ao longo das análises. Os elementos comuns às três narrativas de Saramago e que convergem com a estrutura da *Alegoria da caverna* e com aspectos do pensamento de Marx são: (1) indivíduo(s) “aprisionado(s)” (moradores do Centro; cegos; população da capital); (2) ambiente “fechado” (o Centro; o manicômio; a cidade em estado de sítio); (3) impossibilidade de “ver”/perceber o mundo para além de sua aparência imediata (Marçal, os demais trabalhadores, os moradores do Centro; os cegos; os políticos, as instituições, a imprensa e os eleitores que não votaram em branco); (4) elemento inusitado (a profunda consciência crítica de Algor e seu sonho/pesadelo; a manutenção do sentido da visão e do espírito de solidariedade na mulher do médico; a lucidez dos eleitores da capital que votaram em branco) que permite que um personagem (no caso de *Ensaio sobre a lucidez* são milhões) enxergue o que os outros são incapazes de ver porque estão “cegos”, e a conseqüente angústia daqueles que percebem a “cegueira” dos outros (inquietações de Algor; desespero da mulher do médico; aflição dos personagens do *Ensaio sobre a lucidez*, o presidente da câmara e o comissário de polícia, que percebem o mal representado pelo Estado); (5) tentativa de libertar a si mesmo e estender a liberdade aos demais (Algor; mulher do médico; eleitores que votaram em branco, presidente da câmara, comissário de polícia, bem como os ministros da cultura e da justiça); (6) fracassos dos que “veem” porque os outros não aceitam sua percepção do mundo (o Chefe do Centro; os cegos; o governo, a imprensa, os

outros eleitores) e sucessos⁷.

O *Ensaio sobre a cegueira* trouxe para o centro da interpretação, também, a condição da mulher nas obras de Saramago. Os fatos de apenas uma mulher não ter cegado durante a epidemia que afetou a população de um país inteiro e de outra mulher ter incendiado o manicômio não podem ser ignorados, mais do que isso, merecem atenção especial. Responder às perguntas (1) por que mulheres? e (2) por que uma é a “mulher do médico”, dona de casa, instrução média, e a outra é uma mulher sem nenhuma identificação (simplesmente “mulher”)? é um objetivo desta pesquisa. A partir disso, a condição das outras mulheres desta mesma narrativa passou a ser lida com interesse específico, ensejando a comparação com as personagens femininas de *A caverna*, e ainda o papel das mulheres em *Ensaio sobre a lucidez*. Neste segundo *Ensaio* aparecem novamente a mesma mulher do médico, a mulher do primeiro cego e a rapariga dos óculos escuros, três protagonistas do *Ensaio sobre a cegueira*, mas que, neste, são personagens secundárias. Antecipo que, na questão do gênero, as semelhanças entre os três enredos são muito menores do que as imensas diferenças.

A narrativa *Todos os nomes* (1997) foi considerada por Saramago parte de uma “trilogia involuntária” (PEREIRA; LACERDA, 2008, p. 4), composta ainda por *A caverna* e *Ensaio sobre a cegueira*. Saramago referia-se ao fato de, nestas três obras, a trama envolver cenários sombrios e em ambientes fechados. Apesar disso, afirma que “São livros com temas completamente diferentes uns dos outros, mas que de qualquer forma permitiriam que o leitor soubesse o modo como o autor desses livros entende o mundo de hoje” (*id.*, *ib.*). O que me impediu de incluir *Todos os nomes* nesta análise foi o fato de nesta narrativa haver a focalização de um sujeito individual cuja identidade perdeu-se num mundo burocrático e sem sentido. Sua luta não é em prol de uma coletividade ou de sua dignidade corrompida pelas relações sociais próprias do sistema capitalista, mas uma tentativa de resgatar o valor inerente à vida humana e a singularidade dos indivíduos. Para realizar seu intento, abandona seus ídolos famosos e investiga

⁷ No caso de *A caverna* houve um sucesso parcial, pois o oleiro, mesmo sem tentar convencê-los, fez a filha e o genro abandonarem o Centro, apesar das consequências que isso poderia significar para eles, sobretudo porque Marta está grávida. No *Ensaio sobre a cegueira* a situação só melhora dias após o incêndio do manicômio, e os sucessos da mulher do médico limitam-se inicialmente à organização de sua camarata e depois à alimentação do pequeno grupo guiado por ela, enquanto no *Ensaio sobre a lucidez* o sucesso dos votantes é permanecerem firmes após as atrocidades do governo.

uma mulher “comum”, através de quem descobre o valor e a complexidade ocultos sob a aparente simplicidade da vida das pessoas anônimas.

Alguns pesquisadores referiram-se à “trilogia involuntária” de Saramago, e houve quem inclusive discordou do autor no sentido de postular sua intencionalidade (VIEIRA, 2009). No entanto, de acordo com minhas intenções e referências teóricas, esta obra não contém os elementos necessários para incluí-la neste trabalho. Cito alguns: (1) não é uma narrativa centralizada nas relações sociais, o foco está na ausência delas e no consequente isolamento dos indivíduos; (2) não há suficientes elementos relacionados ao Estado e/ou a seus aparelhos ideológicos; (3) o uso das palavras “luz”, “iluminação” e termos associados (“visão”/“cegueira” etc.) não remete a sentidos alegóricos; (4) o chefe da Conservatória alia-se a José e altera o funcionamento do registro enquanto acompanhava os atos “ilícitos” do funcionário. Mas o mais importante é que, embora o cenário e alguns elementos estruturais sejam semelhantes, do ponto de vista do conteúdo *Todos os nomes* se parece menos com os *Ensaio* e com *A caverna*, e mais com a ficção *O homem duplicado* (2005), pois em ambos o autor discute a necessidade humana de ser único, em oposição a uma sociedade que nos pasteuriza.

A Conservatória, cenário e também personagem de *Todos os nomes*, é uma alegoria do mundo, mas de um mundo sob um viés diferente, não um mundo em que as relações sociais estão corrompidas, mas onde a falta delas isola os indivíduos, impede-lhes o contato com a coletividade e arruína suas vidas porque as transforma apenas num componente da massa, um nome entre milhões. A Conservatória, a cidade, a escola e o cemitério funcionam mais como labirintos do que como cavernas (notar o fio de Ariadne que os funcionários usam na Conservatória), embora os ídolos recortados dos jornais pelo Sr. José funcionem como as estatuetas na alegoria de Platão. Porém, repito: o resgate da singularidade realizado pelo Sr. José opõe-se à tentativa de Saramago de, nas obras aqui estudadas, resgatar a solidariedade humana e a dignidade de suas relações sociais.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, analiso as obras de Saramago com o objetivo de evidenciar que elas são críticas ao sistema

de sociometabolismo do capital⁸. Segundo minha análise, cada uma concentra sua crítica em um dos fundamentos do sistema. No *Ensaio sobre a cegueira*, Saramago enfoca as relações sociais entre os indivíduos, as quais se mostram prenes de um racionalismo que coloca as pessoas umas contra as outras como competidoras egoístas, incapazes de agir de modo solidário. Procuo demonstrar que Saramago cria uma dicotomia entre personagens masculinas e femininas, de modo a opor um modelo patriarcal a uma espécie de matriarcado, associando ao primeiro o egoísmo inspirado pela racionalidade extrema e insana, e a solidariedade ao segundo, norteadada pelo amor ao próximo. No *Ensaio sobre a lucidez* o Estado é posto no centro da crítica. Saramago apresenta a hipocrisia do modelo dito democrático, limitado à farsa eleitoral em que o povo escolhe livremente seus algozes, os quais tudo farão para manter seu poder, insensíveis à vontade daqueles a quem deveriam servir. Em *A caverna* Saramago denuncia a lógica do capital, que leva à falência os pequenos produtores, derrotados pelas grandes empresas, e, conseqüentemente, obriga-os a alienar seu trabalho e suas vidas e tornarem-se prisioneiros do sistema.

No capítulo 2, discuto o conceito de alegoria que norteia a análise, em seguida, apresento o modo como Saramago e Platão alegorizaram o mundo. Segmentei as alegorias em seis elementos, e apresento-os em quadros, abaixo dos quais desenvolvi minha análise. Adotei a perspectiva de que a alegoria difere do símbolo no sentido de que este último ocorre num ponto isolado da narrativa e seu sentido é apreendido imediatamente, enquanto a alegoria ocorre ao longo de toda a narrativa, e sua interpretação exige reflexão, “pausa intelectual” (SOMMER, 1994). A alegoria possui “dupla temporalidade: uma voltada ao seu tempo e outra direcionada a todos os tempos” (MOREIRA GAMA, 2010). Deste modo, embora os textos de Saramago sejam ficções, aproximam-se também do texto de Platão à medida que “está circunscrita na imagem alegórica a concepção de ensinamento”, e ainda, “as obras do artista são citações históricas, imagens inscritas, que trazem ensinamentos que colocam os seus observadores para pensar na relação com o outro e com o mundo” (*id.*, *ib.*).

8 Segundo Mészáros (2002), o capitalismo é a forma do sistema de sociometabolismo do capital em que a “subordinação estrutural do trabalho ao capital” é imposta pela propriedade privada. Na URSS, e atualmente na China e em Cuba, o Estado é que impõe esta subordinação, através do “controle estatal alienado dos meios de produção e da concomitante e politicamente compulsiva extração do trabalho excedente” (*id.*, p. 79). Neste sentido, o que chamamos de “socialismo realmente existente” é, na verdade, uma forma específica de sistema de sociometabolismo do capital. Tanto no capitalismo quanto neste “socialismo”, o trabalho do homem não é uma manifestação de si, e sim uma forma de alienação.

Outro conceito teórico discutido no segundo capítulo é o de ideologia. Procurei manter-me fiel à definição de Marx, discordando, por isso, em alguns pontos, novamente, da interpretação equivocada que lhe deu Althusser, e amparando minha análise nas considerações de Mészáros. Segundo Marx, a ideologia não é apenas um conjunto de ideias ou discursos, tampouco “pura ilusão”. Ela possui base material, e as ideias e discursos são provenientes da materialidade do mundo e das relações sociais entre os indivíduos. A lógica inerente ao capitalismo cria uma ideologia que faz os indivíduos enxergarem o mundo de modo distorcido, “de cabeça para baixo”, incapazes de perceber sua subordinação ao capital e sua conseqüente exploração.

No terceiro capítulo destaco o papel das personagens femininas nas obras de Saramago. A análise incidiu principalmente no *Ensaio sobre a cegueira*, obra na qual homens e mulheres são personificações alegóricas contrapostas: eles, salvo exceções, representam o egoísmo e a racionalidade próprios do capitalismo, enquanto elas, a solidariedade e o afeto próprios de um sistema radicalmente oposto à lógica do capital. Contudo, analiso também as personagens femininas do *Ensaio sobre a lucidez*, ficção na qual elas desempenham papéis secundários, e da obra *A caverna*, na qual são novamente protagonistas. Em *A caverna*, os protagonistas, tanto homens quanto mulheres, não se opõem uns aos outros, estão juntos na luta contra o capital, materializado na figura do Centro.

Não é minha intenção sugerir que este seja o único, tampouco o principal modo de interpretar esses textos. “A interpretação não é um ato isolado, mas ocorre dentro de um campo de batalha homérico, em que uma legião de opções interpretativas entram em conflito de maneira explícita ou implícita” (JAMESON, 1992, p. 13-14); “numa obra não há *essência*, porque uma obra é um lugar (sentido geométrico) de influências e de ressonâncias – da época, das condições sociais e da psicologia do autor” (CANDIDO, 2002, p. 32). Uma interpretação, tal como uma teoria científica, “tem sempre, por definição, *outras coisas* a dizer, dado que só existe para descobrir nas suas próprias soluções, tantos, senão mais problemas do que resolve” (ALTHUSSER, s/d, p. 93). E, conforme escrito por Saramago em *A caverna*,

Vivi, olhei, li, senti [disse Cipriano], Que faz aí o ler [perguntou Marta],
Lendo, fica-se a saber quase tudo, Eu também leio, Algo portanto

saberás, Agora já não estou tão certa, Terás então de ler doutra maneira, Como, Não serve a mesma para todos, cada um inventa a sua, a que lhe for própria, há quem leve a vida inteira a ler sem nunca ter conseguido ir além da leitura, ficam pegados à página, não percebem que as palavras são apenas pedras postas a atravessar a corrente de um rio, se estão ali é para que possamos chegar à outra margem, a outra margem é que importa, A não ser, A não ser quê, A não ser que esses tais rios não tenham duas margens, mas muitas, que cada pessoa que lê seja, ela, a sua própria margem, e que seja sua, e apenas sua, a margem a que terá de chegar, Bem observado, disse Cipriano Algor [...] (p. 77).

A seguir apresento as margens às quais cheguei.

1 CRÍTICA AO SISTEMA DE SOCIOMETABOLISMO DO CAPITAL

Antes de proceder à comparação das obras no que se refere aos elementos em comum entre elas e a *Alegoria da Caverna*, julgo necessário apresentar as especificidades no modo como cada uma critica o capitalismo, demonstrando como Saramago realiza o desmascaramento de sua lógica de opressão e barbárie. Em *A caverna* o alvo da crítica é o modo de produção capitalista, enquanto em *Ensaio sobre a lucidez* é o Estado, e, em *Ensaio sobre a cegueira*, o modo egoísta como as pessoas se relacionam umas com as outras. Neste capítulo, portanto, me ocupo com as diferenças⁹.

1.1 Aspectos gerais de *A Caverna*

Esta ficção, publicada no ano 2000, além de estabelecer uma explícita relação entre a vida dos habitantes do Centro e a *Alegoria da Caverna* de Platão, o que analisarei detalhadamente no próximo capítulo, realiza a crítica ao modo capitalista de produção de mercadorias, e a consequente relação entre capitalistas, personificados no subchefe e no chefe do Centro, com os trabalhadores, principalmente Cipriano Algor e Marçal Gacho. A produção artesanal e familiar da olaria de Cipriano (produtor de louças de barro) é esmagada pela concorrência da indústria, que fabrica produtos semelhantes (de plástico) e os vende a preços bem mais baixos, impraticáveis pelo oleiro, uma vez que são muito inferiores ao valor mínimo que pague o tempo despendido por ele na produção de suas louças: “o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante a sua produção” (MARX, 1985v1, p. 47). A indústria se vale de máquinas e da fragmentação do trabalho, que reduzem o tempo de produção das mercadorias e, conseqüentemente, seu preço: “Se a produtividade da indústria aumenta, então o preço da mercadoria individual cai.

⁹ Em *A caverna* as estruturas de poder do capitalismo aparecem relacionadas umas com as outras, sendo criticadas simultaneamente: o modo de produção de mercadorias, o Estado e a alienação dos sujeitos estão articulados, enquanto nos *Ensaio*s não há referências à produção de mercadorias.

Nela está contido menos trabalho, menos trabalho pago e menos não-pago” (MARX, 1988a, p. 175). Isso não ocorre na modesta e primitiva olaria, onde não há máquinas, o forno é antigo (a ideia de comprar um novo logo se mostrou impraticável), o trabalho não possui fragmentação nem hierarquia. “A luta da concorrência é conduzida por meio do barateamento das mercadorias. A barateza das mercadorias depende [...] da produtividade do trabalho, esta porém da escala da produção. Os capitais maiores derrotam portanto os menores” (MARX, 1985 v2, p. 196).

Estando as louças de barro derrotadas pelo plástico, Marta, a filha de Cipriano, sugere-lhe a fabricação de bonecos. Movido por esta nova esperança, o oleiro atira-se à pesquisa das formas, e produz suas novas mercadorias não como um oleiro, mas como um deus moldando suas criaturas. Cipriano não se relaciona com o produto de seu trabalho de forma fetichizada, como se fosse apenas uma coisa, nem alienada, pois se reconhece no seu trabalho e o valoriza como expressão do seu eu. O Centro, ao contrário, relaciona-se com os fornecedores e produtores como com objetos. No caso de Cipriano, o Centro não tem nenhum escrúpulo em exigir-lhe exclusividade, impedindo-o de vender a qualquer outro comprador, e depois suspender a compra de sua louça, o que se repetirá em relação a seus bonecos.

Os nomes de alguns personagens são constantemente repetidos nesta obra, e possuem nomes próprios aqueles que são efetivamente sujeitos, não estando na condição de representar “personificações de categorias econômicas, *portadoras* de determinadas relações de classe e interesses” (MARX, 1985 v1, p. 13¹⁰). Cipriano Algor¹¹, viúvo de Justa Isasca, não é um proletário comum, um trabalhador alienado que se submete ao sistema e trabalha apenas por um salário (chamo-o proletário porque, embora possua meios de produção, sua relação com o Centro é de proletário com burguês). Aos 64 anos, conserva as mãos sensíveis para moldar o barro, e seu ser inteiro reside na dignidade de ver-se a si mesmo no trabalho que realiza, como diz Marçal para Marta:

10 Em algumas citações da obra *O capital* optei pela tradução de Reginaldo Sant'Anna, enquanto em outras preferi a de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, de acordo com qual era mais apropriada ao contexto da discussão.

11 Não vou discutir o significado etimológico dos nomes, apenas registrar, como curiosidade, que, segundo o Dicionário Aurélio, *algor* significa: “Frio veemente; viva sensação de frio” (1999, p. 96).

Neste momento, o mais importante para o teu pai é o trabalho que faz, não a utilidade que tenha, se lhe tirares o trabalho, qualquer trabalho, tirar-lhe-á, de certa maneira, uma razão de viver, e se lhe disseres que o que ele está a fazer não serve para nada, o mais provável, mesmo que a evidência do facto lhe esteja a rebentar os olhos, será não acreditar, simplesmente por não poder (p. 232).

Cipriano não gostava de Marçal tanto quanto este gostava de Cipriano; justifica-o porque o rapaz “queria levar-lhe a filha, na verdade levara-lha já ao casar com ela” (p. 106), e não o toma a sério porque pensa que “é todo ele guarda, guarda dos pés à cabeça, e suspeito de que é guarda até no coração [disse ele à filha]” (p. 51). Mas Algor passa a gostar mais do rapaz quando este começa a perceber o cinismo do Centro e vai, pouco a pouco, tornando-se um homem de verdade, consciente; até que, no final, Marçal se demite.

Sua filha Marta trabalha consigo na olaria. É uma jovem inteligente, de linguagem e ideias sofisticadas apesar da aparente simplicidade, que ama o pai e seu marido, de quem terá um filho, a quem se negará parir no Centro, pois “não suportaria viver ali dentro para o resto da sua vida, sem mais certezas que ser a mulher do guarda Marçal Gacho, sem mais amanhã que a filha que crê trazer dentro de si” (p. 286), o que desde já nos alerta para sua personalidade insubmissa.

Marçal Gacho¹², trinta anos, é guarda, à espera de uma promoção a guarda residente, que lhe permitirá morar em um apartamento do Centro, para onde pretende levar Marta e seu sogro (não gosta dos pais, por isso vai preterilos). Possui uma cicatriz sobre a mão esquerda, obtida nos trabalhos da olaria quando estava ajudando o sogro e a esposa nos seus escassos momentos de folga. No início idolatra o Centro, inveja todos os que moram lá e deseja ardentemente sua promoção. À medida que o enredo evolui, Marçal amadurece e começa a perceber o que aquele lugar significa. Ao ser finalmente promovido, sua felicidade é fingimento, pois sabe o que de fato sua promoção significa: a sujeição absoluta ao Centro, viver dentro dele e ser “guarda dos pés à cabeça”. Ama Marta e o sogro, a quem chama de pai, ainda que este não o responda chamando-lhe filho. Demorará 237 páginas para Cipriano abraçar-lhe. Emblemático é que, pouco antes, ao ler uma placa de propaganda, Marçal finalmente percebe o cinismo do Centro. Inocente, ou alienado, ele mesmo se surpreende com o que

12 Segundo o Dicionário Aurélio, gacho significa: “1. Inclinado, ou encurvado para baixo. [...] 3. Parte do cachaço do boi sobre a qual assenta a canga” (1999, p. 959).

pensou: “apesar da distância podiam ler-se as palavras do gigantesco anúncio que lá estava afixado, VOCÊ É O NOSSO MELHOR CLIENTE, MAS, POR FAVOR, NÃO O VÁ DIZER AO SEU VIZINHO. [...] a Marçal surpreendeu-o um pensamento, Divertem-se à nossa custa” (p. 237). Marçal não fora querido pelos pais, e seu pai estava bêbado quando ele foi gerado, o que o faz sentir-se filho de outro homem. Não gosta nem de seu pai nem de sua mãe, lembrando-se de contar-lhes que Marta está grávida só muito tempo depois de receber a notícia. Ele se nega a levá-los a morar no Centro, não obstante a insistência dos dois. Ao vê-lo pela primeira vez, “O cão Achado não gostou de Marçal” (p. 105). Achado não gostava de fardas mas, ao longo da narrativa, intuindo a transformação que fez do rapaz tolo um homem, o cão o reconhece, e Marçal “se abraçou a ele como à pessoa a quem mais amasse” (p. 212-213). O cão e o sogro reconheceram a mudança de Marçal, e ambos gostaram dela.

A viúva Isaura Estudiosa, ou Isaura Madruga (nome de solteira), entra na trama quando fala ao oleiro que a alça do cântaro que dele comprara partira-se. Cipriano dispõe-se a dar-lhe um cântaro novo, e fá-lo realmente. Ela, ao despedir-se, abraça-se ao cântaro, gesto cujo significado se revelará no final da narrativa, após ela e Cipriano terem declarado e estarem a viver seu amor: “quando apertei aquele cântaro contra o peito, realmente era preciso que fosses homem para não compreenderes que te estava a apertar a ti” (p. 348).

Há ainda dois personagens nomeados. O cão Achado recebe este nome porque foi encontrado no quintal da casa debaixo da amoreira. Cipriano procurou por seu dono em toda a vila, até que Isaura disse-lhe que parasse, pois, se continuasse, “estará a ir contra a vontade do animal, lembre-se de que ele quis escolher outra casa para morar [...]” (p. 63). Marta e Cipriano afeiçoam-se ao cão logo de início, e são correspondidos, o que não acontece com Marçal, que só obtém o carinho do cão depois da transformação por que passa sua personalidade. Marta reconhece que se trata de “um animal a quem naquela casa se estimava como a uma pessoa” (p. 265-266). O outro personagem é o Centro, um gigantesco prédio, uma cidade dentro de outra, com lojas, espaços para lazer, apartamentos etc. Este personagem será analisado detidamente no quadro 2, quando explicarei porque o considero símbolo da articulação entre Estado e capital, bem como analisarei as semelhanças de sua arquitetura com a caverna da *Alegoria de Platão*, de modo a interpretá-lo, também, como alegoria do mundo.

Outros personagens aparecem na trama designados por suas profissões, dois deles exercendo os papéis fundamentais de chefe do departamento de compras e de subchefe. Os personagens “sem nome” funcionam como “personificações de categorias econômicas, *portadoras* de determinadas relações de classe e interesses”, conforme citado acima.

1.2 O trabalho em A caverna

Para Marx o trabalho não é apenas um meio pelo qual produzimos mercadorias, é o modo como nos tornamos sujeitos, “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1985v1, p. 50). Não se trata de realizar uma tarefa para simplesmente ser recompensado com um salário, o trabalho é uma “manifestação de si”, a qual fica, porém, no capitalismo, subordinada ao capital:

hoje, manifestação de si e produção da vida material são de tal modo separadas que a vida material aparece como a finalidade, e a produção da vida material, isto é, o trabalho, como sendo o meio (sendo agora esse trabalho a única forma possível, mas, como vemos, negativa, da manifestação de si) (MARX; ENGELS, 1989, p. 77).

Cipriano Algor vê-se refletido em seu trabalho; seja produzindo louças, seja produzindo bonecos, sua atividade não é um meio para ganhar dinheiro, é uma forma de ser humano. “A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com *o que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem” (*id.*, p. 13). Destaco o que Marx e Engels grifaram: *o que* os indivíduos produzem e *como* produzem. Já me referi ao fato de a produção da olaria (*como* produzem) não ser fragmentada, tampouco hierárquica: pai e filha realizam todas as tarefas, e a moça só tem suas funções limitadas quando fica grávida e o pai insiste para que ela reduza a carga de trabalho. As decisões sobre o que será feito são tomadas em conjunto, a filha não fica submissa ao pai. A única hierarquia existente, na teoria, é o cão ter de comer após os donos, mas, na prática, ele às vezes ganha comida primeiro. Marçal ajuda pouco, e o faz como genro, não como empregado, ou seja, ajuda esporadicamente e sem receber nada por isso. A importância do *o que* é produzido adquire um significado especial durante a fabricação dos bonecos. Há várias comparações entre a criação dos

bonecos pelo oleiro e a criação dos humanos pelos deuses, o que dá nova dimensão à dignidade de Cipriano: “há quem diga que todos nascemos com o destino traçado, mas o que está à vista é que só alguns vieram a este mundo para fazerem do barro adões e evas ou multiplicarem os pães e os peixes” (p. 173). Quando Cipriano, à noite, sonha que a encomenda seria cancelada pelo Centro, ao acordar “Pensou em muitas coisas, pensou que o seu trabalho se tornara definitivamente inútil, que a existência da sua pessoa deixara de ter justificação suficiente e medianamente aceitável” (p. 198). A iminência de ficar sem trabalho fá-lo sentir-se um estorvo, ou melhor, sente-se como seu trabalho: inútil.

Marx traça a linha conceitual de demarcação entre **trabalho** como 'Lebensäusserung' (manifestação de vida) e como 'Lebensentäusserung' (alienação da vida). O **trabalho** é 'Lebensentäusserung' quando 'eu trabalho para viver, para produzir um meio de vida, mas meu trabalho não é vida, em si'; isto é, minha atividade me é imposta 'por uma necessidade externa', em lugar de motivada por uma necessidade que corresponde a uma 'necessidade interior' (MÉSZÁROS 1981, p. 85).

Enquanto o Centro é visto como um deus devido à sua grandeza, força e capacidade de opressão (um deus poderoso e cruel), o oleiro o é por sua capacidade de criar, tal como os deuses, a partir da lama: “Muitos deuses, dos mais conhecidos, não quiseram outro material para as suas criações” (p. 215). Cipriano, ao tirar do forno um dos bonecos: “Sacudiu-lhe as cinzas do corpo, soprou-lhe na cara, parecia que estava a dar-lhe uma espécie de vida, a passar para ela [era a representação de uma enfermeira] o hausto dos seus próprios pulmões, o pulsar do seu próprio coração” (p. 202).

O mundo capitalista, no entanto, não admitirá que Cipriano mantenha sua dignidade, e tentará degradá-lo. Primeiro o Centro recebe apenas metade de suas louças, manda que retire o que há no estoque; depois, suspende definitivamente a compra de sua produção. A negociação é unilateral, o Centro é quem tem o controle total: exigira-lhe exclusividade, o oleiro só podia vender a ele, e agora suspende as compras. Atordoadado, o oleiro vê-se também confrontado com a indiferença dos demais fornecedores, membros de sua classe¹³, que não

13 Ao me referir às classes sociais, estou considerando a definição abrangente de Marx e Engels do *Manifesto do partido comunista*, ou seja, a luta entre opressores e oprimidos. De acordo com eles:

A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de luta de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação

Ihe dão nenhuma atenção:

Cipriano Algor tinha as mãos a tremer, olhava em redor, perplexo, a pedir ajuda, mas só leu desinteresse nas caras dos três condutores que haviam chegado depois dele. Apesar disso, tentou apelar à *solidariedade de classe*, Vejam esta situação, um homem traz aqui o produto do seu trabalho, cavou o barro, amassou-o, modelou a louça que o encomendaram, cozeu-a no forno, e agora dizem-lhe que só ficam com a metade do que fez e que lhe vão devolver o que está no armazém, quero saber se há justiça neste procedimento (p. 22-23, grifo meu).

O projeto dos bonecos é apresentado por Cipriano ao chefe, que aceita o recebimento de algumas peças para servirem a um “inquérito” a fim de verificar a disposição de compra dos consumidores. Recebendo avaliação negativa, o Centro decide não comprar os bonecos. Antes do resultado, Cipriano já concordara em mudar-se com o genro e a filha para o Centro, o que dificultaria seu trabalho, pois o forno ficava a trinta quilômetros da nova residência (na verdade, nas condições dadas, tornaria o trabalho impossível). Ao chegar ao Centro, a primeira questão a ser resolvida é “o que fazer”, porque não suporta a ideia de ficar sem ocupação, pois o ócio tirar-lhe-ia a dignidade humana. A despeito de sua consciência e esforço por mantê-la incólume, percebe que já não são os mesmos desde que se mudaram: “O pai aproximou-se dela [Marta], passou-lhe um braço pelos ombros, abraçou-a, Por favor, não chores, disse, o pior de tudo, sabes, é já não sermos os mesmos desde que nos mudámos para aqui” (p. 328). A descoberta da “caverna de Platão” no subsolo do prédio é o momento em que Cipriano Algor tem a prova definitiva de sua degradação; a partir daí decide voltar para casa e retomar sua vida, libertando-se da opressão do Centro.

A relação de Marçal com seu trabalho é diametralmente oposta à de Cipriano, funcionando ambos, neste aspecto, como um par antitético. Marçal trabalha no Centro como guarda durante dez dias ininterruptos para ter quarenta horas de folga. Sua função é garantir a ordem e proteger a propriedade alheia. Seu trabalho é regulado por normas muito rígidas, ao ponto de, quando Marta telefonou para o marido, “a voz” do outro lado da linha não permitiu que Marçal atendesse, porque estava “de serviço”: “Com um suspiro de cansada resignação Marta pousou o auscultador no descanso, não havia nada a fazer, era mais forte do que eles” (p. 36). Além de rigidez, o Centro possui um funcionamento

revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (MARX; ENGELS, 2001, p. 45-46).

completamente diferente da olaria, ou seja, de completa fragmentação:

A organização do Centro fora concebida e montada segundo um modelo de estrita compartimentação das diversas actividades e funções, as quais, embora não fossem nem pudessem ser totalmente estanques, só por canais únicos, não raro difíceis de destringir e identificar, podiam comunicar entre si (p. 39);

Além disso, possui uma burocracia ao limite do absurdo. É a burocracia que protela a promoção esperada por Marçal: “trata-se apenas de uma questão de trâmites [explica ele ao sogro], o aparelho burocrático do Centro é tão coca-bichinhos como o deste mundo cá fora [...]” (p. 211).

No final da trama Marçal demite-se do Centro e recolhe as roupas que levava para o apartamento, pois os móveis já estavam lá, mudavam-se apenas os moradores. Junto com a esposa, retorna para a casa do sogro, de onde partirão os cinco (Cipriano, Isaura, Marçal, Marta e Achado) para uma viagem, deixando-se “levar pela corrente”, conforme sugerira Isaura, no intuito de encontrar um lugar onde possam recomeçar a vida. É emblemático que as últimas palavras do texto sejam justamente as de Marçal, cuja visão de mundo foi tão radicalmente modificada. Ele diz, “como se recitasse”, a frase, neste contexto irônica ao ponto de ser sarcástica, da nova placa de propaganda que o Centro exibia: “BREVEMENTE, ABERTURA AO PÚBLICO DA CAVERNA DE PLATÃO, ATRACÇÃO EXCLUSIVA, ÚNICA NO MUNDO, COMPRE JÁ A SUA ENTRADA” (p. 350).

A problemática do trabalho não é referida apenas quanto a Cipriano e Marçal, personagens secundários também têm reveladas suas formas de relacionamento com o trabalho. Segundo o narrador, nas estufas de plástico da Cintura Agrícola/Verde (um enorme espaço de produção de vegetais, “interminável mar de plástico”), “os homens que ali trabalham asfixiam-se no calor, cozem-se no seu próprio suor, desfalecem, são como trapos encharcados e torcidos por mãos violentas. Se não é tudo o mesmo dizer, é tudo o mesmo penar” (p. 89). De modo muito semelhante pensará Cipriano ao observá-la, parafraseando o narrador: “E é a isto que chamam Cintura Verde, pensou, a esta desolação, a este espécie de acampamento soturno, a esta manada de blocos de gelo sujo que derretem em suor os que trabalham lá dentro [...]” (p. 253). A disposição dos prédios de outra Cintura, a Cintura Industrial, também o desagradava, como desagradava ao narrador a paisagem da cidade inteira¹⁴:

¹⁴ Há uma identificação perfeita entre a voz do narrador e a voz de Cipriano ao longo da narrativa.

Diz-se que a paisagem é um estado de alma, que a paisagem de fora a vemos com os olhos de dentro, será porque esses extraordinários órgãos interiores de visão não souberam ver estas fábricas e estes hangares, estes fumos que devoram o céu, estas poeiras tóxicas, estas lamas eternas, estas crostas de fuligem, o lixo de ontem varrido para cima do lixo de hoje, aqui seriam suficientes os simples olhos da cara para convencer a mais satisfeita das almas a duvidar da ventura em que supunha comprazer-se (p. 90).

Os trabalhadores das Cinturas Agrícola e Industrial desempenham um trabalho alienado, e o pessimismo do narrador e de Cipriano quanto a este tipo de atividade ecoa na representação da paisagem. A alienação não é um conceito abstrato, tal como na filosofia idealista. Em Marx, a alienação está ligada aos fatores objetivos do trabalho. Segundo Mészáros,

O ponto de convergência dos aspectos heterogêneos da alienação é a noção de “trabalho” (*Arbeit*). Nos *Manuscritos de 1844*, o trabalho é considerado tanto em sua acepção geral – como “atividade produtiva”: a determinação ontológica fundamental da “humanidade” [...] – como em sua acepção particular, na forma da 'divisão do trabalho' capitalista. É nesta última forma – a atividade estruturada em moldes capitalistas – que o “trabalho” é a base de toda a alienação (1981, p. 74).

A atividade produtiva realizada nos moldes capitalistas torna-se alienada da seguinte maneira:

A atividade é alienada quando assume a forma de uma separação ou oposição entre “meios” e “fim”, entre “vida pública” e “vida privada”, entre “ser” e “ter”, entre “fazer” e “pensar”. Nessa oposição alienada, “vida pública”, “ser” e “fazer” se tornam subordinados como simples meios para o fim alienado da “vida privada” (“gozo privado”), do “ter”, e do “pensar”. A autoconsciência humana, em lugar de alcançar o nível da verdadeira “consciência da espécie”, nessa relação – onde a vida pública (a atividade vital de um homem como ser genérico) é subordinada, como um meio para um fim, à mera existência privada – torna-se uma consciência atomística, a consciência alienada-abstrata do simples “ter”, identificado com o gozo privado. E dessa maneira, já que a marca da atividade livre que distingue o homem do mundo animal é a consciência prática (não-abstrata) do homem como um ser humano “automediador” (isto é, criativo, não apenas “gozando” passivamente), a realização da liberdade humana como finalidade do homem torna-se impossível, porque sua base – a atividade vital do homem – se tornou um simples meio para um fim abstrato (*id.*, p. 164-165).

Deste modo, “o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ele [o trabalhador] como *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor” (MARX, 2001c, p. 111). A auto-alienação é o trabalho “como uma atividade dirigida contra ele [o trabalhador], independente dele, que não lhe pertence” (*id.*, p. 115).

Mas em que consiste a alienação do trabalho?

Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho e sacrifício de si mesmo, de martírio. O seu caráter estranho resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho, como da peste, logo que não existe nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro (*id.*, p. 114).

1.3 Aspectos gerais do *Ensaio sobre a cegueira*

Ensaio sobre a cegueira (1995) narra uma epidemia de cegueira branca em um país imaginário. Antes que a população inteira cegue, cerca de 260 pessoas são isoladas em quarentena no prédio de um antigo manicômio, em camaratas separadas. Enquanto um dos grupos, heterogêneo na sua composição (homens, mulheres, europeus, asiáticos, africanos, jovens, adultos, velhos etc.) procura viver de modo pacífico e em uma espécie de democracia, um grupo de homens de outra camarata estabelece uma tirania mediante a imposição da força bruta. Apenas uma mulher não cegou, porém ela não pode revelar este segredo, uma vez que colocaria em risco sua vida e faria dela escrava dos outros, ou, no mínimo, uma serviçal¹⁵. Os cegos tiranos, chamados pelo narrador de “cegos malvados”, impõem aos demais o pagamento da comida fornecida pelo governo e, quando o dinheiro dos outros acaba, exigem que as mulheres submetam-se sexualmente a eles. Depois de humilhações extremas, a mulher do médico (que enxergava), mata o líder dos tiranos. Ao invés de receber apoio, homens do seu grupo propõem investigar quem fora a assassina (eles não sabem que foi ela) e entregá-la a fim de evitar confrontos e restabelecer a distribuição de comida. Esta covardia é impedida pelo personagem velho da venda preta, que incita os homens a deixarem de ser covardes e lutarem contra o absurdo retomando através da força a comida que deste modo lhes fora roubada. A batalha contra os cegos malvados fracassa, e uma outra mulher incendeia a camarata onde os

15 “Não queria nem pensar nas consequências que resultariam da revelação de que não estava cega, o mínimo que lhe poderia acontecer seria ver-se transformada em serva de todos, o máximo talvez fossem converterem-na em escrava de alguns” (p. 93).

ladrões estavam, provocando com isso a destruição do prédio inteiro. Ao escapar do incêndio, os cegos percebem que os soldados que os vigiavam foram embora e, portanto, estão livres. Contudo, lá fora a população do país inteiro cegou, e a vida continuará como uma luta pela sobrevivência. Depois de um tempo, da mesma forma que a cegueira branca acometeu-os, rapidamente e sem explicação, ela desaparece.

1.4 Os limites e absurdos da razão

A razão é um ideal humano valorizado há milênios. Platão, por exemplo, apelava para a idealidade do conhecimento em sua *Alegoria da caverna*, apostando que a luz da razão seria capaz de iluminar o homem e libertá-lo da prisão e das sombras da ignorância. Saramago, por sua vez, embora se valha dos mesmos elementos de Platão para compor suas alegorias, problematiza-os, e desconfia, aliás repudia o racionalismo exacerbado da modernidade, o qual, além de não fornecer solução para os problemas humanos, ainda maximiza o maior de todos os males: o egoísmo.

A fragmentação e especialização do conhecimento não alcançaram compreender o “mal branco”, tampouco remediá-lo, tal como no mundo capitalista tantos são os incapazes de reparar que a vida, alienadamente vivida, representa uma doença cujo diagnóstico não fazemos e cuja cura, portanto, nem cogitamos, pois nem constatamos a doença. O oftalmologista é o primeiro a revelar sua ignorância e, mesmo pesquisando em seus livros, nada alcança a não ser cegar também. Seminários, colóquios, encontros, diversos eventos são organizados para que os especialistas discutam o problema, identifiquem-no e resolvam-no; porém nenhum resultado alcançam, exceto o mesmo do médico: cegarem, inclusive durante os debates. O governo age de acordo com a lógica para casos como estes, e tem de mudar de estratégia diversas vezes, pois o ritmo do contágio supera suas projeções. As “expectativas do Governo e as previsões da comunidade científica foram simplesmente por água abaixo” (p. 124). Conjugando a incompetência da ciência, a inutilidade do governo e ainda a estupidez da imprensa, o narrador satiriza:

O efeito conjugado da patente inutilidade dos debates e os casos de algumas cegueiras súbitas ocorridas em meio das sessões, com o

orador a gritar, Estou cego, estou cego, levaram os jornais, a rádio e a televisão, quase todos, a deixarem de ocupar-se de tais iniciativas, exceptuando-se o discreto e a todos os títulos louvável comportamento de certos órgãos de comunicação que, vivendo à custa de sensacionalismos de todo o tipo, das graças e desgraças alheias, não estavam dispostos a perder nenhuma ocasião que aparecesse de relatar ao vivo, com a dramaticidade que a situação justificava, a cegueira súbita, por exemplo, de um catedrático de oftalmologia (p. 124).

O racionalismo nega o sentimento, enaltece o egoísmo e desdenha da solidariedade. “Quero dizer que temos sentimentos a menos [disse a mulher do médico]” (p. 277). Sentimentos que os soldados não têm, rigidamente adestrados no cego cumprimento de ordens cegas:

Ajudem-nos, que estes estão a querer roubar-nos a comida. Os soldados fizeram de conta que não tinham ouvido, as ordens que o sargento recebera de um capitão que por ali tinha passado em vista de inspecção eram peremptórias, claríssimas, Se eles se matarem uns aos outros, melhor, menos ficam (p. 139).

A mulher do médico compreendera a intenção de deixá-los morrer quando tentava tratar a ferida do ladrão, escoiceado pela rapariga dos óculos escuros. Ela não encontra nenhum remédio, e, a despeito da insistência dela e do marido, os soldados não providenciaram nenhum medicamento: “o mais pequeno acidente, nestas condições, pode dar em tragédia, provavelmente é disso mesmo que eles estão à espera, que acabemos aqui uns atrás dos outros, morrendo o bicho acaba-se a peçonha” (p. 64). Quando um dos soldados cega, os militares, raivosos porque um dos seus fora contaminado, expressam abertamente: “Isto o melhor era deixá-los morrer à fome, morrendo o bicho acabava-se a peçonha” (p. 89). E repetem esta “intenção humanitária” mais adiante:

Sabiam o que no quartel tinha sido dito essa manhã pelo comandante do regimento, que o problema dos cegos só poderia ser resolvido pela liquidação física de todos eles, os havidos e os por haver, sem contemplanções falsamente humanitárias, palavras suas, da mesma maneira que se corta um membro gangrenado para salvar a vida do corpo, A raiva de um cão morto, dizia ele, de modo ilustrativo, está curada por natureza (p. 105).

O único auxílio dos militares é jogar uma pá aos cegos para que estes enterrem o corpo do ladrão (p. 84), morto a tiros por um militar, mas só o fazem após a mulher do médico argumentar que se o deixassem a apodrecer o morto contaminaria a atmosfera, com risco de infectá-los. Os soldados representam um dos elementos do governo (Aparelho Repressivo do Estado), o qual, por sua vez, deixou os cegos aprisionados no manicômio sem as mínimas condições de

higiene e infraestrutura, e cujo atendente do ministério, ao tratar o médico com grosseria quando este tentava informar do mal por telefone, suscita dele o seguinte comentário: “É desta massa que nós somos feitos, metade de indiferença e metade de ruindade” (p. 40).

Este pessimismo em relação à humanidade será justificado nas inúmeras manifestações de egoísmo dos cegos, patente desde o primeiro momento em que os cegos da camarata da mulher do médico perceberam a necessidade de escolher um representante, um responsável, no que fracassam, pois concluem que, à medida que fossem chegando mais cegos, “cada um vai puxar para o seu lado” (p. 53), tal como ocorre em relação à comida:

Acresce que alguns ocupantes da segunda camarata, com mais do que censurável desonestidade, quiseram fazer crer que eram em maior número do que o eram de facto. Valeu, como sempre, para isso está ela ali, a mulher do médico. Algumas palavras ditas a tempo sempre foram capazes de resolver dificuldades que um discurso profuso não faria mais do que agravar. Mal-intencionados e de mau carácter foram também aqueles que não só intentaram, mas conseguiram, receber comida duas vezes (p. 93).

Nada mais racional do que cada um agir em benefício próprio. De acordo com os pilares da teoria econômica do capitalismo, se todos procurarem o melhor para si mesmos, todos ficarão bem. O ápice do egoísmo alcançarão os cegos malvados, os quais alegorizam o Estado capitalista, conforme desenvolveremos no quadro 2. “Provavelmente, só num mundo de cegos as coisas serão o que verdadeiramente são, disse o médico” (p. 128). Os cegos malvados roubam a comida, concentrando em suas mãos o poder de distribuí-la mediante pagamento. Quando uma das camaratas reclama dos preços, punem-nos com a suspensão do alimento, o que nos apresenta não somente a crueldade destes malvados, mas a maldade humana representada na falta de solidariedade dos cegos das outras camaratas:

foi uma autêntica providência, mesmo que tenha sido apenas uma causalidade, terem-se anunciado os reclamantes como delegados da camarata número tantos. Assim, só ela teve de jejuar por castigo durante três dias, e com muita sorte, que podiam ter-lhes cortado os víveres para sempre, como é justo que suceda a quem ousa morder a mão que lhe dá de comer. Não tiveram pois outro remédio os da camarata insurrecta, durante esses três dias, do que andar de porta em porta a implorar a esmola de uma côdea de pão, pelas alminhas, se possível adubado com algum conduto, não morreram de fome, é certo, mas tiveram de ouvir do bom e do bonito, Com ideias dessas bem podem vocês limpar as mãos à parede, Se tivéssemos ido na vossa conversa, em que situação estaríamos agora, mas pior do que tudo foi quando lhes disseram, Tenham paciência, tenham paciência, não há palavras mais duras de

ouvir, antes o insulto (p. 162).

Quando os cegos malvados exigem mais dinheiro, os cegos explorados mostram-se tão tolos que ao invés de lutarem contra a injustiça, brigam entre si, pois já consideram que pagar pelo alimento está de acordo com a normalidade, é o comum e o certo.

A ameaça que os cegos malvados tinham feito ao princípio, de virem passar revista às camaratas e punir os infratores, acabou por ser executada dentro de cada uma, cegos bons contra cegos maus, malvados também. Não se encontraram riquezas estupendas, mas ainda foram descobertos uns quantos relógios e anéis, tudo mais de homem que de mulher (p. 164).

Destaco que nessa citação os itens descobertos eram “mais de homem que de mulher”. No *Ensaio sobre a cegueira* o egoísmo é personificado nos homens, enquanto as mulheres representam muito mais a solidariedade. Os homens, além de egoístas, são também covardes. Descontentes quando recebem menos comida do que lhes é o mínimo indispensável, bradam furiosos, mas acovardam-se com a perspectiva de um confronto. Só o que fazem é mandar outros representantes buscar comida e explicar o descontentamento de todos com o procedimento dos tiranos, o que, evidentemente, não resulta em nada, uma vez que as palavras nada podem contra a força. Esta problemática da ineficiência do discurso contra a força física é constante, de modo a destacar que as palavras nada podem contra as armas, e que, portanto, a mudança não pode prescindir dos meios com os quais os opressores oprimem: os oprimidos têm de valer-se da luta armada, porque o discurso é limitado. Enquanto os cegos se acovardam, reclamam, mas esmorecem com a lembrança da pistola que os tiranos disparam para assustá-los, a crueldade dos malvados, por sua vez, não para. As caixas com comida surrupiadas estão a apodrecer enquanto os malvados as negam aos famintos porque estes não têm mais como pagar por elas. Então, os tiranos têm a ideia de concedê-las em troca de mulheres. A notícia, dada secamente, provoca protestos, os quais, no entanto, esbarram na covardia justificada com persuasivos argumentos, todos muito bem fundamentados na mais sensata racionalidade. O primeiro cego, contudo, não admite a participação da esposa na orgia, apela à moralidade e ao sentido da vida, mas o médico refuta suas ideias, argumentando que não há nenhum sentido para a vida de pessoas famintas vivendo cobertas de porcaria e roídas de piolhos. O médico reconhece que seu “orgulho de macho” será ferido com a violência

contra a esposa, “mas é provavelmente o único recurso, se queremos viver” (p. 167). A cena da violência contra a sua esposa será uma das mais marcantes demonstrações de brutalidade. Após transar com a rapariga dos óculos escuros, o líder dos malvados ordena que a mulher do médico ajoelhe-se:

A mulher do médico ajoelhou-se. Chupa, disse ele [o líder dos malvados], Não, disse ela, Ou chupas, ou bato-te, e não levas comida, disse ele, Não tens medo de que to arranque à dentada, perguntou ela, Podes experimentar, tenho as mãos no teu pescoço, estrangulava-te antes que chegasses a fazer-me sangue, respondeu ele. [...] Chupa, e deixa-te de conversa fina, Não, Ou chupas, ou na tua camarata nunca mais entrará uma migalha de pão, vai lá dizer-lhes que se não comerem é porque te recusaste a chupar-me, e depois volta para me contares o que sucedeu. A mulher do médico inclinou-se para diante, com as pontas de dois dedos da mão direita segurou e levantou o sexo pegajoso do homem, a mão esquerda foi apoiar-se no chão, tocou nas calças, tacteou, sentiu a dureza metálica e fria da pistola, Posso matá-lo, pensou. Não podia. Com as calças assim como estavam, enrodilhadas aos pés, era impossível chegar ao bolso onde a arma se encontrava. Não o posso matar agora, pensou. Avançou a cabeça, abriu a boca, fechou-a, fechou os olhos para não ver, começou a chupar (p. 177).

O estupro das mulheres durou horas, após as quais a cega das insônias morre devido às pancadas que recebera durante as sucessivas e ininterruptas penetrações. Depois de lavar o corpo da companheira, no dia seguinte, após ouvir o sarcasmo de um dos estupradores, a mulher do médico finalmente decide matar o líder dos malvados e passar ela própria a buscar a comida, sob pena de, no caso de os malvados o quererem fazer, serem mortos por ela ao sair de sua camarata. Contudo, nos dias seguintes o governo suspende o envio de alimentos. Famintos, os cegos querem entregar o assassino aos ladrões em troca do alimento que eles têm estocado (p. 191), e argumentam que seria um ato de “justiça”:

e então, sendo este mundo dos cegos o que é, sucedeu o que sempre há de suceder, um dos homens disse, O que eu sei é que não estaríamos nesta situação se não fossem terem-lhes matado o chefe, que importância teria ir lá as mulheres duas vezes por mês a dar-lhes o que deu para dar-se a natureza, pergunto. Houve quem achasse graça à reminiscência, houve quem disfarçasse o riso, a alguma voz de protesto não a deixou falar o estômago, e o mesmo homem insistiu, Quem teria sido o da feição gostava eu de saber, As mulheres que estavam lá nessa altura juram que não foi nenhuma delas, O que devíamos fazer era tomar a justiça nas nossas mãos e levá-lo ao castigo, Desde que soubéssemos quem é. A mulher do médico baixou a cabeça, pensou, Têm razão, se alguém aqui morrer de fome a culpa será minha, mas depois, dando voz à cólera que sentia subir dentro de si contradizendo esta aceitação da sua responsabilidade, Mas que sejam estes os primeiros a morrer para que a minha culpa pague a culpa deles. Depois pensou, levantando os olhos, E se agora lhes dissesse que fui eu que matei, entregar-me-iam sabendo que me entregavam a uma morte certa (p. 191).

O velho da venda preta a impede de falar (como ele soube e como percebeu que ela falaria isso não sabemos). É ele quem diz que é hora de os homens irem buscar a comida, e mantém sua posição defendendo-a contra os protestos dos demais:

tendo começado por mandar as mulheres e comido à custa delas como pequenos chulos de bairro, é agora a altura de mandar os homens, se ainda os temos aqui, [...] Não estou disposto a perder a vida para que os mais fiquem cá a gozar, Também estarás disposto a não comer se alguém vier a perder a vida para que tu comas, perguntou sarcástico o velho da venda preta, e o outro não respondeu (p. 192).

As mulheres, a despeito de já terem feito muito, irão também: “Não irão apenas os homens, irão também as mulheres, voltaremos ao lugar onde nos humilharam para que da humilhação nada fique, para que possamos libertar-nos dela da mesma maneira que cuspiamos o que nos lançaram à boca” (p. 192). Após decidirem lutar, as sombras diminuem, pois brilha timidamente uma primeira “luz”: “O velho da venda preta sorriu, [...] interessante é reparar na expressão de estranheza dos outros cegos, como se alguma coisa lhes tivesse passado por cima das cabeças, um pássaro, uma nuvem, uma primeira e tímida luz” (p. 192-193). Na página 200, quando se preparam para o confronto, estarão “como arcanjos rodeados do seu próprio resplendor”.

O egoísmo, embora associado à perspectiva masculina, também se manifesta nas mulheres em algumas situações. No caso da mulher do médico, este é naturalmente atenuado pelas circunstâncias em que se manifesta, porém ela mesma o percebe, ainda que o tente disfarçar. Após saírem do manicômio, ela vai procurar comida, e a encontra no depósito subterrâneo de um supermercado. Ao subir com os sacos cheios, ela fecha a porta. Justifica a si mesma este ato alegando que, se os cegos farejassem a comida, correriam famintos escada abaixo e alguns morreriam pisoteados pelos outros. Ao retornar para casa, “Enquanto comiam, a mulher narrou as suas aventuras, de tudo quanto lhe acontecera e fizera só não disse que tinha deixado a porta do armazém fechada, não estava muito segura das razões humanitárias que a si própria tinha dado [...]” (p. 228). Quando ela e o marido vão juntos procurar comida, um amontoado de corpos bloqueia a passagem do armazém. Os cegos haviam farejado os alimentos e aberto a porta. Na confusão de pernas e braços ávidos por matar a fome, caíram, foram pisoteados, morreram. A mulher culpa-se daquelas mortes e o marido a conforta dizendo: “De uma certa maneira, tudo quanto comemos é

roubado à boca dos outros, e se lhes roubamos de mais acabamos por causar-lhes a morte, no fundo somos todos mais ou menos assassinos” (p. 298).

O uso desmesurado da razão, a subutilização dos sentimentos, o egoísmo são também manifestações da cegueira que, neste *Ensaio*, convergem para uma crítica mordaz ao nosso desumano modo de vida.

perceber que só as personagens femininas são capazes de manter a dignidade e dar um basta ao inferno quando, na verdade, são consideradas o sexo frágil, enquanto os homens assistem a tudo de braços cruzados, só sendo passíveis de reação quando induzidos por um líder experiente e porque estão com fome, ressaltam o quanto o mundo guiado pela ótica masculina é injusto e não considera os meios de se atingir os seus objetivos, ou seja, o quanto é egoísta, destrutivo e mau (VIEIRA, 2009, p. 130).

Marx nunca disse que o ser humano é essencialmente egoísta, ao contrário, deixou sempre claro que não há uma essência humana fixa, uma vez que nossa natureza varia à medida que variam nossas relações sociais e nosso sistema de produção, o qual igualmente produz a nós próprios. Porém, ele afirmou que o capitalismo, devido (agora sim) a suas características essenciais, torna-nos seres humanos egoístas.

Toda a abordagem de Marx é caracterizada por uma referência constante ao homem em oposição à condição de trabalhador assalariado. Isso só se torna possível porque sua abordagem é baseada numa concepção da natureza humana radicalmente oposta à concepção da Economia Política. Marx nega que o homem seja um ser essencialmente egoísta, porque não aceita a natureza humana *fixa* (e, na realidade, não aceita nada fixo). Na opinião de Marx, o homem não é, por natureza, nem egoísta nem altruísta. Ele é transformado, pela sua própria atividade, naquilo que é, num determinado momento. Assim, se essa atividade for transformada, a natureza humana, que hoje é egoísta, se modificará, no devido tempo (MÉSZÁROS, 1981, p. 131-132).

1.5 Aspectos gerais do Ensaio sobre a lucidez

Ensaio sobre a lucidez (2004) retoma o país, situações e personagens do *Ensaio* anterior (a história ocorre quatro anos após a epidemia de cegueira), mas de modo bem diverso. No *Ensaio sobre a Cegueira* é uma pessoa que vê e, através da força, mata o opressor. Ela não consegue vencer a opressão e seus “colegas” queriam entregá-la aos tiranos para evitar confronto. No *Ensaio sobre a lucidez* é a massa que se insurge silenciosa e pacificamente. Agora, a brancura não é cegueira, é lucidez: a esmagadora maioria dos eleitores da capital

vota em branco nas eleições municipais. Realizada uma segunda votação, o resultado se repete. O governo toma medidas enérgicas para dissuadir o povo desta insurgência silenciosa, mas fracassa. Abandona a cidade e deixa a população “desprotegida”. Ao contrário do que imaginara, os brancos¹⁶ não se desesperam, e a ausência das autoridades não muda nada na vida das pessoas. A fim de restabelecer a “ordem”, o governo pratica atos terroristas e culpa os supostos conspiradores. O medo que o governo tenta incutir nos cidadãos a fim de que estes reconheçam que ele é necessário não obtém resultados, mas a estratégia se mantém até o final, somada à imposição de dificuldades ao recebimento de suprimentos e, principalmente, à intensa tentativa de manipulação ideológica através da imprensa. Tudo a fim de impor a democracia, ou seja, o controle do Estado na vida dos indivíduos, os quais, desta vez, silenciosamente, não se deixam manipular nem amedrontar.

O *Ensaio sobre a lucidez* não oferece uma solução para os problemas do enredo, apenas comprova que o governo não sabe o que fazer para retomar o poder: cumprindo ordens de um dos ministros, um atirador mata a mulher do médico (acusada de ser a líder da conspiração dos brancos, mentira na qual o povo não acreditou) e o cão que estava ao seu lado (o mesmo cão que secara suas lágrimas no *Ensaio* anterior, tal como Achado também secou as lágrimas de Cipriano). Depois desta cena, na última da narrativa há um diálogo entre dois cegos, comentando os tiros e os uivos, satisfeitos porque o terceiro tiro (a mulher fora morta por dois) calou os uivos do cão. Estes cegos egoístas poderiam ser uma indicação de um retorno à cegueira, porém são apenas dois em meio a uma multidão lúcida e solidária. Não obstante, este final não resolve o problema do governo nem da população, uma vez que esta não acredita que tenha havido conspiração, tampouco que aquela mulher fosse sua líder, e o governo, por sua vez, não desistirá de sua guerra. O texto poderia, é claro, ter acabado de outro modo, contanto que o resultado fosse o mesmo, pois não havia como solucionar o caso do voto em branco, a menos que a população reconsiderasse e votasse em um dos três partidos, fato impossível no caso destes cidadãos. Uma vez que as estratégias de terror dos governantes não os convenceu de que o Estado é necessário, não havia como convencê-los a restituir-lhes o poder. O problema persistirá até que um dos lados (Estado ou cidadãos) desista da luta, pois nas

16 Na obra este termo foi criado com intenções depreciativas, depois seu uso tornou-se comum, embora os governantes sempre o utilizem com despeito. Emprego-o sempre sem intenções pejorativas.

circunstâncias dadas (o Estado agindo como pode, segundo os velhos paradigmas da soberania, e a população negando-se a alienar-se e a submeter-se) ninguém jamais vencerá, pois ambas as forças se equivalem, como “dois lutadores dotados de igual fortaleza” (p. 73).

A “narrativa, longe de ser um jogo aleatório de significantes, é um ato social simbólico que busca resolver de forma imaginária, mas não por isso menos explicativa, os conflitos reais da sociedade” (CEVASCO, 2011, p. 21). No *Ensaio sobre a lucidez* e nas outras duas narrativas não foi possível resolver os conflitos. André Bueno, referindo-se à “trilogia involuntária” referida na introdução, dá-nos uma explicação que creio valer para o desfecho deste *Ensaio*: “os relatos da *Trilogia* permanecem no meio da crise sem indicar qualquer saída, sugerindo um ceticismo aplicado à própria condição humana como uma mistura de medo, ruindade e indiferença” (2002, p. 8). O próprio Saramago diz-nos algumas palavras para a situação específica deste *Ensaio*, na própria obra:

É difícil dar a um tal isto ou aquilo uma resposta capaz de satisfazer totalmente esse leitor [um leitor “atento aos meandros do relato, um leitor daqueles analíticos que de tudo esperam uma explicação cabal”]. Salvo se o narrador tivesse a insólita franqueza de confessar que nunca esteve muito seguro de como levar a bom termo esta nunca vista história de uma cidade que decidiu votar em branco [...] (p. 184)

1.6 O Estado no *Ensaio sobre a lucidez*

Há nesta obra duas personificações alegóricas, da cegueira e da lucidez, mas elas não estão associadas ao masculino ou ao feminino, diferentemente do que ocorre no outro *Ensaio*. Aqui a alegoria concentra-se no antagonismo entre os votantes “tradicionais” (aqueles que escolheram entre um dos três partidos políticos estabelecidos, da direita, do meio e da esquerda) e os eleitores que votaram em branco, recusando-se a aceitar a farsa do jogo eleitoral. Os brancos, além de serem antagonistas dos políticos, constituem-se como antagonistas dos outros eleitores, porque estes se deixam levar pelas mentiras dos governantes, e por isso veem nos brancos inimigos seus e do Estado, convencidos pelos jornais de que se trata de uma conspiração contra a democracia. Os eleitores tradicionais acreditam que a bomba que matou 34 pessoas no metrô foi um ato dos brancos, e por isso tentam fugir da cidade.

Impedidos pelo governo e convencidos por ele a retornarem aos lares para proteger suas casas do furto de que as emissoras de rádio noticiavam ser vítimas (os governantes mandaram dizer que os brancos aproveitavam sua retirada para levar-lhes os bens), deparam-se, ao contrário, com os vizinhos a aguardar diante dos prédios para auxiliá-los a levar a mudança de volta às casas. Apesar das evidências de que não se trata de uma conspiração, tampouco de uma organização violenta, nestes eleitores o poder da propaganda ideológica do governo gera efeitos mais poderosos do que a realidade. Só o que conseguem ver é o mundo como a ideologia lhe representa, e, neste caso, um mundo “de cabeça para baixo”. A cegueira está associada aos discursos, à propaganda do governo difundida pela imprensa, enquanto a lucidez não se vale de palavras, apenas de atitudes concretas e silenciosas.

“A promessa de ‘imparcialidade’ e ‘justiça’ em um mundo dominado pelo capital só pode ser o álibi mistificador para a permanência da *desigualdade substantiva*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 305). Este mundo dominado pelo capital é, nesta ficção, criticado por Saramago especificamente no que diz respeito a um de seus pilares fundamentais: o Estado. Analiso o paradoxo deste Estado que se quer racional mas se vale de expedientes criminosos para impor sua vontade no subcapítulo 2.2.2. Por ora vejamos um comentário de Althusser. Primeiro ele cita Marx:

o Estado político... encerra precisamente nas suas formas modernas as exigências da razão. Não se detém aí. Em todo o lado pressupõe a razão realizada. Mas, igualmente em todo o lado, cai na contradição entre a sua definição teórica e as suas hipóteses reais (p. 17).

Depois ele comenta: “os abusos do Estado são concebidos já não como distrações do Estado em relação à sua essência mas como uma contradição real entre a sua essência (razão) e a sua existência (não-razão)” (ALTHUSSER *et alii*, p. 17-18). A crítica ao Estado, personificado nos seus governantes, é aqui contrabalançada pelo elogio a um povo imaginário, uma maioria de 83 por cento de eleitores lúcidos, capazes de perceber a inutilidade de sua “escolha” eleitoral.

Diferentemente do que sugeriria o senso comum, o povo não derruba os governantes para tomar-lhes o poder, o que querem é viver suas vidas, sem quem mande e quem obedeça, sem discursos, apenas com ações.

Alguns [eleitores] sugeriam que fosse um grupo falar com o presidente da câmara municipal, oferecer leal colaboração, explicar que as intenções das pessoas que haviam votado em branco não eram deitar abaixo o sistema e tomar o poder, que aliás não saberiam que fazer depois com ele, que se haviam votado como votaram era porque estavam desiludidos e não encontravam outra maneira de que se percebesse de uma vez até onde a desilusão chegava, que poderiam ter feito uma revolução, mas com certeza iria morrer muita gente, e isso não queriam, que durante toda a vida, pacientemente, tinham ido levar seus votos às urnas e os resultados estavam à vista, Isto não é democracia nem nada, senhor presidente da câmara (p. 101).

“É regra invariável do poder que, às cabeças, o melhor será cortá-las antes que comecem a pensar, depois pode ser demasiado tarde” (p. 116). Os governantes se apegaram à esperança de que haveria um modo de reverter a situação. Suas práticas, compreendidas como alegoria, nos convencem de que Agamben está certo quando afirma que “a estrita oposição democracia/ditadura é enganosa para uma análise dos paradigmas governamentais hoje dominantes” (2004, p. 76). Os governantes tentam impor seus desejos valendo-se das instituições do Estado, neste *Ensaio* destacando-se a lei, a imprensa e a polícia, os dois primeiros, aparelhos ideológicos do Estado, o último, aparelho repressivo (Althusser, 1985).

A lei está ao lado dos poderosos e contra os oprimidos, e, quando não é assim, os governantes dão um jeito para que seja. O voto em branco é um direito legítimo, mas nunca passara pela cabeça de ninguém que ele fosse usado de modo massivo. Diante desse acontecimento, interpretam-no como abusivo, uma afronta à democracia. Realiza-se uma nova eleição. Repetindo-se o fenômeno, o governo toma medidas mais drásticas, entre as quais retirar-se da cidade, deixando os moradores abandonados, imaginando que um surto de violência era inevitável. Enganaram-se, “por ali não se viam ladrões nem violadores nem assassinos, ao contrário dos mal-intencionados prognósticos do presidente fugido” (p. 98). Agentes do governo tentam criar tumulto para justificar violência. Promovem uma greve dos funcionários da limpeza, que fracassa. A população sabe que o governo vai agir contra ela, um dos cidadãos diz: “vão tratar de amargar-nos a vida de mil maneiras, temos de estar preparados para tudo, incluindo, ou principalmente, o que agora nos pareça impossível, o baralho têm-no eles, e as cartas na manga¹⁷ também” (p. 102). De fato, o impossível não demora: um atentado mata 34 pessoas, e o governo, autor do crime, tenta culpar

¹⁷ Esta metáfora do jogo de cartas é a mesma usada em *A caverna* em relação ao Centro, conforme veremos à frente.

os eleitores que votaram em branco. Quinhentas pessoas são detidas para interrogatório, e as perguntas deveriam ser respondidas conforme o interesse dos policiais e dos juízes.

a nós não incomoda nada que invente as respostas que entender, com tempo e paciência, mais a aplicação adequada de certas técnicas, acabará por chegar à que pretendemos ouvir [disse o interrogador], Digam-me então qual é e acabemos com isto, Ah não, assim não teria graça nenhuma, que ideia faz de nós, meu caro senhor, nós temos uma dignidade científica a respeitar, uma consciência profissional a defender, para nós é muito importante que sejamos capazes de demonstrar aos nossos superiores que merecemos o dinheiro que nos pagam e o pão que comemos, Estou perdido, Não tenha pressa (p. 32).

O Estado cria a lei, e quando a lei que criou é falha, deturpa-a, nega-a, infringe-a ou inventa outra. O comissário fala à mulher do médico: “Aprendi neste ofício que os que mandam não só não se detêm diante do que nós chamamos absurdos, como se servem deles para entorpecer as consciências e aniquilar a razão” (p. 284). A situação vivida pelos eleitores da capital deste país imaginário é, como quis Saramago ao deixar claro que se trata de um país como qualquer outro do planeta (p. 93-94), alegoria do estado atual em que vivemos, tal como afirma Agamben ao dizer que

O estado de exceção, hoje, atingiu exatamente seu máximo desdobramento planetário. O aspecto normativo do direito pode ser, assim, impunemente eliminado e contestado por uma violência governamental que, ao ignorar no âmbito externo o direito internacional e produzir no âmbito interno um estado de exceção permanente, pretende, no entanto, ainda aplicar o direito (2004, p. 131).

A imprensa é responsável pelo “trabalho de intoxicação do público” (p. 309). Os jornais, a televisão e as rádios, todas as mídias seguem as determinações do governo, agindo no interesse dos poderosos e, paradoxalmente, contra a população que as lê, ouve e assiste. Quando os jornais publicam a fotografia do grupo da mulher do médico, mentindo que se trata do rosto da conspiração, o comissário lê quatro jornais e percebe que, salvo diferenças de vocabulário, “a informação era igual em todos e sobre ela poderia calcular-se uma espécie de média aritmética muito provavelmente ajustada à fonte original, elaborada pelos assessores de escrita do ministro do interior” (p. 287-288). A estratégia dos ministros é convencer a população de que a mulher do médico, por não ter cegado durante a epidemia de quatro anos atrás, é a responsável pelo voto em branco, como se uma coisa levasse à outra. O plano é absurdo, mas a imprensa não o questiona, publica-o, divulga-o, tenta inculcá-lo

na cabeça da população. O comissário resolve ajudar a mulher do médico. Para isso, escreve um relatório da sua investigação, defendendo-a, e o leva a um pequeno jornal, que não publicara a foto. Usando de uma artimanha para enganar a censura, os editores conseguem ocultar o artigo misturando-o a outra notícia. O governo, quando sabe do artigo, manda recolher os jornais. Mas alguns já haviam sido vendidos, e a população faz fotocópias e as distribui. Como se vê, a desesperada tentativa do governo de inventar um rosto para uma conspiração inexistente alcançará o mesmo fracasso das estratégias anteriores.

Afinal, ainda nada está perdido, a cidade tomou o assunto nas suas mãos, pôs centenas de máquinas fotocopadoras a trabalhar, e agora são grupos animados de raparigas e de rapazes que andam a meter os papéis nas caixas de correio ou a entregá-los às portas, alguém pergunta se é publicidade e eles respondem que sim senhor, e da melhor que há. Estes felizes sucessos deram uma alma nova ao comissário, como por um passe de magia, da branca, não da negra, fizeram-lhe desaparecer a fadiga, é outro homem este que avança por estas ruas, é outra a cabeça que vai pensando, vendo claro o que antes era obscuro [...] (p. 312).

O comissário de polícia agiu contra as ordens que recebera, mas não nos enganemos a pensar que ele representa a corporação. Não. Ele é uma exceção. Os demais policiais cumpriram as ordens recebidas: detiveram “suspeitos”, interrogaram-nos, seguiram outros, prenderam, reprimiram, tudo conforme manda a lei e a ordem. O comissário preferiu ser demitido, receoso de que isso não seria tudo. Disse-lhe o ministro do interior sobre a investigação que ordenara sobre a mulher do médico, denunciada por uma carta do primeiro cego:

há casos em que a sentença já está escrita antes do crime [...] dou-lhe cinco dias, note bem, cinco dias, nem mais um, para me entregar toda a célula atada de pés e mãos, a sua águia-pesqueira e o marido [...] e os três peixinhos que agora apareceram [...] quero-os esmagados pela carga de provas de culpabilidade impossíveis de negar, ladear, contrariar ou refutar [...] (p. 244)

O descumprimento destas ordens custou-lhe a vida. Pouco antes de morrer, dentro de um táxi, “viu, pegada ao pára-brisas, uma fotocópia do artigo [o que escrevera e fora publicado pelo pequeno jornal]. Apesar do medo, as suas angústias e os seus temores tinham valido a pena” (p. 314).

2 REPRESENTAÇÃO ALEGÓRICA DO MUNDO

Walter Benjamin resgatou a importância do estudo e da interpretação alegórica na obra *Origem do drama barroco alemão*. Seu principal objetivo era valorizar o período Barroco, uma vez que este fora desdenhado pelo Romantismo, sobretudo através da polêmica símbolo *versus* alegoria. Algumas das formulações teóricas de Benjamin ajudaram-me a compor meu cabedal teórico, porém parto de uma visão mais abrangente da alegoria. Não considero adequado fazer uso ortodoxo do conceito benjaminiano pois o autor elaborou-o especificamente sobre o Barroco, focando sobretudo o drama alemão. Para Benjamin a alegoria é acima de tudo a metamorfose do vivo no morto, apontando para a efemeridade da vida, deste modo “É evidente: a alegorização da *physis* só pode consumir-se em todo o seu vigor no cadáver” (1984, p. 241). Quando não trata do morto, trata do declínio: “a história não constitui um processo de vida eterna, mas de inevitável declínio. Com isso, a alegoria reconhece estar além do belo. As alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no reino das coisas” (*id.*, p. 200). Na apresentação da tradução de 1984, Sergio Paulo Rouanet afirma que para Benjamin “a alegoria significa a morte, e se organiza através da morte. [...] o esquema básico da alegoria é a metamorfose do vivo no morto” (p. 38). Vejamos, nas palavras do próprio Benjamin, sua concepção da diferença entre alegoria e símbolo:

Ao passo que no símbolo, com a transfiguração do declínio, o rosto metamorfoseado da natureza se revela fugazmente à luz da salvação, a alegoria mostra ao observador a *facies hippocratica* da história como topopaisagem petrificada. A história em tudo o que nela desde o início é prematuro, sofrido e malogrado, se exprime num rosto – não, numa caveira. E porque não existe, nela, nenhuma liberdade simbólica de expressão, nenhuma harmonia clássica da forma, em suma, nada de humano, essa figura, de todas a mais sujeita à natureza, exprime, não somente a existência humana em geral, mas, de modo altamente expressivo, e sob a forma de um enigma, a história biográfica de um indivíduo. **Nisso consiste o cerne da visão alegórica: a exposição barroca, mundana, da história como história mundial do sofrimento, significativa apenas nos episódios de declínio.** Quanto maior a significação, tanto maior a sujeição à morte, porque é a morte que grava mais profundamente a tortuosa linha de demarcação entre a *physis* e a significação. Mas se a natureza desde sempre esteve sujeita à morte, desde sempre ela foi alegórica (p. 188, negrito meu).

Nos textos de Platão e Saramago não é exatamente isso o que acontece. O deslocamento da análise do Barroco para os textos aqui estudados exige dilatar as possibilidades da alegoria, conceito que é nesta dissertação utilizado como

representação concreta de uma idéia abstrata. Exposição de um pensamento sob forma figurada em que se representa algo para indicar outra coisa. Subjacente ao seu nível manifesto, comporta um outro conteúdo. É uma metáfora continuada, como tropo de pensamento, consistindo na substituição do pensamento em causa por outro, ligado ao primeiro por uma relação de semelhança (KOTHE, 1986, p. 90).

Ou seja, alegoria significa “dizer o outro” (*id.*, p. 7). Neste sentido, Saramago escreve algo que funciona no nível textual mas que também representa outra coisa no nível alegórico. “A alegoria é um tropo de pensamento, uma ampliação da metáfora, consistindo na substituição, mediante uma relação de semelhança, do pensamento em causa, do qual aparentemente se trata, por outro, num nível mais profundo de conteúdo” (*id.*, p. 19). Por isso, tal como ressaltai na introdução, inspirado em Jameson, “a interpretação é estabelecida como um ato essencialmente alegórico, que consiste em se reescrever um determinado texto em termos de um código interpretativo específico” (1992, p. 10).

Para Hansen, alegoria é, “Retoricamente, metáfora continuada que diz *b* para significar *a*, baseando-se numa relação de semelhança entre *b* e *a* [...]” (1986, p. 110). Mas como saber qual é o “*a*” que o “*b*” significa? Como ter certeza de que o “*b*” que interpretamos é de fato o que a alegoria representa? Para responder estas perguntas, destaco o que Benjamin chamou de “antinomias do alegórico”, ou seja, “Cada pessoa, cada coisa, cada relação pode significar qualquer outra¹⁸” (1984, p. 196-197). Flávio Kothe, por sua vez, utiliza o termo “natureza contraditória da alegoria” (*op. cit.*, p. 38), enquanto Hansen diz que “Teoricamente, a alegoria diz *b* para significar *a* [...] observando-se que os dois níveis (designação concretizante *b* e significação abstrata *a*) são mantidos em correlação virtualmente aberta, que admite a inclusão de novos significados” (p. 6). O que não pode faltar, porém, em uma interpretação alegórica, é o vínculo entre o texto e o real¹⁹: “Não existe nenhum produto das fantasias alegóricas, por

18 Não creio que possamos chegar a “qualquer outra” interpretação, pois, embora haja possibilidades de outras, há interpretações válidas e outras não.

19 Parto do pressuposto de que o real possui diversas camadas. Na camada mais profunda, o real é uma

mais barroco que seja, que não tenha uma contrapartida nesse mundo” (BENJAMIN, *op. cit.*, p. 244), sem esquecer que devemos “ter consciência da relação arbitrária e deformante que o trabalho artístico estabelece com a realidade, mesmo quando pretende observá-la e transpô-la rigorosamente, pois a mimese é sempre uma forma de poiese” (CANDIDO, 2010, p. 22). A alegoria, conforme Kothe, é sinédoque do real. Segundo ele

A alegoria nunca é capaz nem de apreender toda a idéia que nela se procura expressar, nem de expressar toda a idéia que nela se manifesta. Isso quer dizer que a formulação e a exegese da alegoria são processos complementares, impensáveis um sem o outro. Nela, a forma não se converte plenamente em conteúdo, nem o conteúdo em forma: dois níveis distintos são sempre mantidos. A exegese da alegoria expõe e leva avante a exegese do real que a própria alegoria se propõe fazer (*op. cit.*, p. 39).

Doris Sommer, quando se refere ao termo, explica que a alegoria é “uma estrutura de narrativa em que uma linha é uma pista da outra, em que cada uma ajuda a escrever a outra. [...] Uma interpretação mais convencional define a alegoria como uma narrativa com dois níveis paralelos de significação” (1994, p. 163). Para estabelecer a distinção entre alegoria e símbolo, Sommer explica que “Enquanto a alegoria trabalha ao longo da duração da narrativa, o símbolo é sentido como epifania.” (*id.*, p. 164). O símbolo favorece a “urgência emocional”, enquanto a alegoria exige “pausa intelectual”, “nisso consiste precisamente a sua dialética: ela se reveste de símbolo, mas não é símbolo” (PEREIRA, 2007, p. 49):

E ainda hoje não é óbvio que ao representar a primazia das coisas sobre as pessoas, do fragmentário sobre o total, a alegoria seja o contrário polar do símbolo, mas por isso mesmo sua igual. A personificação alegórica obscureceu o fato de que sua tarefa não era a de personificar o mundo das coisas, e sim a de dar a essas coisas uma forma mais imponente, caracterizando-as como pessoas (BENJAMIN, p. 209).

A alegoria se reveste de uma dupla temporalidade, apontando para

sequência de eventos que ocorrem num determinado recorte de tempo e num determinado espaço, cuja ocorrência prescinde de sua transformação em discurso para gerar efeitos. Entretanto nós não temos acesso a essa camada profunda, apenas às camadas que se sobrepõem ao acontecimento. Nas camadas que se sobrepõem, há interpretações dos eventos que os representam através de uma determinada linguagem, e é a uma destas camadas que Saramago se refere.

Na obra de Saramago o real refere-se ao momento histórico por que passam as pessoas de alguns países ocidentais, nos quais as práticas de produção são realizadas de acordo com a lógica capitalista, e o Estado é organizado conforme o modelo em que os cidadãos elegem representantes que, por gerirem um Estado capitalista, governam de acordo com a lógica dos dominantes e em oposição aos interesses da massa que os elegem. Esta ideia de real não corresponde à camada do evento, mas a uma interpretação, no caso, realizada sob um viés marxista.

Jameson afirma “que a História não é um texto, ou uma narrativa, mestra ou não, mas que, como causa ausente, é-nos acessível apenas sob a forma textual, e que nossa abordagem dela e do próprio Real passa necessariamente por sua textualização prévia, sua narrativização no inconsciente político” (1992, p. 32). Não temos acesso ao real enquanto evento, apenas como uma narrativa.

o tempo de sua produção e para todos os tempos, possuindo, ainda, um caráter “educativo”, à medida que, enquanto metonímia do real, impõe uma reflexão sobre o mundo.

2.1 As alegorias de Saramago

Os seis elementos fundamentais da *Alegoria da Caverna* aparecem nos três textos de Saramago, entretanto seu funcionamento apresenta especificidades, pois a alegoria representa o mundo, mas o modo como o mundo é representado em cada um dos textos não é exatamente o mesmo. Em vista disso, cada um dos componentes requer atenção pormenorizada, o que farei nos quadros a seguir. Antes, para enfatizar que Saramago apropria-se, de fato, *conscientemente*, do texto de Platão, deixando marcas disso em suas narrativas, julguei conveniente incluir breves observações a respeito.

A ordem de publicação das obras é: *Ensaio sobre a cegueira* (1995), *A caverna* (2000) e *Ensaio sobre a lucidez* (2004), mas começarei com o segundo, para facilitar a comparação com os dois *Ensaios*.

O título antecipa as referências à *Alegoria da caverna*, que de fato são várias. Por ora, fiquemos nas referências explícitas, que iniciam na epígrafe, um diálogo extraído de *A república*: “Que estranha cena e que estranhos prisioneiros, São iguais a nós.”

Entre as páginas 193 e 198 Cipriano Algor tem um sonho em que se encontra dentro do forno novo que conjeturara comprar pensando em modernizar a olaria caso a venda dos bonecos desse certo. Era um forno grande e, dentro dele, Cipriano viu, surpreso, um banco de pedra igual àquele em que sentava, ao ar livre, para pensar, “e de que Cipriano Algor só pode ver a parte de trás do recosto, porquanto, insolitamente, este banco está virado para a parede do fundo, a não mais de cinco palmos dela” (p. 194). O oleiro entra no forno e senta-se no banco. Vê projetada contra a parede uma sombra, e ouve uma ordem de Marçal dizendo “Não vale a pena acenderes o forno” (id., ib.). Cipriano não gosta do modo como o genro lhe fala, “Fez um movimento para voltar-se e perguntar por que motivo não valia a pena acender o forno e que vem a ser isso de me tratares

por tu, mas não consegui virar a cabeça” (p. 195), e não o consegue pois percebe-se preso, “atado sem cordas nem cadeias, mas atado” (p. 195-196). Depois, Marçal retorna e dá-lhe a notícia de que fora promovido a guarda residente, portanto, irão todos mudar-se para o Centro. Ainda complementa que Cipriano, por sua vez, entenderá o fato de a olaria fechar, e, inoportuno, acrescenta: “mais tarde ou mais cedo teria de acontecer, portanto saia daí, a camioneta já está à porta [...], mal empregado o dinheiro que se gastou nesse forno” (p. 196). Em seguida aparece a sombra do chefe do departamento de compras a dizer-lhe que a encomenda dos bonecos fora cancelada, e que, se ele está lá dentro do forno para imolar-se, que saiba que o Centro não pagará nada da defunção, “é que não faltaria mais, virem culpar-nos a nós dos suicídios cometidos por pessoas incompetentes e levadas à falência por não terem sido capazes de perceber as regras do mercado” (p. 198). Neste momento Cipriano sabia que o sonho terminara. O pesadelo o deixa em “estado de perplexidade mental”, mas, depois de um tempo acordado, tem a ideia de fazer os bonecos, ao invés de maciços, ocos. Esta ideia, porque economizará tempo e argila, o revigora, levanta-se “tão fresco e ágil como nos seus verdes anos” (p. 199). Vai à olaria e retira os seis primeiros bonecos que pusera para secar ao fogo na noite anterior. Realiza a operação com todo o cuidado, “como se estivesse a ajudar um nascimento” (p. 202), de modo especial a enfermeira, como um demiurgo²⁰ soprando-lhe na cara como se estivesse a “dar-lhe uma espécie de vida”.²¹

Durante escavações para ampliar o subsolo do Centro, os operários encontram uma caverna exatamente do modo como descrevera Platão: havia o muro, seis corpos, sentados, eretos, “três homens e três mulheres, viu restos de ataduras que pareciam ter servido para lhes imobilizar os pescoços, depois baixou a luz, ataduras iguais prendiam-lhes as pernas” (p. 332). Cipriano, quando encontra Marçal à saída da caverna, diz:

sabes que o que ali está, sendo o que é, não tem realidade, não pode ser real, Sei, E contudo eu toquei com esta mão na testa de uma daquelas mulheres, não foi uma ilusão, não foi um sonho, se agora lá voltasse iria encontrar os mesmos três homens e as mesmas três

20 Segundo Gaston Maire (1991, p. 42), o Demiurgo é um ordenador e não um criador do mundo, pois a matéria que moldou já existia. A analogia que Platão estabelece comparando este deus a um artífice aplica-se bem a Cipriano, enaltecendo sua atividade. “O que é esse Demiurgo? A sua função define completamente o seu ser: ele é o Obreiro que molda a matéria à imagem do Inteligível que serve de modelo [...]” (*id., ib.*).

21 Os bonecos, ou estatuetas, são simbólicos, uma vez que era isto o que viam os acorrentados do texto de Platão. No mesmo sentido, é também simbólica a estrutura do Centro, como veremos no Quadro 1.

mulheres, as mesmas cordas a atá-los, o mesmo banco de pedra, a mesma parede em frente, Se não são os outros, uma vez que eles não existiram, quem são estes, perguntou Marçal, Não sei [...] (p. 333).

Cipriano pede que Marçal altere a posição de um dos focos de luz e enxerga o que faltava para o cenário estar completo: vestígios de uma fogueira. “Deixou de valer a pena perguntar se eles existiram ou não, disse Cipriano Algor, as provas estão aqui, cada qual tirará as conclusões que achar justas, eu já tirei as minhas” (p. 333-334).

Sabemos as conclusões de Cipriano quando ele conta o que vira à filha, explicando o porquê de o Centro realizar tanta vigilância a ossos atados:

Se tivesses descido comigo compreenderias, aliás ainda está a tempo de ir lá abaixo, Deixe-se de ideias, Não é fácil deixar-se de ideias depois de se ter visto o que eu vi, **Que foi que viu, quem são essas pessoas, Essas pessoas somos nós, disse Cipriano Algor, Que quer dizer, Que somos nós, eu, tu, o Marçal, o Centro todo, provavelmente o mundo**, Por favor, explique-se, Dá-me atenção, escuta. A história levou meia hora a ser contada. Marta ouviu-a sem interromper uma única vez. No fim, apenas disse, **Sim, creio que tem razão, somos nós**. Não falaram mais até chegar Marçal. Quando ele entrou, Marta abraçou-se-lhe com força, Que vamos fazer, perguntou, mas Marçal não teve tempo de responder. Em voz firme, Cipriano Algor dizia, Vocês decidirão a vossa vida, eu vou-me embora (p. 334-335, grifos meus).

Os títulos dos dois *Ensaios*²² já são alegóricos por si mesmos, e poderíamos dizer que cegueira e lucidez apontam para os dois extremos da alegoria de Platão: os prisioneiros e aquele que alcançou a liberdade.

As referências diretas ao texto de Platão são relativamente poucas, mas muito claras, no *Ensaio sobre a cegueira*, e apenas metafóricas no *Ensaio sobre a lucidez*. No primeiro o médico pronuncia uma frase em que compara a situação deles, cegos, presos no manicômio, à dos acorrentados da *Alegoria da caverna*: “E nós aqui, disse o médico numa voz de propósito audível, não chega estarmos cegos, é como se nos tivessem atado de pés e mãos” (p. 76). No penúltimo parágrafo, quando já recuperaram a visão, um diálogo entre a mulher do médico e seu marido abre nossos olhos para o fato de, tal como os aprisionados de Platão, eles continuarem cegos, porque pensam que veem, mas, vendo, não veem: “Queres que te diga o que penso [perguntou a mulher do médico], Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem” (p. 310). Este final remete à epígrafe: “Se

²² Os dois *Ensaios* não pertencem ao gênero textual ensaio: são textos híbridos nos quais misturam-se diversos gêneros.

podes olhar, vê. Se podes ver, repara”. E mais: durante toda a narrativa, os cegos mantêm o uso do verbo ver: “ainda há bocado, quando tropecei, tu me perguntaste se eu não via onde punha os pés [...], ainda não perdemos o costume de ver, Meu Deus, quantas vezes isto já foi dito” (p. 296-297). O fenómeno dos cegos que “veem” é destacado pelo narrador quando conta as pesquisas empreendidas pelo médico tentando descobrir qual é a doença que está acometendo seu paciente, o primeiro cego:

Quanto à amaurose, aí nenhuma dúvida. Para que efectivamente o caso fosse esse, o paciente teria de ver tudo negro, ressaltando-se, já se sabe, o uso de tal verbo, ver, quando de trevas absolutas se tratava. O cego afirmara categoricamente que via, ressalve-se também o verbo, uma cor branca uniforme, densa, como se se encontrasse mergulhado de olhos abertos num mar de leite (p. 30).

A cegueira, claramente alegórica porque não há nada físico que a provoque²³, está diretamente relacionada a aspectos da teoria de Marx, sobretudo à alienação e à ideologia, ou seja, a incapacidade de enxergar a realidade, uma vez que ela está encoberta por um “místico véu nebuloso”.

Da boca do médico ouvimos uma frase que é citação de uma das ideias basilares do pensamento de Marx: “é justo o que alguém disse, de cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades” (p. 142), princípio fundamental do marxismo, registrado por Marx na *Crítica do programa de Gotha*: “De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!”²⁴. A epígrafe da obra sugere outro ponto importante de sua vinculação ao marxismo, a saber a necessidade de interferir na realidade. O duplo sentido do verbo reparar revela-nos não somente a necessidade de olharmos com atenção, mas de repararmos (consertarmos) o que julgamos errado.

Em um diálogo entre a mulher do médico, o médico e a rapariga dos óculos escuros, ouvimos o seguinte:

as doenças poderão ser diferentes de pessoa para pessoa, mas o que verdadeiramente agora nos está a matar é a cegueira, Não somos imortais, não podemos escapar à morte, mas ao menos devíamos não ser cegos, disse a mulher do médico, Como, se esta cegueira é concreta

23 “Não lhe encontro qualquer lesão, os seus olhos estão perfeitos” (p. 23), “Olhos que tinham deixado de ver, olhos que estavam totalmente cegos, encontravam-se no entanto em perfeito estado, sem qualquer lesão, recente ou antiga, adquirida ou de origem” (p. 37).

24 Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/gotha.htm>

e real, disse o médico, Não tenho a certeza, disse a mulher, Nem eu, disse a rapariga dos óculos escuros (p. 282).

Antes de cegar, a rapariga dos óculos escuros sente-se incomodada pelas luzes da cidade. “Fizera-se noite quando saiu do consultório. Não tirou os óculos, a iluminação das ruas incomodava-a, em particular a dos anúncios” (p. 31). A brancura da cegueira aponta para o fato de que o que nos cega não é a ausência de luz, mas, na atual sociedade, o excesso dela. Além disso, “Alguns destes cegos não o são apenas dos olhos, também o são do entendimento [...]” (p. 213). Entenda-se o excesso de luz também como excesso de informações, as quais, em demasia, igualmente nos cegam, tal como sugere Bueno (2002, p. 14): diz ele que esta “cegueira branca e luminosa [é] associável talvez ao excesso – de luz, de sinais, de informações, de fragmentos, de estímulos, de espaço e tempo muito acelerados [...]” e, conforme Vieira (2009, p. 22), “é uma cegueira metafórica, denunciadora do mal-estar representativo de nossa época, tradutora da alienação, do medo, da ignorância e da indiferença que abrem espaço para a barbárie irromper no cotidiano”.

Viver nas sombras, por sua vez, desacostuma os olhos à luz. Platão sabia que tanto a passagem da luz para a sombra quanto a passagem da sombra para a luz precisava de um período de transição. A mulher do médico experimenta fisicamente o estranhamento da luz: “No patamar exterior a luz do dia estonteou a mulher, e não porque fosse demasiado intensa, no céu estavam passando nuvens escuras, talvez estivesse para chover, Em tão pouco tempo perdi o costume da claridade, pensou” (p. 69).

O ladrão, que se comportara desde o início como um cego, após intenso sofrimento devido à infecção da perna escoiceada pela rapariga dos óculos escuros, sai do manicômio arrastando-se, com esperança de o socorrerem. Ele está com remorso por ter roubado o primeiro cego e se sente um outro homem, até se descobre com bom raciocínio. A tortura por que passou tornou-o uma pessoa melhor, fê-lo arrepender-se, e a cegueira que tem é agora dos olhos, não mais do entendimento.

Assombrava-o o espírito lógico que estava descobrindo na sua pessoa, a rapidez e o acerto dos raciocínios, via-se a si mesmo diferente, outro homem, e se não fosse este azar da perna estaria disposto a jurar que nunca em toda a sua vida se sentira tão bem (p. 79-80).

Porém, ao sair do prédio, sentindo uma brisa fresca, “O medo fez gelar

o sangue do soldado, e foi o medo que o fez apontar a arma e disparar uma rajada à queima-roupa” (p. 80). “O medo cega, disse a rapariga dos óculos escuros, São palavras certas, já éramos cegos no momento em que cegámos, o medo nos cegou, o medo nos fará continuar cegos” (p. 131)

Não temos salvação, repetiu a rapariga dos óculos escuros, Quem sabe, esta cegueira não é igual às outras [disse a mulher do médico], assim como veio, assim poderá desaparecer, Já viria tarde para os que morreram, Todos temos de morrer, Mas não teríamos de ser mortos, e eu matei uma pessoa, Não se acuse, foram as circunstâncias, aqui todos somos culpados e inocentes, muito pior fizeram os soldados que nos estão a guardar, e até esses poderão alegar a maior de todas as desculpas, o medo, Que mais dava que o pobre homem me apalpasse, agora ele estaria vivo e eu não teria no corpo nem mais nem menos do que tenho, Não pense mais nisso, descanse, tente dormir (p. 101).

Como disse a mulher do médico, “esta cegueira não é igual às outras”, e, quando ficam dela curados, enxergam melhor do que antes, como sabemos do primeiro cego, agora o primeiro a se curar: “Vê mesmo bem, como via antes, não há vestígio de branco, Nada de nada, até me parece que vejo ainda melhor do que via, e olhe que não é dizer pouco, nunca usei óculos” (p. 307). O fim alegórico da alienação e da manipulação ideológica torna as pessoas capazes de ver melhor do que viam outrora.

No *Ensaio sobre a lucidez* a relação com a *Alegoria da Caverna* é menos explícita, apresentando-se de modo mais sutil, e, também, mais complexo, pois entrecruzam-se na narrativa as perspectivas dos “prisioneiros” e daqueles que se libertaram. Houve, por um lado, uma inversão da *Alegoria da Caverna*, e, por outro, uma demonstração daquilo que Platão previra caso aquele que fosse libertado tentasse fazer o mesmo aos demais, ou seja, seria morto (em uma explosão encomendada pelo governo 34 pessoas morreram, mais tarde o comissário de polícia e a mulher do médico foram outras duas vítimas). Nesta narrativa, da parte do povo, ao invés da cegueira branca, o voto em branco é, ao contrário, um surto de lucidez, o qual, por sua vez, expõe a cegueira dos políticos, que agem de modo sanguinário para retomar o poder que eles próprios retiraram de si depois do resultado das eleições: estão atados de pés e mãos pela lei, cujas luzes não os iluminam. Ao contrário do filósofo da alegoria de Platão, que ao sair da caverna acostumou-se aos poucos com a luz, observando o mundo através de seu reflexo na água antes de vê-lo diretamente, os políticos depararam-se com a luz de modo abrupto, e a brancura dela cegou a maioria deles (veremos as exceções no quadro 5). Platão nos pergunta (é uma pergunta retórica que o

interlocutor do diálogo responderá afirmativamente) se, voltando o prisioneiro à caverna,

se lhe fosse necessário julgar daquelas sombras em competição com os que tinham estado sempre prisioneiros [...] acaso não causaria o riso, e não diriam dele que, por ter subido ao mundo exterior, estragara a vista, e que não valia a pena tentar a ascensão? E a quem tentasse soltá-los e conduzi-los até cima, se pudessem agarrá-lo e matá-lo, não matariam? (p. 212)

Neste *Ensaio*, logo na primeira página há a descrição de uma das seções eleitorais, cuja aparência em muito nos lembra a caverna, e dentro da qual os membros da mesa que cuidarão da votação e os representantes de cada um dos três partidos estão sem poder sair devido a uma chuva torrencial: “Além da humidade que tornava mais espessa a atmosfera, já de si pesada por ser *interior a sala*, apenas com duas *janelas estreitas que davam para um pátio sombrio mesmo em dias de sol*, o desassossego [...] cortava-se à faca” (p. 9-10, grifos meus). No plano da linguagem, ocorre reiteradamente a utilização do verbo ver e termos associados (luz, iluminar-se etc.) com significados especiais. Vejamos dois exemplos:

1 – “Quanto ao presidente da câmara municipal, usando as palavras do ministro do interior, alegra-nos verificar que viu a luz, não a que o dito ministro quer que os votantes da capital vejam, mas a que os ditos votantes em branco esperam que alguém comece a ver” (p. 110). A luz que o presidente da câmara passou a ver é a lucidez dos brancos, que tomaram consciência da farsa que as eleições representam, em detrimento da luz do ministro, o qual só consegue ver as “estatuetas” desfilando sobre o muro, ou seja, permanece preso às ilusões. Este ministro, antes, dissera: “Levará o seu tempo, mas por fim as pessoas verão a luz” (p. 108), sem admitir que os governantes é que estão às cegas, como disse o presidente, para constrangimento geral dos ministros: “andaremos para aqui às apalpadelas, às cegas, queixou-se o presidente. [...] há quatro anos estivemos cegos e agora digo que provavelmente cegos continuamos” (p. 170-171).

2 – Em uma outra dimensão, agora não como discurso mas como ação das personagens, temos a cena em que o governo sai da cidade às escondidas às três horas da madrugada, sorrateiramente, com medo de sofrerem ataques da população, o que de modo algum acontece. Mas, exatamente às 3h, as luzes dos apartamentos são acesas, criando um “rio de luz” (p. 82-83). Não há

ninguém nas janelas, mesmo assim os motoristas aceleram, fogem desesperados, assustados com a iluminação.

2.2 Análise comparativa dos principais elementos das narrativas

Analisei as narrativas destacando seus principais elementos. A seguir, apresento estes elementos em seis quadros, abaixo dos quais os interpreto alegoricamente. Estes elementos entrecruzam-se na tessitura das narrativas, misturam-se, coexistem. Analiso-os separadamente para facilitar a compreensão, mas destacarei os pontos de contato, sempre que houver.

2.2.1 A opressão das personagens

QUADRO 1: as personagens

Alegoria da Caverna	Homens e mulheres algemados desde a infância à parede de uma caverna, com os pescoços imobilizados de modo que olhem numa única direção, na qual veem as sombras de estátuas, projetadas por uma fogueira, transportadas sobre a cabeça de homens passando atrás de um muro. Devido à configuração do cenário, pensam que as sombras são a realidade.
E. sobre a cegueira	Homens e mulheres trancados num manicômio, mantidos em quarentena, cegos de uma cegueira branca, epidemia que se alastra pelo país inteiro.
A caverna	Homens e mulheres oprimidos pelo modo de produção capitalista, cuja materialização é a vida em um grande prédio (o Centro) cujos apartamentos já se encontram mobiliados (têm roupa de cama, louça, etc.) para onde se mudam apenas as pessoas, que devem manter as janelas sempre fechadas, muitas das quais não dão vista ao exterior, permitindo que vejam apenas outros espaços do próprio Centro.
E. sobre a lucidez	Cidadãos confinados na capital do país, impedidos de sair devido à instauração do estado de sítio. O governo, através da imprensa, procura limitar a visão dos cidadãos, impondo-lhes a verdade que lhe convém; porém, neste texto, a maioria dos cidadãos não se deixa enganar.

Na superfície do texto, o aprisionamento é, nas quatro narrativas, sentido fisicamente, mas nas duas últimas também há um caráter mais sutil, que chamarei de ideológico. A manifestação física em algumas narrativas e sua manifestação ideológica em outras ocorrerá em relação aos seis quadros, predominando manifestação física na *Alegoria da caverna* e no *Ensaio sobre a cegueira*, e ideológica em *A caverna* e no *Ensaio sobre a lucidez*. Por outro lado, no plano alegórico, as limitações físicas impostas aos personagens produzem, naturalmente, em todas as narrativas, efeitos psicológicos.

O caráter físico do aprisionamento dispensa comentários, a não ser em relação ao “desde quando”: somente no texto de Platão os personagens estão

fisicamente presos desde a infância. Os textos de Saramago vão sugerir que desde a infância seus personagens estão ideologicamente prisioneiros, enquanto seu aprisionamento físico, materialização do outro que ocorre desde seu nascimento, é fruto, contudo, de uma situação extraordinária e temporária (no *Ensaio sobre a lucidez* sua temporalidade fica indefinida).

O aprisionamento, em *A caverna*, apresenta um funcionamento bastante complexo e variado. Os moradores do Centro vivem em apartamentos onde móveis e eletrodomésticos já estavam postos (de seu só levam consigo suas roupas e seus corpos), e cujas janelas devem manter-se fechadas por causa do ar condicionado, muitas delas dando vista para o interior do prédio, sem jamais entrar em nenhum cômodo a luz do sol. Cipriano e sua família não são forçados fisicamente a viver no Centro, tampouco são impedidos de sair quando quiserem. Apesar de não haver uma imposição física, as circunstâncias criadas pelo sistema (a suspensão pelo Centro da compra das louças, a impossibilidade de vendê-las a outros comércios) acabam forçando-os a mudar-se para lá. Nenhum dos personagens é agarrado e atado ao Centro, mas o funcionamento do sistema capitalista age como se assim fizesse.

Cipriano Algor sente-se atordoado pela decisão do Centro de não receber a encomenda que lhe fizera, apela para a “solidariedade de classe” dos outros fornecedores, mas não recebe nenhuma palavra de consolo. Sente-se vítima do sistema, prisioneiro dos contratos e da burocracia, sem meios de escapar deles. Neste sentido, a diferença dele para os demais fornecedores é o fato de estes já se terem calado. Cipriano reconhece a hipocrisia do sistema, e se enoja dela. Ao tomar consciência da vileza do jogo (as negociações com o Centro), percebe que “no fim de contas, ou desde o princípio delas, era sempre o chefe do departamento quem decidia as regras da partida, e agora o que se está a jogar aqui é um jogo desigual [...]” (p. 96). Depois de uma conversa com o subchefe sobre o “segredo da abelha”, que não existe mas que o Centro conhece, percebe o caráter alienado dos consumidores, enredados pela “argúcia” do Centro:

possivelmente o segredo da abelha reside em criar e impulsionar no cliente estímulos e sugestões suficientes para que os valores de uso se elevem progressivamente na sua estimação, passo a que se seguirá em pouco tempo a subida dos valores de troca, imposta pela argúcia do produtor a um comprador a quem foram sendo retiradas pouco a pouco,

subtilmente, as defesas interiores resultantes da consciência da sua própria personalidade, aquelas que antes, se alguma vez existiu um antes intacto, lhe proporcionaram, embora precariamente, uma certa possibilidade de resistência e autodomínio (p. 240).

Marçal é, por muito tempo, prisioneiro da ilusão que o Centro representa para si, uma cidade dentro de outra cidade, um lugar grandioso do qual ele não quer fazer parte apenas como funcionário, quer nele morar e proporcionar às pessoas que ama as regalias que pensa nele haver. O guarda que ele é quer compartilhar do mesmo espaço daquelas pessoas que desfrutam do mundo sem precisar sair do prédio, vivendo à sombra do concreto e no frescor do ar condicionado.

Os moradores do Centro não recebem voz própria na narrativa, mas podemos ouvi-la principalmente através das palavras de Marçal, e ainda do narrador e de Cipriano. Eles reconhecem no Centro uma grande oportunidade de conforto e praticidade, afinal, uma cidade dentro de outra permite-lhes ter acesso a tudo de que supõem precisar sem se expor às intempéries climáticas.

O chefe do departamento de compras endeusa o Centro, sentindo-se ele próprio a desfrutar do poder, extensivo a ele na qualidade de chefe:

não exagerarei nada afirmando que o Centro, como perfeito distribuidor de bens materiais e espirituais que é, acabou por gerar de si mesmo e em si mesmo, por necessidade pura, algo que, ainda que isto possa chocar certas ortodoxias mais sensíveis, participa da natureza do divino. Também se distribuem lá bens espirituais, senhor [pergunta Cipriano], Sim, e nem pode imaginar até que ponto, os detractores do Centro, aliás cada vez menos numerosos e cada vez menos combativos, estão absolutamente cegos para o lado espiritual da nossa actividade, quando a verdade é que foi graças a ela que a vida pôde ganhar um novo sentido para milhões e milhões de pessoas que andavam por aí infelizes, frustradas, desamparadas, e isto, quer se queira quer não, acredite em mim, não foi obra da matéria vil, mas de espírito sublime (p. 292).

As características das personagens também apresentam variações no *Ensaio sobre a lucidez*. Fisicamente ficam aprisionados todos os cidadãos da capital, independente de terem votado em branco ou em um dos partidos políticos. Escapam desta condição os ministros, o presidente e todos aqueles diretamente ligados ao governo federal (apesar de o caso do voto em branco ter ocorrido nas eleições municipais, quem foge do estado de sítio é o governo federal, deixando na cidade os vereadores e, personagem com relevância especial, o presidente da câmara). Embora livres do aprisionamento físico por eles mesmos criado com a declaração do estado de sítio e consequente

fechamento da cidade, o governo federal é quem mais sofre os efeitos do aprisionamento ideológico de que são vítimas desde que nasceram.

Da mesma forma que os prisioneiros da caverna de Platão matariam o “iluminado”, os governantes, acostumados desde a infância aos trâmites do que consideravam democracia, não podiam aceitar que a população enxergasse de modo diferente. Confrontados com a opinião discrepante da massa, acharam-na uma zombaria, e, forçados por uma situação que os poderia obrigar a ver de outro modo a realidade, prenderam, torturaram, mentiram, mataram.

A parcela da população que votou em um dos três partidos concorrentes, igualmente convencida desde a infância de que a democracia consiste no fato de escolher entre os partidos um no qual votar, mantivera-se alheia à lucidez dos brancos, recriminando-os e temendo-os. Quando lhes pareceu surgir uma chance, estes eleitores “tradicionais” tentaram fugir da cidade, plano frustrado graças à ação do governo, que temia haver entre eles insurrectos, os quais poderiam alastrar “a peste branca” para outras cidades e/ou outros países.

A imprensa, por sua vez, como Aparelho Ideológico do Estado, manteve-se do lado do governo, reproduzindo as notícias do modo como convinha aos ministros e ao presidente. Tenta, fervorosamente, dissuadir os brancos, condenando sua atitude como uma traição à pátria e busca, através da manipulação dos fatos, convencer a todos de que se tratava de uma conspiração e que os atos terroristas praticados após as eleições faziam parte de seu plano, o qual suas mentiras não alcançam imaginar qual seja.

Ao contrário das outras três narrativas, em que apenas uma minoria (na verdade um único personagem) liberta-se da prisão em que todos vivem, no *Ensaio sobre a lucidez* libertam-se do aprisionamento ideológico a maioria dos personagens.

No *Ensaio sobre a cegueira* apenas uma pessoa fica alegoricamente livre do aprisionamento ideológico correspondente à cegueira, uma vez que minha interpretação implica compreender que, nesta ficção, estar cego é uma forma de estar preso. Fisicamente, aprisionam-se 260 cegos em um manicômio abandonado, mas o país inteiro acabará cegando, ficando a população inteira,

cega, aprisionada dentro dos limites das fronteiras.

Em todos os textos, os prisioneiros veem imagens que não são reais, mas que os iludem como se fossem a própria realidade. No texto de Platão, veem as sombras, projetadas por uma fogueira, de “estatuetas de homens e de animais, de pedra e de madeira, de toda a espécie de labor” (p. 210), transportadas por homens que conversam entre si, mas, como só veem as sombras das estatuetas, os prisioneiros pensam que as vozes são delas, porque não as reconhecem como estátuas, iludindo-se de que elas é que são os homens e os animais cujas vozes ouvem. O mundo em que visceja a natureza iluminada pelo Sol “que tudo dirige no mundo visível” (p. 212) lhes é completamente ignorado.

No *Ensaio sobre a cegueira*, ao contrário dos prisioneiros da caverna, não é a falta de luz que os impede de ver, mas a presença dela somente.

A vantagem de que gozavam estes cegos era o que se poderia chamar a ilusão da luz. [...] os cegos sempre estavam rodeados duma resplandecente brancura, como o sol dentro do nevoeiro. Para estes, a cegueira não era viver banalmente rodeado de trevas, mas no interior de uma glória luminosa (p. 94).

O que eles não viam era sua gradativa desumanização (ênfaticamente em várias passagens em que o narrador os compara a animais) e o egoísmo que os encaminha à barbárie.

Na obra *A caverna* Cipriano Algor luta para manter-se lúcido, capaz de ver as iniquidades do sistema. Marçal, no início, é incapaz de percebê-las, ao contrário, deseja ir viver no lugar que é a materialização da opressão do sistema capitalista. O que Marçal vê é um mundo muito diferente daquele contra o qual Cipriano luta.

A perspectiva de Marçal no início da trama (ressalte-se novamente que sua “visão de mundo” mudou) coaduna-se com a dos moradores do Centro e seus chefes. Para eles, o Centro é uma realização monumental, uma maravilha da modernidade. Sendo o Centro uma alegoria do mundo capitalista, o que deixam de ver não é a opressão de um prédio, mas a opressão do sistema, o qual, ao fazer deles prisioneiros que se julgam livres, garante deste modo sua reprodução e a supressão de seus “detractores”, “cada vez menos numerosos e

cada vez menos combativos”.

Cipriano, ao contrário, vê nesta “maravilha” uma prisão. Não suporta a ideia de olhar o mundo artificial que o Centro reproduz em suas atrações, tal como as estufas da Cintura Agrícola desgostam-no pela artificialidade da produção de alimentos. Quando vai embora do Centro, pergunta a si mesmo “como foi possível que se tivesse deixado encerrar durante três semanas sem ver o sol e as estrelas, a não ser, torcendo o pescoço, de um trigésimo quarto andar com janelas que não se podiam abrir” (p. 339), e repara nas coisas em volta, o rio malcheiroso, a ponte feia e velha, as “ruínas que foram casa de gente”, mas que eram coisas à luz do sol, não trancadas num ambiente artificial. Não é só o mundo físico que Cipriano não conseguia ver trancado no Centro: sentia que estavam ele, a filha e o genro se transformando (“o pior de tudo, sabes, é já não sermos os mesmos desde que nos mudámos para aqui”, p. 328). O que ninguém vê é que não há igualdade em um mundo dominado por relações desiguais, e não há liberdade dentro de um sistema que limita as pessoas a viverem de acordo com sua lógica excludente, que liquida os pequenos produtores, derrotados pela opressão do capital, travestida pela ideologia da livre concorrência. Cipriano enxerga o problema e mantém sua dignidade: ao contrário de seus “colegas de classe”, não se cala, e, quando é finalmente derrotado, curva-se por um momento, mas três semanas depois reassume o controle de sua consciência. Ainda não assumiu o controle de sua vida, mas prefere a incerteza de um futuro com a mente livre à certeza de um futuro alienado.

Ensaio sobre a lucidez apresenta duas visões inconciliáveis da democracia. Os cidadãos que votaram em branco o fizeram porque não podiam mais conluir com um processo que não era realmente democrático (uma prisão com aparência de liberdade), e valeram-se das próprias eleições para manifestarem sua inconformidade (note-se que dentro da legalidade, uma vez que o voto em branco é um direito assegurado pela lei). No entanto, esta atitude opõe-se à visão dos governantes, para os quais o voto em branco é uma afronta. O que os governantes veem é um mundo que não pode mudar, no qual a atitude dos brancos representa um perigo ao *status quo*, conseqüentemente, ao seu poder. O que eles deixam de ver é a historicidade do sistema que defendem, incapazes de conceber que um modo de vida que teve início possa ter, também, fim. Neste sentido, não percebem que a luta travada contra o povo é um paradoxo

revelador de sua baixeza e brutalidade. Só o que conseguem ver é o que beneficia a si mesmos e legitima e perpetua seu poder.

Os brancosos, e aqueles que, ao longo da narrativa, compreendem o que estes pensavam (o presidente da câmara, os ministros da cultura e da justiça e o comissário de polícia), veem a democracia no que esta tem de falha, enxergam que houve, tal como escreveu Pilger, citado por Mészáros (2004, p. 14), a “redução da democracia a um ritual eleitoral: ou seja, a competição entre partidos indistinguíveis para ganhar a administração de um Estado de *ideologia única*”. Diante desta percepção da realidade, não podem mais alienar sua liberdade e deixá-la nas mãos dos governantes, querem reassumir o seu direito de controlar suas próprias vidas. Fazem-no sós com sua própria consciência, sem portanto impor nenhuma alternativa de governo, o que seria contraditório, pois o que querem é eles próprios autogovernarem-se. Esta massa enorme de cidadãos lúcidos confrontar-se-á com a cegueira da minoria outrora eleita por nada menos do que eles mesmos, em eleições anteriores, para, nada menos do que, defender seus interesses. Lucidez e cegueira lutarão numa guerra sem solução.

Os demais cidadãos, que votaram como sempre tinham feito, continuam a ver o mundo tal como os governantes querem que vejam, incapazes da lucidez dos brancosos, convergindo sua opinião com a dos jornalistas, estes continuamente criando novas mentiras e reproduzindo-as em escala de massa, ansiosos por convencer a todos de que são a reprodução da mais perfeita verdade. São incapazes de perceber que as notícias são uma produção discursiva e que, como tal, não podem ser neutras, apresentando a realidade segundo uma interpretação.

2.2.2 O espaço opressor como alegoria do mundo

QUADRO 2: o cenário

Alegoria da Caverna	A caverna.
E. sobre a cegueira	O manicômio.
A caverna	* O Centro; * A sociedade capitalista.
E. sobre a lucidez	* A capital do país; * O Estado democrático de ideologia única.

Na *Alegoria da caverna* o diálogo travado entre Sócrates e Glauco refere-se ao assunto educação. Para Platão, a educação é o instrumento por meio do qual as pessoas podem alcançar a iluminação. Enquanto Sócrates descreve o ambiente e as personagens, Glauco observa: “Estranho quadro e estranhos prisioneiros são esses de que tu falas”, ao que Sócrates responde: “Semelhantes a nós” (p. 210). Tratando-se não de um texto essencialmente literário, e sim com intenções filosóficas, o próprio Platão nos explica a alegoria, deixando claro seu sentido:

este quadro [...] deve agora aplicar-se [...] comparando o mundo visível através dos olhos à caverna da prisão, e a luz da fogueira que lá existia à força do Sol. Quanto à subida ao mundo superior e a visão do que lá se encontra, se a tomares como a ascensão da alma ao mundo inteligível, não iludirás a minha expectativa, já que é teu desejo conhecê-la (p. 212).

A caverna é o mundo visível, o qual, porém, não corresponde à verdade, esta encontra-se no mundo inteligível, alcançado pela ascensão da alma através da iluminação da mente por meio da educação, do pensamento. O mundo visível é apenas sombra da realidade; para alcançar o mundo superior, ao invés de vermos com os olhos, é preciso enxergar com o pensamento.

No *Ensaio sobre a cegueira* os personagens passam a não ter acesso visual ao mundo, este tornando-se acessível apenas através dos outros sentidos. O mundo, desta vez, é representado por um manicômio desativado, no qual uma multidão de cegos vai pouco a pouco enlouquecendo e se animalizando²⁵.

O mundo é um espaço de egoísmo e luta desigual pela sobrevivência. Nele, o homem procura formas de sobreviver e organizar o caos social através da criação de Estados. No *Ensaio sobre a cegueira* há três representações de

²⁵ Saramago trabalha, neste contexto, com o binarismo homem *versus* animal.

Estado diferentes: o Estado exterior ao manicômio, e dois Estados alegóricos formados no interior dele. Os estados alegóricos do interior do manicômio são, por um lado, democrático (camarata da mulher do médico), e, por outro, tirânico (os cegos malvados). O Estado exterior é mais inclinado para tirânico do que para democrático, pois, embora os governantes sejam eleitos pelo povo, não demonstram nenhuma compaixão para com os infectados pela cegueira branca, tratando-os como animais peçonhentos, para os quais mesmo o mínimo é demais. Os governantes pensam que têm o direito não só de banir os cegos do convívio com os outros, como também de lhes negar as mínimas condições de sobrevivência.

Após trancafiarem os cegos e contaminados no manicômio, o Estado só se manifesta através da “voz” (gravação repetida diariamente que apresenta quinze instruções para os cegos), e do exército, respectivamente símbolos dos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado.

De certa forma, podemos considerar a situação dos cegos no manicômio como uma manifestação do Estado de Exceção. No entanto, as características do cenário e das circunstâncias apontam mais diretamente para uma relação com os campos de concentração, por isso, apesar das semelhanças, preferi não examinar o manicômio do mesmo modo como farei a seguir com a cidade do *Ensaio sobre a lucidez*.

O mundo no manicômio é dividido em dois Estados: um deles procura reger-se por princípios substantivamente democráticos, buscando, através do diálogo, solucionar os problemas, nisso fracassando desde o início; o outro rege-se pela imposição através da força, o que, a despeito de sua relação com as tiranias ou ditaduras, não elimina sua relação com os Estados ditos democráticos. A tirania é a expressão do egoísmo, e este está presente no que chamamos de democracia, fato percebido por Marx desde os Manuscritos Econômico-Filosóficos: “o *egoísmo* é o princípio da *sociedade civil* e revela-se como tal logo que a sociedade civil produziu plenamente o Estado político” (2001, p. 42). A democracia ideal e a tirania entrarão em um conflito que, evidentemente, será vencido pelos tiranos, uma vez que eles se impõem pela força, e têm uma arma. De nada adiantará a visão da mulher do médico, tampouco os argumentos daqueles que tentam dissuadir os opressores da injustiça de seus procedimentos.

Ao perceberem a necessidade de organizarem-se, os cegos da camarata da mulher do médico sugerem a escolha de um líder e recomendam o médico, por seu *status* social e seu conhecimento (nós, leitores, também sabemos que sua principal vantagem é ser orientado pela esposa, que enxerga). Porém a autoridade do doutor é rejeitada pelo ladrão e questionada por outros, e a ideia de uma liderança torna-se impraticável. O médico não tinha a intenção de ser líder, tampouco sua esposa, mas sabiam da necessidade de sê-lo e sentiam-se responsáveis por ajudar, sobretudo ela, e acreditavam que, para sobreviverem, era fundamental organizarem-se, porque “organizar-se já é, de uma certa maneira, começar a ter olhos” (p. 282). Não queriam reproduzir o modelo de Estado do mundo exterior, com um poder centralizado distante dos governados, ao contrário, pretendiam ouvir a todos e organizá-los de modo a viverem da melhor forma possível.

Em *A caverna* o ambiente fechado e opressor não é apenas o Centro. O próprio sistema capitalista, pelas razões já citadas, torna-se um ambiente fechado, uma vez que os personagens não encontram alternativa a ele nem dele conseguem escapar. Para Cipriano sentir-se um prisioneiro não é necessário mudar-se para o Centro, basta que esteja submetido à lógica do capital, que, ao rejeitar o produto de seu trabalho, rejeita sua “manifestação de si”.

O Centro é um elemento bastante complexo, não se trata apenas de cenário, mas de um personagem, o qual apresenta uma configuração muito singular. Ele não é apenas uma alegoria do mundo, funciona como um núcleo para o qual convergem as forças do capital, do trabalho e do Estado. Trata-se, na ótica marxista, de uma completa alegoria do sistema de sociometabolismo do capital em todas as suas configurações, o que significa, inclusive, a capitalista, concentrando o tripé estrutural que sustenta o sistema. O Centro funciona como uma cidade dentro de outra. Nele, encontram-se apartamentos residenciais, lojas, supermercados, cinemas, farmácias, enfim, tudo de que os moradores acham que precisam, até mesmo um espaço de lazer onde se podem experimentar “sensações naturais” como a chuva, o frio, o calor etc.

O trabalho no Centro é fragmentado, burocratizado, hierarquizado, conduzido sob normas rígidas. Os guardas têm não somente a função de proteger a propriedade, mas também de orientar as pessoas e evitar que andem

em espaços a elas proibidos: há andares e corredores restritos apenas a pessoas autorizadas.

O capital é representado pelas relações entre o Centro, seus funcionários e seus fornecedores, todos estruturalmente subordinados ao capital. Ao invés de o trabalho, como “manifestação de si”, determinar a relação entre as pessoas, o que a determina é o capital. Cipriano Algor deixa de produzir porque perde para a concorrência estabelecida pela indústria de produtos plásticos. Conforme pensa Marta, “não foi o chefe do departamento quem decidiu reduzir as compras a metade, a ordem veio-lhe de cima, dos superiores, de alguém para quem é indiferente que haja um oleiro a mais ou a menos no mundo” (p. 42). O próprio narrador usa termos bem marxistas, bastante apropriados para a discussão sobre o Centro:

As sentidas razões de queixa de Cipriano Algor contra a impiedosa política comercial do Centro, extensamente apresentadas neste relato de um ponto de vista de confessada simpatia de classe que, no entanto, assim o cremos, em nenhum momento se afastou da mais rigorosa isenção de juízo, não poderão fazer esquecer, ainda que arriscando um espevitar inoportuno da adormecida fogueira das conflituosas relações históricas entre o capital e o trabalho, não poderão fazer esquecer, dizíamos, que o dito Cipriano Algor carrega com algumas culpas próprias em tudo isto, a primeira das quais, ingênua, inocente, mas, como à inocência e à ingenuidade tantas vezes tem sucedido, raiz maligna das outras, foi pensar que certos gostos e necessidades dos contemporâneos do avô fundador, em matéria de produtos cerâmicos, se iriam manter inalteráveis per omnia saecula saeculorum ou, pelo menos, durante toda a sua vida, o que vem a dar no mesmo, se bem repararmos (p. 147).

A despeito da culpa atribuída a Cipriano pelo narrador, reparemos na sua “simpatia de classe” e nas “conflituosas relações históricas entre o capital e o trabalho”. E, ainda, demos ao oleiro uma defesa, desta vez proveniente de Mészáros:

As normas “competitivas” da economia do “mercado livre” foram criadas para restringir e manter permanentemente em sua posição de subordinação estrutural os que se encontram no lado fraco da “ordem econômica ampliada” – ou seja: a avassaladora maioria da humanidade (2002, p. 194).

A derrota de Cipriano Algor, considerando que ele jamais aceitaria subordinar seu trabalho ao capital, era inevitável. Reitero:

Devido à inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital plenamente articulado – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado.

Pois, paradoxalmente, o pilar material fundamental de suporte do capital não é o Estado, mas o trabalho em sua contínua dependência estrutural do capital (*id.*, p. 600).

O Estado, por sua vez, é representado pelo poder do Centro na imposição das regras do jogo, como senhor absoluto nas negociações: é ele que faz a lei, é ele que dá as cartas. Para antecipar uma referência à ideologia “emanada” pelo Centro (o que explicarei no quadro 3), registro mais um exemplo para legitimar a interpretação de que o Centro representa o Estado capitalista: Cipriano Algor contesta diante do chefe do departamento de compras a regra segundo a qual os fornecedores do Centro não podem vender a mais ninguém: “numa situação como a de agora, quando determinados produtos deixaram de interessar ao Centro, seria de justiça conceder ao fornecedor a liberdade de procurar para eles outros compradores”, e recebe a seguinte resposta:

Estamos no terreno dos factos comerciais, senhor Algor, teorias que não estejam a serviço dos factos e os consolidem não contam para o Centro, já agora deixe-me que lhe diga que nós também somos competentes para elaborar teorias, e algumas já tivemos que lançar por aí, no mercado, quer dizer, mas só as que serviram para homologar e, se necessário, absolver os factos quando eles alguma vez se portaram mal (p. 97).

Há, contudo, um trecho do texto em que o Estado aparece enquanto Estado, ou melhor, não representado pelo Centro. Tal como o capitalismo na sua lógica de acumulação, o Centro precisa ampliar-se. Fá-lo por enquanto para baixo, cavando, mas poderá precisar de espaço para os lados. Em torno da cidade, há uma periferia com barracos dentro dos quais se protegem da chuva cidadãos pobres, em sua maioria desempregados ou com subempregos. Nesta periferia, de tempos em tempos um caminhão de alimentos é saqueado, no entanto sem violência: roubam os alimentos e vão embora. Um dia, porém, um caminhão é saqueado e incendiado. Cipriano Algor reflete sobre isso, sem compreender qual a vantagem que os saqueadores poderiam ter incendiando o veículo. Quando “de súbito a faísca estalou, a luz se fez, o camião não fora queimado pela gente das barracas, mas pela própria polícia, era um pretexto para a intervenção do exército” (p. 91). Pode-se conjecturar que se confirmará a suspeita do narrador, por ele levantada logo no início da narrativa: há entre os prédios da cidade e as barracas uma “terra-de-ninguém”, “largo espaço despejado de construções”, mas “Não tardará muito que os edifícios da cidade avancem em linha de atiradores e venham assenhorear-se do terreno [...]” (p. 16). Expulsar os miseráveis era questão de tempo, bastava um pretexto. Polícia e

exército são duas instituições que nada têm a ver com as pessoas que lutam pela sobrevivência, são subordinados ao Estado (nas palavras de Althusser, são seus Aparelhos Repressivos), e este, por sua vez, está subordinado ao capital e fará tudo para satisfazer seus interesses.

O sistema do capital é formado por componentes inevitavelmente *centrifugos* (conflitantes e antagônicos), complementados sob o capitalismo pelo poder absoluto da 'mão invisível' e pelas funções legais e políticas do Estado moderno, que compõem a sua dimensão *coesiva* (MÉSZÁROS, 2003, p. 103).

As funções legais e políticas do Estado são aprofundadas no *Ensaio sobre a lucidez*, obra na qual o poder de repressão da polícia e do exército alcançará seu ápice. Nesta ficção ocorre uma criação alegórica diferente das anteriores. Entrecruzam-se o "mundo visível" e o "mundo superior", sendo a capital não a alegoria do mundo de prisioneiros, mas a alegoria do mundo considerando o que aconteceria a este se a massa se libertasse dos grilhões que a mantêm prisioneira das estruturas de poder. Esta narrativa concentra-se em um dos elementos do tripé estrutural do mundo capitalista: o Estado. No entanto, sob uma teoria marxista, "Como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis" (MÉSZÁROS, 2002, p. 119). Não percebo, neste texto de Saramago, elementos materiais que indiquem a articulação entre o Estado e o capital (o que abunda em *A caverna*), nem explícita nem alegoricamente. Contudo, ainda assim analiso o Estado sob um viés marxista, uma vez que seu funcionamento ocorre de acordo com a teoria de Marx. Quanto ao aprisionamento, este tem sua dimensão física quando os governantes fecham as fronteiras e declaram o estado de sítio. Mas, antes disso, todos já eram ideologicamente prisioneiros do sistema e de suas leis.

No *Ensaio sobre a cegueira*, situado cronologicamente quatro anos antes, ocorrera uma epidemia de cegueira, cujos efeitos já tinham sido em geral superados, exceto pelo fato de esta não ser comentada por ninguém, uma vez que desejavam esquecer tudo que acontecera naquela "terrível provação". No *Ensaio sobre a lucidez* tudo voltara à "normalidade", e todos seguiam suas vidas de acordo com a lei e a ordem, até o dia das eleições.

Segundo Peter Sloterdijk, os seres humanos são animais que passam por um longo processo de domesticação, um adestramento voluntário que faz

com que, desde muito jovens, nossa condição selvagem seja amansada, tornando-nos dóceis para podermos viver na sociedade, um grande parque que exige de nós a sujeição a suas regras, ao seu conceito de ordem e a sua política como condição para nele viver. Marx e Engels (2001, p. 62) escreveram um pouco diferente, embora mencionem a palavra adestramento, não relacionaram os homens a animais, disseram que “A cultura [...] é para a imensa maioria apenas um adestramento para agir como máquina”. Sloterdijk, dialogando com Nietzsche, explica que,

Da perspectiva de Zaratustra, os homens da atualidade são acima de tudo uma coisa: bem-sucedidos criadores que conseguiram fazer do homem selvagem o último homem. É óbvio que tal feito não poderia ser realizado só com métodos humanistas de domesticação, adestramento e educação. [...] [Nietzsche] fareja um espaço no qual lutas inevitáveis começarão a travar-se sobre o direcionamento da criação dos seres humanos (2000, p. 40).

No *Ensaio sobre a lucidez* uma destas “lutas inevitáveis” ocorre porque as regras do parque humano são questionadas de modo radical: a própria lógica do parque é posta em xeque: o adestramento voluntário é negado por 83% da população, os quais, ao invés de eleger aqueles que estabeleceriam as normas da domesticação, votam em branco.

A democracia é um conjunto de normas para o parque humano, as quais devem ser seguidas pelos cidadãos a fim de gozarem de seus direitos. Para Sloterdijk, “os homens são animais dos quais alguns dirigem a criação de seus semelhantes enquanto os outros são criados [...]” (*id.*, p. 44). Com base em Nietzsche, afirma que “dentre os homens [...] alguns poucos querem; quanto à maioria, porém, outros querem por eles. Que outros queiram por eles significa que eles existem apenas como objeto, e não como sujeito de seleção” (*id.*, *ib.*). Neste sentido, estes outros que querem pela maioria, no parque “democrático”, incutem nesta última seus valores, tornando a multidão massa de manobra. Este sistema constitui as nações soberanas, e, por sua vez, o próprio soberano, o qual “é o ponto de indiferença entre violência e direito” (AGAMBEM, 2007, p. 38). Este poder soberano está presente na obra nas muitas circunstâncias em que os governantes impõem-se pela violência.

A soberania apoia-se na lei, a qual limita a liberdade. Mas

Qual é, digamos, a forma de vida que corresponde à forma de lei? Não

se torna assim a lei moral algo como uma “faculdade imperscrutável?” Kant chama de “respeito” a esta condição de quem se encontra vivendo sob uma lei que vigora sem significar, sem portanto, prescrever nem vetar nenhum fim determinado (“a motivação que um homem pode ter antes que um certo fim lhe tenha sido proposto não pode manifestamente ser outra senão a própria lei através do respeito que ela inspira, sem determinar quais objetivos se possa ter ou alcançar obedecendo a ela). Dado que a lei, em relação ao elemento formal do livre-arbítrio, é a única coisa que resta, uma vez que eliminou a matéria do livre-arbítrio” (*id.*, p. 60).

Ensaio sobre a lucidez elabora de modo muito claro uma profunda crítica ao sistema democrático, à vida sob uma “lei que vigora sem significar”. Primeiro, ao apontar a hipocrisia da liberdade de escolha, a qual, ainda que prevendo o voto em branco, não o admite como maioria. Segundo, ao representar a sordidez dos ministros e do presidente, que utilizam os meios mais espúrios e pérfidos para retomar o poder. E ainda ao descrever o funcionamento normal da cidade sem os representantes do Estado e seus respectivos e inúteis aparelhos de repressão, como a polícia. Ao contrário do que se poderia esperar da massa (outrora massa de manobra), o povo age silenciosamente, não seguindo um líder, mas um súbito surto de lucidez. Mesmo diante dos discursos dos ministros na televisão, no rádio, e das notícias mentirosas criadas por diversos jornalistas no interesse do Estado, a população não se deixa enganar, e, de modo pacífico, permanece firme na sua “mansa insurgência”. Ao contrário do que ocorre no nosso cotidiano, onde o poder das instituições cria discursos “verdadeiros”²⁶, as instituições Estado e mídia não conseguem transformar seus discursos em verdades. O governo infringe a Lei e se transforma no maior dos criminosos: assassina inocentes, prende, tortura, difama etc. A defesa da democracia assume ares de brutal tirania, as atrocidades são realizadas com o pretexto de restabelecer o *status quo ante*, o qual, longe de ser benéfico para o povo, é-o apenas à minoria que o domina e se aproveita dele.

Os jornalistas, por sua vez, deturpam os fatos narrados no enredo. Saramago satiriza a imprensa, deixando claro que ela está a serviço do Estado, e que este, por sua vez, não titubeia em manipular as informações, e mesmo mentir, para salvaguardar os interesses dos dominantes. O Estado impõe a ideologia duramente em nome da perpetuação do domínio do capital, e “seria absurdo minimizar a eficácia prática da manipulação do Estado para criar um consenso em relação às crenças ideológicas” (MÉSZÁROS, 2004, p. 145), o que,

²⁶ “E a instituição responde: [...] se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém” (FOUCAULT, 1999, p. 7).

desta vez, não acontece com os brancos. Para não ficar apenas em considerações marxistas, acrescento ainda o que diz Foucault:

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (1999, p. 8-9).

A imprensa utiliza estes “procedimentos” para manipular a verdade, criando uma mentira e inculcando-a como se fosse a própria realidade revestida de “imparcialidade”.

Para Mészáros (2002, p. 937), nas democracias modernas o cidadão apenas abdica “do poder de decidir em favor dos representantes de partidos firmemente inseridos na estrutura de comando político do capital”. Ao abdicar de seus direitos, a população cria as condições para a soberania, a qual legitimará as atrocidades cometidas pelo governo.

O Estado é essencialmente uma *estrutura hierárquica de comando*. Como tal, extrai sua problemática legitimidade não de sua alegada “constitucionalidade” (que invariavelmente é “inconstitucional” em sua constituição original), mas de sua capacidade de *impor* as demandas apresentadas a ele (MÉSZÁROS, 2004, p. 19).

Sobre a soberania, segundo Agamben:

Contrariamente ao que nós modernos estamos habituados a representar-nos como espaço da política em termos de direitos do cidadão, de livre-arbítrio e de contrato social, do ponto de vista da soberania, *autenticamente política é somente a vida nua*. Por isso, em Hobbes, o fundamento do poder soberano não deve ser buscado na cessão livre, da parte dos súditos, do seu direito natural, mas, sobretudo, na conservação, da parte do soberano, de seu direito natural de fazer qualquer coisa em relação a qualquer um, que se apresenta então como direito de punir. “Este é o fundamento” – escreve Hobbes – “daquele direito de punir que é exercitado em todo estado, pois que os súditos não deram esse direito ao soberano, mas apenas, ao abandonar os próprios, deram-lhe o poder de usar o seu no modo que ele considerasse oportuno para a preservação de todos; de modo que o direito não foi *dado*, mas *deixado* a ele, e – excluindo os limites fixados pela lei natural – de um modo tão completo, como no puro estado de natureza e de guerra de cada um contra o próprio vizinho” (2007, p. 113).

A utilização plena, arbitrária e brutal do poder do Estado ocorre no momento em que declara o estado de sítio, radicalização das medidas tomadas no estado de exceção, a partir do qual suspenderam-se diversos direitos dos cidadãos. Porém era preciso “dar mais uma volta à tarraxa”, apertá-los mais, porque nem repararam na suspensão de seus direitos: “porquanto, não tendo os

cidadãos deste país o saudável costume de exigir o regular cumprimento dos direitos que a constituição lhes outorgava, era lógico, era mesmo natural que não tivessem chegado a dar-se conta de que lhes haviam suspenso” (p. 59). Apesar do termo utilizado no *Ensaio* ser “estado de sítio”, no referencial teórico pesquisado a definição que o explica da melhor maneira é “estado de exceção”. Na legislação, tratam-se de duas coisas diferentes, mas o conceito teórico de estado de exceção explica mais satisfatoriamente o “estado de sítio” vivido pelas personagens do texto.

Por Estado de Exceção compreende-se, aqui, a organização política que, apesar de resguardar semelhanças estruturais com o [...] Estado de Direito, distancia-se deste em alguns aspectos fundamentais. O Estado de Exceção realiza justamente uma suspensão da característica fundante do Estado de Direito, qual seja: a existência e o exercício dos direitos políticos, civis e sociais. É através da eliminação destas garantias de participação dos indivíduos na sociedade que o Estado de Exceção se afirma e se fortalece. A partir deste momento primeiro, este modelo se generaliza, no sentido de totalizar a sociedade, e de controlá-la completamente por meio da instituição da violência, através da utilização livre do poder de polícia do Estado como poder de opressão, e não mais como poder de proteção (www.historiaehistoria.com.br).

Ao contrário de ver essa explicação como marco de um abismo entre o Estado de Exceção e o Estado de Direito, devemos entender os dois como contíguos. “O Estado de Direito, em última instância, ao reconhecer a necessidade de se controlar e restringir o uso da força na esfera social, declara a existência do Estado de Exceção”; para isso, o Estado de Direito prevê “em sua tão aclamada Carta Constitucional, a existência e o exercício do Estado de Exceção, reservado para momentos-chaves nos quais prevê-se a necessidade da suspensão das garantias individuais” (*id.*, *ib.*), ou seja, “o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p. 12). O momento-chave para sua constituição foi o voto em branco massivo. Este momento é uma ocasião caracterizada “sobretudo por circunstâncias particulares nas quais o exercício da cidadania outorgada pelo Estado de Direito é considerado ‘inadequado’” (historiaehistoria.com.br). Inadequado porque se choca contra os interesses deste Estado.

Percebe-se, assim, uma disposição, por parte do Estado, da vida dos indivíduos que compõem a sociedade. Isto porque, tendo em vista que este Estado, quando Estado de Direito, constitui o indivíduo como sujeito político (cidadão) através da concessão de seus direitos políticos, sociais e civis, ele utiliza-se de seu poder soberano, então quando Estado de Exceção, para retirar destes mesmos indivíduos a sua cidadania, dispondo, desta forma, da vida do cidadão como homem político, inserindo-o e retirando-o do âmbito de proteção institucional quando

assim considerado apropriado (*id.*, *ib.*).

O estado de exceção, segundo Agamben, provém de uma “necessidade”, e “a necessidade não tem lei” (2004, p. 40). Segundo ele, “A teoria da necessidade não é aqui outra coisa que uma teoria da exceção (*dispensatio*) em virtude da qual um caso particular escapa à obrigação da observância da lei” (*id.*, p. 41). Mas, “a necessidade, longe de apresentar-se como um dado objetivo, implica claramente um juízo subjetivo e que necessárias e excepcionais são, é evidente, apenas aquelas circunstâncias que são declaradas como tais” (p. 46), ou seja, ela depende de interesses subjetivos, no caso do *Ensaio sobre a lucidez*, os interesses dos governantes. Ou, como radicalizaram Marx e Engels no *Manifesto*, “vosso direito é apenas a vontade da vossa classe erigida em lei, vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de existência da vossa classe” (2001, p. 63).

O estado de exceção é uma “esfera-limite do agir humano”, uma vez que “Esta esfera é a da decisão soberana, que suspende a lei no estado de exceção e assim implica nele a vida nua” (AGAMBEN, 2007, p. 90). Para Agamben, “na modernidade, a vida se coloca sempre mais claramente no centro da política estatal (que se tornou, nos termos de Foucault, biopolítica)”, e, deste modo, “todos os cidadãos apresentam-se virtualmente como *homines sacri*” (*id.*, p. 117). Ou seja, legitima-se a possibilidade de alguém ser morto sem que isso constitua um crime para o assassino, tampouco se o faça de acordo com as normas do “sacrifício”²⁷. Segundo Agamben, “o fundamento primeiro do poder político é uma vida absolutamente matável, que se politiza através de sua própria matabilidade” (p. 96), e “*Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera*” (p. 90-91). Os cidadãos, uma vez que permitimos a politização de nossos corpos, permitimos igualmente que o Estado possa geri-los, e este o faz estabelecendo as regras do parque humano: o voto é direito do cidadão para que este escolha entre um partido político; o voto em branco não pode ser maioria, se o for, novas eleições serão convocadas; persistindo a anomalia, severas punições serão impostas.

O estado de exceção é o limite maior da democracia, uma vez que

²⁷ Para exemplificar: nas sociedades modernas, *homo sacer* é também o suspeito morto numa perseguição policial; no plano da narrativa em questão, todos os cidadãos assassinados pelo governo são *homo sacer*.

ela própria autoriza suas iniquidades no seu mais sagrado documento: a Constituição. “São os corpos absolutamente matáveis dos súditos que formam o novo corpo político do Ocidente” (*id.*, p. 131), o que Saramago denuncia de modo explícito em um diálogo entre o primeiro ministro e o ministro do interior:

Se vem a saber-se que aquela bomba foi mandada pôr por nós, daremos aos que votaram em branco a última razão que lhes faltava, [...] Eu tenho confiança, senhor primeiro-ministro, um estado organizado não pode perder uma batalha destas, seria o fim do mundo, Ou o começo doutro (p. 130-131).

2.2.3 Os efeitos e as causas da cegueira

QUADRO 3: cegueira

Alegoria da Caverna	Provocada * pelo ambiente em que vivem aprisionados; * pela falta de conhecimento.
E. sobre a cegueira	Provocada pela * “cegueira branca”; * ideologia
A caverna	Provocada * pelo modo de produção alienante do capitalismo e por sua consequente ideologia;
E. sobre a lucidez	Provocada, no que concerne ao governo, por sua necessidade de manter o <i>status quo</i> , assegurando seu poder; no que concerne à parcela da população que não votou em branco, pelo poder da ideologia, reforçado pelo “trabalho de intoxicação do público” (p. 305) realizado pela imprensa.

Nas três primeiras narrativas ocorre de fato uma limitação visual, física. Na *Alegoria da caverna* os prisioneiros têm sua visão limitada pela escuridão da caverna, pelos grilhões que os prendem, pelo muro, enfim, por toda a configuração do cenário criado por Platão. No *Ensaio sobre a cegueira* os personagens ficam cegos, uma cegueira que, embora branca, e não preta como outras, é, contudo, cegueira (uma cegueira cujas causas jamais se descobriu porque não havia nenhuma causa física). A situação piora porque, além de cegos, são aprisionados. Em *A caverna*, Cipriano e os demais personagens residentes no Centro têm sua visão limitada pela arquitetura do prédio. No *Ensaio sobre a lucidez* não encontramos nenhuma limitação física para a visão, apenas referências à cegueira de quatro anos atrás (a cegueira branca do outro Ensaio), como se agora estivessem cegos doutro modo.

Platão explica que o efeito provocado pela limitação visual à qual estão submetidos os prisioneiros da caverna é a ignorância; presos que estão às imagens do mundo visível que têm diante dos olhos, só conseguem distinguir as sombras que desfilam diante de si. Quando Sócrates diz para Glauco que os prisioneiros são “semelhantes a nós”, evidencia o caráter alegórico da imagem, deixando igualmente claro que o que vemos do mundo não é o mundo em si, pois este só é acessível através da inteligência, do pensamento. Platão apresenta uma visão idealizada do conhecimento, reconhecendo na educação o meio de fazer as pessoas ascenderem ao mundo superior e enxergarem para além do mundo visível. Entre o homem e o mundo superior, a mediação é o conhecimento, e entre o homem e o conhecimento, não há nada, ou seja, o conhecimento é, para Platão, puro e constituidor do homem.

O *Ensaio sobre a cegueira* é, entre as três narrativas de Saramago, aquela que, na superfície, menos se afasta do idealismo platônico no que concerne à possibilidade de um indivíduo privilegiado conduzir os demais e libertá-los das trevas através de sua capacidade de ver além do mundo visível. É este indivíduo “iluminado” que a mulher do médico parece representar até o início da quarentena. Afinal, ela quer ajudar a tantos quanto puder da melhor forma possível, sacrificando-se desde o primeiro momento para permanecer ao lado do marido, e desde então para manter-se ao seu lado e daqueles que dela necessitam, ainda que disfarce sua ajuda, mantendo muitas de suas ações solidárias em sigilo. Logo, porém, perceberemos que esta prática não alcançará resultados satisfatórios: haverá sujeira por todos os lados: lixo, mijó, merda, tudo que o ser humano é capaz de fazer de mais abjeto será feito, sem pejo. Não demorará muito para a mulher do médico, no início aquela que em nós criou a expectativa de ser um indivíduo iluminado e solidário que, através do discurso, a todos auxiliaria a viver mantendo a dignidade humana mesmo numa condição tão adversa, ser por nós encontrada a chupar o líder dos cegos tiranos, obrigada a se prostituir ao lado das amigas, do modo mais humilhante, para receber umas migalhas de comida e as poder repartir entre os machos da sua camarata, que as aguardam famintos. Não será do modo idealizado, sublime, através do discurso e da inteligência que a mulher do médico ajudará aqueles por quem se sente responsável, ao contrário, a revolução do modo selvagem que dominou suas vidas só ocorrerá após o uso das armas, e, inevitável, após a destruição do

ambiente que os oprimia. Não bastou matar os opressores, foi preciso libertar os corpos da prisão em que se encontravam, para, finalmente, terem condições de experimentar um pouco de liberdade, ainda que esta liberdade só se refira a um pequeno grupo (os seis que acompanham a mulher do médico), e com limitações.

Esclareça-se, portanto, que o efeito da cegueira branca não é o isolamento, este provocado pela política do governo para casos de epidemia. A cegueira provoca o rebaixamento dos humanos à condição animal, incluindo a imposição da vontade através da força e a consequente instauração de um governo sob as leis do darwinismo social.

A limitação visual das personagens de *A caverna* é produto da alienação e da sujeição de suas vidas às vontades do Centro. Enquanto sonhava, “Cipriano não sabia por que ali estava, nem é de estranhar, se tantas vezes isso nos acontece quando nos encontramos despertos, não saber por que fazemos ou fizemos isto ou aquilo, o que não será quando, dormindo, sonhamos” (p. 195). Alienação, “não saber por que fazemos ou fizemos isto ou aquilo”, é uma das cegueiras denunciadas em *A caverna*.

No *Ensaio sobre a lucidez* há três tipos de cegueira: do governo, da imprensa e da parte da população que votou em um dos partidos políticos, e que acredita nas mentiras produzidas pelo governo e pelos jornalistas. Os efeitos produzidos já foram explicados anteriormente, apenas repito-os resumidamente: o governo é incapaz de perceber que os cidadãos têm o direito de votar em branco e que esta forma de protesto é legítima e, como tal, deve ser respeitada; o mesmo vale para a imprensa, somando-se ainda o fato de esta não se importar com a manipulação do governo, tampouco se incomodar com o fato de ela mesma manipular as informações de modo cínico e imoral. A população que votou de acordo com a tradição acha que os brancos são inimigos, seus e da pátria, e que são os responsáveis pelos atos terroristas, bem como se enganam pensando que devem fugir porque os insurrectos quererão fazer-lhes mal.

Nas três narrativas de Saramago, considero a causa da limitação “visual”, no plano alegórico, a ideologia, cujo conceito devo explicar detalhadamente, porque possui sentidos tão diversos que quase deixa de ter qualquer sentido, e cujo funcionamento, por apresentar especificidades em cada

um dos textos, teremos de acompanhar com atenção.

2.2.3.1 Conceito de ideologia

“O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis” (MARX, 1985v2, p. 158).

Althusser é sempre figura da qual não se pode escapar ao teorizarmos sobre ideologia, menos ainda ao nos referirmos aos AIE's (Aparelhos Ideológicos do Estado). Não estou em conformidade com ele em sua leitura do conceito de ideologia em Marx. Em minha opinião, trata-se de uma interpretação equivocada. Apesar disso, concordo com parte de sua definição. Por outro lado, estou de acordo com a integralidade de sua elaboração sobre os AIE's.

Althusser afirmou que a ideologia recebeu de Marx uma definição que não era marxista, e sim continha uma visão positivista. Explicou da seguinte maneira:

A ideologia é concebida como pura ilusão, puro sonho, ou seja, nada. Toda a sua realidade está fora dela. A ideologia é portanto pensada como uma construção imaginária cujo estatuto é exatamente o mesmo estatuto teórico do sonho nos autores anteriores a Freud. [...] a ideologia não é nada mais do que puro sonho (fabricada não se sabe por que poder a não ser pela alienação da divisão do trabalho [...]) (1985, p. 84).

Penso que esta interpretação é inapropriada, uma vez que Marx sempre enfatizou a origem material da ideologia, nada tendo ela a ver com “puro sonho”, muito pelo contrário, a ideologia é produto das condições materiais e das relações de produção existentes nas práticas humanas. Althusser não percebeu isso, embora enfatizasse esta mesma materialidade considerando os AIE's: “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material” (*id.*, p. 89). Marx e Engels, mesmo quando falavam sobre algo aparentemente abstrato como produção das ideias, afirmavam que

A produção das idéias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material dos homens, ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como a emanção direta de seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, na das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de todo um povo. São os homens que produzem suas representações, suas idéias

etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E, se, em toda a ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmara escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (MARX; ENGELS, 1989, p. 20-21).

Bakhtin, seguindo o pensamento de Marx, escreverá anos depois que um produto ideológico pode não apenas representar o mundo de forma invertida, como num reflexo, podendo também refratá-lo.

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia (2002, p. 31).

A interpretação de Althusser ignora as explicações de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, desde então sabedores de que “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (*id.*, p. 21). De qualquer modo, Althusser acerta quando afirma que “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (*id.*, p. 85), e esta representação da relação imaginária pode tanto ser reflexa como refratária, mas não é nunca produto da imaginação, e sim das condições materiais de existência das pessoas. Neste contexto, Althusser explica que

não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os “homens” “se representam” na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica, e portanto imaginária do mundo real. [...] é a *natureza imaginária desta relação* que sustenta toda a deformação imaginária observável em toda ideologia (se não a vivemos em sua verdade). [...] toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações delas derivadas) mas sobretudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas. Então, é representado na ideologia não o sistema das relações reais que governam a existência dos homens, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem (*id.* 87-88).

Althusser acerta ao explicar as consequências da ideologia, mas se engana ao interpretar que Marx a considerava causada por fatores descolados da materialidade da vida humana. É fundamental enfatizar que a ideologia não é

uma manifestação da ignorância, tampouco está presente apenas na vida dos proletários, “em nossas sociedades tudo está 'impregnado de ideologia', quer a percebamos, quer não” (MÉSZÁROS, 2004, p. 57). Ela está em toda a parte e em todas as classes.

a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. [...] Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos (*id.*, p. 65).

Althusser voltou a discutir o conceito de ideologia em dois textos publicados em *Polémica sobre o humanismo*²⁸. Nestes textos ele procura esclarecer o termo definindo-o de modo mais preciso, mas incorre nos mesmos erros, além de insistir numa diferenciação entre ideologia e ciência que o leva a frequentes contradições, uma vez que ora estabelece a distinção entre ciência e ideologia, ora é obrigado a reconhecer que a ciência também é ideológica. Por um lado ele explica que

uma ideologia é um sistema (possuindo a sua lógica e o seu rigor próprios) de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos, segundo o caso) dotado de uma existência e de um papel históricos no seio de uma determinada sociedade. Sem entrar no problema das relações duma ciência com o seu passado (ideológico), digamos que a ideologia se distingue da ciência pelo facto de nela a função práctico-social ser mais importante que a função teórica (ou função de conhecimento) (ALTUSSER *et alii*, s/d, p. 27).

Mais adiante ele dirá que

A ideologia está a tal ponto presente nos actos e nos gestos dos indivíduos que é *indistinguível da sua 'experiência vivida'* e por isso toda a descrição imediata do 'vivido' se encontra profundamente marcada pelos conteúdos da 'evidência' ideológica. Quando o indivíduo (ou o filósofo empirista) julga estar perante uma percepção pura e nua da própria realidade, perante uma prática pura, perante o 'vivido', o 'concreto' encontra-se, na realidade, frente a uma percepção ou a uma prática impuras, marcadas pelas estruturas impassíveis da ideologia. Mas como *não se apercebe* da ideologia considera a sua percepção das 'próprias coisas', sem se dar conta de que esta percepção se lhe apresenta sob o véu das formas insuspeitadas de ideologia, se encontra, de facto, marcada pela estrutura invisível das formas ideológicas (*id.*, p. 198).

²⁸ Refiro-me a *Marxismo e humanismo* e *Sobre o conceito de ideologia*, aqui citados como Althusser et alii, s/d.

Jameson (2002, p. 332), por sua vez, afirmou categoricamente: “toda ciência é também necessariamente uma ideologia [...]”. Da minha parte, prefiro dizer que toda ciência é necessariamente perpassada pela ideologia. Althusser não conseguiu ser coerente em relação a isso, afirmando inclusive que Marx superou “a fronteira que separa a ideologia da teoria científica” (*id.*, p. 65), sugerindo ser possível criar uma teoria científica pura, ou neutra, isto é, desprovida de conteúdo ideológico.

É hábito dizer que a ideologia pertence à região “consciência”. É necessário tomar cuidado com esta denominação que permanece contaminada pela problemática idealista anterior a Marx. Na realidade a ideologia tem muito pouco a ver com a “consciência”, supondo que este termo tem um sentido unívoco. Ela é profundamente *inconsciente* mesmo quando se apresenta (como na “filosofia” pré-marxista) sob uma forma refletida. Não há dúvida que a ideologia é um sistema de representações mas essas representações nada têm a ver, a maior parte das vezes, com a “consciência”: são, em geral, imagens, por vezes conceitos, mas é sobretudo como *estruturas* que elas se impõem à imensa maioria dos homens sem passar pela sua “consciência”. São objectos culturais apercebidos-aceites-sofridos e que agem funcionalmente sobre os homens através dum processo que lhes escapa. Os homens “vivem” a ideologia [...]. Que se quer dizer, todavia, quando se afirma que a ideologia diz respeito à “consciência” dos homens? Em primeiro lugar, que a ideologia se distingue das outras instâncias sociais mas também que os homens *vivem* as suas acções, geralmente relacionadas pela tradição clássica com a liberdade e a “consciência”, na ideologia, através dela e por ela; em resumo, que a relação “vívida” dos homens com o mundo, incluindo a História (na acção ou inacção política), passa pela ideologia ou, melhor, é a *própria ideologia*. É neste sentido que Marx afirma ser na ideologia (como lugar das lutas políticas) que os homens *tomam consciência* do seu lugar no mundo e na história: é no seio desta inconsciência ideológica que os homens conseguem modificar as suas relações “vívidas” com o mundo e adquirir essa nova forma de inconsciência específica chamada “consciência” (*id.*, p. 28-30).

Althusser elabora uma boa explicação, a qual, porém, refuta sua própria interpretação sobre o conceito de alienação, o qual considera não-científico. Pois a única forma de alcançar a consciência é através da superação da alienação, uma vez que “A atividade produtiva é [...] a fonte da consciência, e a ‘consciência alienada’ é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto-alienação do trabalho” (MÉSZÁROS, 1981, p. 76). É impossível superar o poder da ideologia sem a correspondente superação da alienação do trabalho.

A definição de ideologia que aqui se aplica aos textos pode ser sintetizada desta forma: a ideologia é o efeito da materialidade e das relações sociais, cuja cristalização se dá em discursos e práticas sociais; é a mediação

que existe entre o nosso pensamento e o mundo, o elemento que Platão desconhecia por crer que o conhecimento podia alcançar a pureza e, conseqüentemente, a perfeição²⁹. Em razão de as relações sociais no capitalismo estarem subordinadas ao capital, e portanto de as realizações humanas não terem como finalidade o ser humano, e sim o capital, a ideologia emanada deste sistema deturpa a realidade de modo a servir aos interesses do capital. Para explicar essa particularidade podemos apelar para termos como reflexo, refratado, invertido etc., termos metafóricos para a percepção equivocada que se tem do mundo devido à mediação da ideologia produzida, repito, pela materialidade do sistema e pelas relações sociais existentes no interior da lógica de produção capitalista.

Os efeitos da ideologia incidem tanto sobre os dominantes quanto sobre os dominados, constituindo-os enquanto tais, e estes últimos “aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais” (BOURDIEU, 2009, p. 46). “Numa sociedade de classes, a ideologia é o elo através do qual, e o elemento no qual, a relação entre os homens e as suas condições de existência se soluciona em benefício da classe dominante” (ALTHUSSER et alii, s/d, p. 33).

A ideologia também se manifesta sob a forma de discurso, no entanto não é através de outro discurso que se poderá combatê-la, uma vez que, não canso de repetir, sua criação não é discursiva, o discurso é apenas uma das formas por meio das quais a ideologia se manifesta. Saramago deixa evidentes os limites do discurso. Concordando com Stuart Hill, Jameson afirma que a “luta discursiva” é “o modo primordial através do qual ideologias são atualmente legitimadas e deslegitimadas” (1994, p. 63). Porém não é através de discursos que a ideologia é constituída, tampouco superada. Nas palavras de Marx, a superação da ideologia³⁰ depende da superação do trabalho alienado: “A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produtos de homens

29 Platão acreditava que havia um mediador entre o mundo sensível e o mundo inteligível: a alma. Mas a alma, do modo como o filósofo a conceitua, em nada se parece com a ideologia.

30 O leitor deve ter percebido que, de acordo com a definição acima, o conceito de ideologia é utilizado aqui de modo muito restrito, tornando redundante uma expressão como “ideologia dominante”, pois, se ideologia é efeito de práticas sociais, estando estas inseridas no sistema capitalista, não há outra ideologia: só podem existir outras ideias, outra ideologia só pode surgir como efeito de um sistema social diferente.

livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado” (1985v1, p. 76).

Em relação aos AIE's, estou de acordo com a definição de Althusser, e me refiro especificamente à imprensa³¹. Segundo ele, “Todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas” (*op. cit.*, p. 78). A diferença entre os aparelhos ideológicos e os repressivos (ARE's) é que, enquanto estes últimos funcionam predominantemente (não exclusivamente) pela violência, aqueles funcionam predominantemente pela ideologia, através de práticas e discursos. Apesar de não agirem violentamente,

os AIE não são a realização *da* ideologia *em geral*, ou mesmo a realização sem conflitos da ideologia da classe dominante. A ideologia da classe dominante não se torna dominante por graça divina, ou pela simples tomada de poder do Estado. É pelo estabelecimento dos AIE, aonde esta ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante. Ora, este estabelecimento não se dá por si só, é, ao contrário o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes [...] (p. 106).

Expostos os conceitos, vejamos o funcionamento da ideologia e dos AIE's e ARE's nas obras.

2.2.3.2 A problemática da ideologia nas narrativas de Saramago

A ideologia é, em diferentes graus, causa das limitações perceptivas a que estão sujeitos os personagens destas três obras de Saramago. Em *A caverna* e *Ensaio sobre a lucidez* isso é percebido de modo claro, porém, no *Ensaio sobre a cegueira*, o problema é mais complexo, pois o texto aponta muito mais para o egoísmo e a alienação dos indivíduos do que para elementos de classe: o conflito não parte de uma luta entre classes sociais ou entre a população e o governo, mas entre dois grupos de pessoas nas mesmas condições.

Na obra *A caverna*, uma vez que o Centro representa a articulação entre Estado, capital e trabalho, a ideologia “emana” dele, bem como das relações de produção e dos meios materiais que fornecem as condições de existência das personagens. Esses fatores de constituição da ideologia é que

³¹ Outros AIE's mencionados por Althusser são: igreja, escola, família, sistemas jurídico e político etc.

serão responsáveis pela alienação de Marçal, dos outros fornecedores, dos consumidores e dos moradores do Centro, iludidos todos pela ideologia da liberdade:

o indivíduo é *interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão*, para que ele realize “por si mesmo” os gestos e atos de sua submissão. *Os sujeitos se constituem pela sua sujeição*. Por isso é que “caminham por si mesmos” (Althusser, 1985, p.104).

No início do texto, Marta reflete sobre o fato de “um oleiro a mais ou a menos no mundo” não fazer diferença para o Centro, e pensa que “são os gostos do Centro que determinam os gostos de toda a gente” (p. 42). Este poder ideológico do Centro reaparece em uma placa de propaganda, numa frase que alude descaradamente a ele: “VENDER-LHE-ÍAMOS TUDO QUANTO VOCÊ NECESSITASSE SE NÃO PREFERÍSSEMOS QUE VOCÊ PRECISASSE DO QUE TEMOS PARA VENDER-LHE” (p. 282). O Centro não é responsável apenas pelo domínio, através da ideologia, dos produtores, mas também dos consumidores. Sobre produtores e consumidores, Mészáros (2002, p. 611), explica que, no capitalismo,

a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera “condição material de produção”. O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos *sujeitos produtivos* é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista. Eles são reconhecidos como “sujeitos” legitimamente existentes apenas como *consumidores manipulados* de mercadorias.

Em uma passagem bastante ilustrativa sobre essa questão, Cipriano Algor também percebe e se perturba com a dominação ideológica do Centro. Quando ouve do subchefe que o “segredo da abelha” é algo que não existe mas que o Centro conhece, ao sair vê também uma placa de propaganda preta de cinismo:

no meio da avenida, conduzindo de costas viradas para a parede do Centro onde a frase, Você é o nosso melhor cliente mas não o vá dizer a seu vizinho, traçava com descaro irônico o diagrama relacional em que se consumava a cumplicidade inconsciente da cidade com o engano consciente que a manipulava e absorvia, passou-lhe pela cabeça, a Cipriano Algor, a ideia de que não fora só esta manhã a perder-se, que a obscena frase do subchefe havia feito desaparecer o que restava da realidade do mundo em que aprendera e se acostumara a viver, que a partir de hoje tudo seria pouco mais que aparência, ilusão, ausência de sentido, interrogações sem resposta (p. 241-242).

Porém a ideologia não é somente produto da propaganda, uma

manifestação material produzida, conscientemente, para manipular e absorver a “cumplicidade inconsciente” da cidade. Ela possui, outrossim, um caráter dialético, no sentido de que “*as classes são dominadas não apenas pelas pessoas de outra classe, mas também pelos imperativos estruturais objetivos do sistema de produção e da divisão do trabalho historicamente dados*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1038). Se a propaganda é um elemento desta dialética, como produto dos interesses conscientes da classe dominante (discurso), a estrutura do Centro constitui o outro elemento desta dialética (práticas sociais), como produto dos interesses do capital. Nos dois *Ensaio*s, há aqueles que tentam superar o poder da ideologia através do discurso, e fica claro que Saramago conhece esta reciprocidade dialética, uma vez que os discursos das personagens não alcançam o sucesso esperado.

No *Ensaio sobre a lucidez* o governo se vale de expediente semelhante à manipulação ideológica existente nas propagandas do Centro, lançando panfletos nas ruas da cidade e, sobretudo, valendo-se da imprensa para dissuadir os brancos de sua mansa insurgência. Neste sentido, vêm a propósito as palavras de Jacob Gorender, na introdução à obra de Marx e Engels, *A ideologia alemã*. Gorender explica que a propaganda e a manipulação “têm sua matriz na ideologia como *traduções* a níveis culturais inferiores e para enfrentamento de injunções imediatistas” (1989, p. XIX-XX). O primeiro ministro, por exemplo, durante uma madrugada, exige que o ministro do interior providencie um escritor para elaborar um texto a ser lido na imprensa para convencer os votantes do partido do meio e do partido da direita a retornar para casa (eles estavam querendo fugir da cidade): “diga que os lares que deixaram desprotegidos serão assaltados e saqueados pelas quadrilhas insurrectas, não diga que nós os assaltaremos se for necessário”, e segue dizendo: “eu apostaria o meu cargo de primeiro-ministro em como neste momento todos os rádios dos carros estão ligados, o que importa é que a notícia da comunicação ao país seja anunciada já e repetida minuto a minuto” (p. 151). A manipulação ideológica de cidadãos sempre fora, e neste caso continuava sendo, estratégia mais poderosa do que as armas, pois através dos meios de comunicação de massa são enganadas mais cabeças do que as armas são capazes de estourar. No entanto, os brancos, ao contrário, não se deixam convencer, e o trabalho de intoxicação do público não surte os efeitos esperados, e, tal como uma epidemia, o surto de

lucidez contamina o próprio comissário de polícia encarregado de investigar a mulher do médico (saberá durante a investigação que sua missão, na verdade, era incriminá-la a qualquer custo). Ele percebe o cinismo da imprensa e suas mentiras e invenções. Em um dado momento, “Levantou subitamente os olhos do jornal como quem subitamente precisou de ver mais longe [...]” (p. 261). É também quando o comissário está lendo os jornais que o narrador nos previne de que, apesar de não terem alcançado seus objetivos como outrora, os resultados pretendidos pelo governo parecem estar perigosamente começando a aparecer:

Grosseiramente elementar, mas eficaz, o trabalho de intoxicação do público prosseguia, dois e dois são quatro e sempre serão quatro, se ontem fizeste aquilo, hoje fizeste isto, e quem tiver o atrevimento de duvidar que uma coisa tenha forçosamente de levar a outra está contra a legalidade e a ordem (p. 309).

O narrador refere-se ao fato de o governo utilizar os jornais para incutir a ideia de que, por não ter ficado cega a mulher do médico durante a epidemia de cegueira, é ela que agora lidera a conspiração. Esta estratégia já fora anunciada bem antes pelo primeiro-ministro, falando ao presidente nestes termos:

chamaremos a atenção da gente para o paralelo entre a brancura da cegueira de há quatro anos e o voto em branco de agora, a comparação é grosseira e enganosa, sou o primeiro a reconhecê-lo, e não faltará quem liminarmente a rejeite como uma ofensa à inteligência, à lógica e ao senso comum, mas é possível que muitas pessoas, e espero que depressa se venham a converter em esmagadora maioria, se deixem impressionar, que se perguntem diante do espelho se não estarão outra vez cegas, se esta cegueira, ainda mais vergonhosa que a outra, não os estará a desviar da direcção correcta, a empurrar para o desastre extremo que seria o desmoronamento talvez definitivo de um sistema político que, sem que nos tivéssemos apercebido da ameaça, transportava desde a origem, no seu núcleo vital, isto é, no exercício do voto, a semente da sua própria destruição ou, hipótese não menos inquietante, de uma passagem a algo completamente novo, desconhecido, tão diferente que, aí, criados como fomos à sombra de rotinas eleitorais que durante gerações e gerações lograram escamotear o que vemos agora ser um dos seus trunfos mais importantes, nós não teríamos com certeza lugar (p. 175-176).

Ao referir-se à frustração do comissário percebendo que esta manobra parecia estar alcançando seu objetivo, o narrador está encaminhando o final da narrativa e, através deste trecho, chama nossa atenção para a possibilidade de um retorno à cegueira, pois “não é somente quando não temos olhos que não sabemos aonde vamos” (p. 275).

No *Ensaio sobre a cegueira* os cegos comportam-se de modo egoísta, preocupados apenas consigo mesmos, e não se revoltam nem quando a

satisfação de suas necessidades individuais ocorre em consequência da perda da dignidade de outrem. Seu comportamento pode ser entendido sob a ótica do darwinismo social, considerando que a regulação de suas vidas dá-se mediante a imposição dos mais fortes sobre os mais fracos. Apresentei no quadro 2 os dois grupos de cegos sendo um (aquele da mulher do médico) representante de um estado substantivamente democrático, crente no poder do discurso, da inteligência para garantir o bem-estar de todos, enquanto o outro grupo representava um estado tirano (o que não exclui seu caráter democrático, como muitos governos assim denominados, principalmente os semelhantes àquele apresentado no outro *Ensaio*). Cumpre agora interpretar o papel da ideologia nesta narrativa, entendendo o egoísmo dos indivíduos de modo alegórico, como alegoria do egoísmo que rege a vida no mundo capitalista.

Chama a atenção, nos dois *Ensaios*, os confrontamentos ideológicos, ou melhor, a luta ideologia *versus* ideias. Curioso é o fato de, nos dois, haver pessoas que, embora seus interesses estejam em consonância com as ideias que se opõem à ideologia opressora, ao invés de defendê-las, opõem-se a elas e se colocam do lado dos opressores, incapazes de perceberem que suas atitudes vão de encontro a si mesmos. É o caso dos homens que planejam entregar a assassina do líder dos tiranos para que a morte dela apazigue sua ira, e é o caso dos votantes tradicionais da capital. Estes tentam fugir da cidade e se mantêm fiéis ao sistema que os aliena do poder de decisão sobre suas próprias vidas. Segundo Mészáros,

O poder da ideologia predominante é indubitavelmente imenso, mas isso não ocorre simplesmente em razão da força material esmagadora e do correspondente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes. Tal poder ideológico só pode prevalecer graças à vantagem da mistificação, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, “consensualmente”, valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrários a seus interesses vitais (2004, p. 472).

Demorou muito para a mulher do médico perceber que “Os problemas da ideologia, sejam eles grandes ou pequenos, não podem ser resolvidos *dentro* da própria ideologia” (*id.*, *ib.*). Como a ideologia possui base material, é somente através da materialidade que se pode vencê-la. No caso, além disso, era outra forma de cegueira tentar derrotar com palavras aqueles que se impunham pela força e utilização de armas.

Quanto ao que chamamos falta de “solidariedade de classe”, citada por Cipriano e pelo narrador em *A caverna*, e presente nos dois *Ensaio*s nas atitudes de algumas personagens, como referido acima (os cegos; os votantes tradicionais), diz-nos Mézáros que,

Sendo a ideologia a consciência prática inevitável das sociedades de classe, articulada de modo tal que os membros das forças sociais opostas possam se tornar conscientes de seus conflitos materialmente fundados e lutar por eles, a questão verdadeiramente importante é a seguinte: os indivíduos, equipados com a ideologia da classe a que pertencem, ficarão do lado da causa da emancipação, que se desdobra na história, ou se alinharão contra ela? A ideologia pode (e de fato o faz) servir a ambos os lados com seus meios e métodos de mobilização dos indivíduos que, ainda que não percebam com clareza o que ocorre, inevitavelmente participam da luta em andamento (*id.*, p. 327).

Não é só à falta de solidariedade que Saramago se refere. Também critica a incoerência entre os jovens que as pessoas foram e os adultos em que se transformaram. No *Ensaio sobre a lucidez*, ironiza os jovens revolucionários que, quando adultos, transformam-se em egoístas, renegando seu passado:

O mais corrente neste mundo, nestes tempos em que às cegas vamos tropeçando, é esbarrarmos, ao virar a esquina mais próxima, com homens e mulheres na maturidade da existência e da prosperidade, que, tendo sido aos dezoito anos, não só as risonhas primaveras do estilo, mas também, e talvez sobretudo, briosos revolucionários decididos a arrasar o sistema dos pais e pôr no seu lugar o paraíso, enfim, da fraternidade, se encontram agora, com firmeza pelo menos igual, repoltreados em convicções e práticas que, depois de haverem passado, para aquecer e flexibilizar os músculos, por qualquer das muitas versões do conservadorismo moderado, acabam por desembocar no mais desbocado e reacionário egoísmo. Em palavras não tão cerimoniais, estes homens e estas mulheres, diante do espelho da sua vida, cospem todos os dias na cara do que foram o escarro do que são (p. 110-111).

A tentativa das pessoas de “mudar ‘de alto a baixo as condições de sua existência industrial e política e, por conseguinte, toda a sua maneira de ser’” exige “a produção de uma *consciência de massa socialista*”, mas sua produção deve respeitar a dialética da ideologia, mudando as mentes ao mesmo tempo que revoluciona as práticas e as estruturas materiais do sistema, num “movimento *inerentemente pluralista*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 812). Pluralista acima de tudo, não concentrado num líder “iluminado”, articulador de estratégias centralizadas. Centralização, fragmentação, leis estanques são elementos antidemocráticos, que apenas aprofundam a divisão da sociedade em classes, logo, servem ao capital, não às pessoas. Estas, e somente estas é que podem transformar o sistema, revolucionando, como disse Marx, “de alto a baixo as condições de sua existência industrial e política e, por conseguinte, toda a sua maneira de ser”.

Uma vez que uma sociedade radicalmente diferente é uma realização coletiva, “Inútil buscar, nos movimentos narrativos do *Ensaio* [refere-se ao *Ensaio sobre a cegueira*], sugestões utópicas, proféticas ou messiânicas. Inútil consolo, pois seria uma forma de continuar cego” (BUENO, 2002, p. 15).

Após as explanações realizadas sobre os quadros 1, 2 e 3, a fim de não me tornar demasiado repetitivo, serei breve nas explicações aos quadros 4, 5 e 6. Estes dois últimos quadros serão apresentados um após o outro e explicados em conjunto.

2.2.4 Ascensão ao “mundo superior”

QUADRO 4: ascensão ao “mundo superior”

Alegoria da Caverna	Um dos prisioneiros é libertado dos grilhões e sai da caverna.
E. sobre a cegueira	A mulher do médico enxerga pois é a única que não foi contaminada.
A caverna	Algor reflete constantemente sobre sua vida; tem um sonho semelhante à cena da Alegoria de Platão, no qual ele é o prisioneiro; no Centro, sente-se numa prisão e, ao entrar na caverna encontrada durante ampliações subterrâneas do prédio, reconhece a si e à humanidade nos cadáveres que lá estão acorrentados, e o mundo, na caverna.
E. sobre a lucidez	83% dos eleitores da capital votam em branco nas eleições municipais; o presidente da câmara tem uma “iluminação” (p. 111) e percebe que os brancos estavam com a razão; o comissário de polícia percebe a inocência dos suspeitos que precisava incriminar e não suporta a baixeza de seu trabalho. Além desses, ascenderam os ministros da cultura e da justiça.

Na alegoria de Platão foi necessário que alguém libertasse um dos prisioneiros, e o filósofo grego é pessimista ao crer que este, “iluminando-se”, poderá vir a ser morto por seus companheiros de prisão no caso de retornar para salvá-los. Os personagens de Saramago, ao contrário, já estão livres devido a uma peculiaridade sua, ou libertam-se por si mesmos ao longo da trama. Mas Saramago é igualmente pessimista, pois aponta apenas uma remota esperança de estes conseguirem tão-somente sobreviver ao lado de quem amam, sem, contudo, transformar a realidade à sua volta.

No texto de Platão, ao postular a possibilidade de um dos prisioneiros ser libertado, Sócrates conjectura as consequências de sua saída da caverna e ascensão ao mundo superior. A saída da caverna não poderia ser rápida, tampouco o prisioneiro poderia olhar imediatamente para a realidade luminosa do exterior. Pelo contrário, deveria acostumar-se gradativamente à luz, observando primeiro as sombras, depois a imagem das coisas e seres projetada na água, por último, olhá-los diretamente. A ascensão ao mundo superior, em Platão, é subida ao plano das ideias, ao mundo em que imperam as formas puras e belas, ou seja, o mundo ideal.

No *Ensaio sobre a cegueira* a mulher do médico funciona como este prisioneiro que esteve no mundo superior, contemplou as coisas reais, percebeu que na caverna o que veem são apenas sombras de objetos, e não de seres. Estando agora em meio aos prisioneiros que não sabem que o que enxergam é falso (no caso já não são capazes de ver nada exceto um “mar de leite”), precisa manter sua condição em segredo para não ser explorada, escravizada. Ao realizar uma ação necessária (matar o líder dos tiranos) tem seu destino aproximado ao extremo ao prisioneiro referido por Platão: querem matá-la por ter se oposto à lógica com a qual se habituaram, por mais aviltante que fosse.

Neste cenário de pesadelo, a mulher do médico é a única a preservar a capacidade de visão total, um conceito abrangente que integra o sentido da visão propriamente dito, a consciência moral intacta e a profunda sensibilidade da qual depende a compreensão da natureza humana (FIGUEIRA, p. 5).

É preciso notar um elemento bastante peculiar desta narrativa: a saída do manicômio após o incêndio, embora seja de certa forma uma saída da “caverna”, não se configura como uma ascensão ao mundo superior, pois a cidade é uma ampliação do horror que viviam no manicômio, a diferença é que agora não estão mais acorrentados em uma caverna, mas perdidos num labirinto. O fato de esta saída do espaço físico opressor não resolver o problema, ao contrário de prejudicar o caráter alegórico, enriquece-o, pois não é o aspecto físico que se coloca como chave de interpretação: de nada adianta libertar-se da limitação física se a cegueira é produto da alienação e da ideologia, ou seja, mesmo diante do mundo superior, se não estamos prontos para reparar, não veremos.

Em *A caverna* o “iluminado” é o humilde Cipriano Algor, mas sua filha Marta e Isaura Estudiosa possuem uma sagacidade igualmente privilegiada. O oleiro criado por Saramago não é dotado de erudição, entretanto, tampouco é ignorante da cultura letrada: ele conhece muito bem, por exemplo, a *Alegoria da caverna*, tanto que sonha com ela e a reconhece quando está diante de sua materialização. Mas suas reflexões a respeito do caráter opressivo do sistema em que trabalha e vive surgem muito mais de sua inteligência intuitiva do que de conhecimentos adquiridos formalmente. Cipriano é um pensador que exerce o pensamento livremente: senta-se no banco de pedra e lá fica a ruminar as tarefas do dia, as falas que disse e ouviu etc. Um momento de destaque é o sonho que teve e que reproduz a cena descrita por Platão³², o qual não tem propriamente um caráter epifânico, mas confirma ao oleiro, através do seu inconsciente, o que ele conscientemente já percebera. No entanto, as pressões do mundo material são mais fortes e o obrigam a aceitar residir no Centro. Somente ao deparar-se com a própria caverna de Platão ele será capaz de desafiar a opressão capitalista e aventurar-se no mundo à procura de um lugar onde possa viver com dignidade.

No *Ensaio sobre a lucidez* ocorre a inversão numérica da alegoria: ao invés de um, a maioria é “iluminada”. Aqui a massa iluminada opõe-se a uma minoria que se mantém cega. Contudo, a vantagem numérica que *a priori* poderia ser uma esperança de vitória para a lucidez acaba se mostrando inócua, pois a insurgência da população não supera a força das armas (as armas de fogo e a manipulação ideológica) que o governo, parte da minoria cega, comanda.

32 O sonho de Cipriano é narrado entre as páginas 193 e 197.

2.2.5 A responsabilidade do “iluminado”

QUADRO 5: Confronto do “iluminado” com os demais

Alegoria da Caverna	O narrador conjectura que o prisioneiro que se libertou, na condição de filósofo, retornaria à caverna para libertar os demais e convencê-los de que o mundo era completamente diferente do modo como o imaginavam, pois o que viam eram sombras que os iludiam.
E. sobre a cegueira	A mulher do médico tenta, sem revelar que enxerga, ajudar no que pode, procurando articular um modo de vida democrático e humano, em oposição à tirania imposta pelos cegos da outra camarata e à bestialidade dos outros cegos (quase todos), que se estão transformando em animais, “pior ainda, em animais cegos” (p. 134). Após humilhações extremas, mata o líder dos cegos malvados.
A caverna	Algor tenta manter sua dignidade em detrimento das pressões do sistema, procura sensibilizar o chefe e o subchefe do Centro, bem como os outros da sua classe. Vendo-se degradado, vivendo aprisionado num ambiente artificial, decide voltar para casa e retomar o controle de sua vida. Antes de partir, conversa com a filha e o genro, deixando-lhes livres para acompanharem-no ou ficarem no Centro: “Vocês decidirão a vossa vida, eu vou-me embora” (p. 335).
E. sobre a lucidez	Não houve quem tentasse convencer os demais a votar em branco, o surto de lucidez não foi provocado por um indivíduo ou um grupo, foi uma manifestação espontânea: “estavam desiludidos e não encontravam outra maneira de que se percebesse de uma vez até onde a desilusão chegava” (p. 101). A atitude dos brancos coloca-os em confronto com os políticos e os outros eleitores.

QUADRO 6: fracassos e sucessos do “iluminado”

Alegoria da Caverna	O narrador afirma que, se o prisioneiro retornasse, seria morto pelos demais, pois estes não admitiriam que o mundo que sempre pensaram existir não passava de uma ilusão.
E. sobre a cegueira	A mulher do médico consegue ensinar alguns cegos a cuidar da higiene, mas seu sucesso é pequeno comparado à sujeira que se acumula. Depois de enormes sofrimentos impostos pelos cegos malvados, assassina o líder dos tiranos. Os outros cegos sugerem entregar a assassina aos malvados sobreviventes, para, com isso, “serem perdoados” e continuarem vivendo do modo como estavam.
A caverna	Algor fracassa na sua tentativa de mostrar ao chefe e ao subchefe a iniquidade do Centro, sua relação injusta com os fornecedores, bem como fracassa na tentativa de receber destes últimos um gesto de amparo quando se vê desesperado. Quanto à família, primeiro fracassou, não conseguindo mostrar-lhes que se mudarem para o Centro era um erro. Depois, mesmo sem tentar, fê-los abandonar o local, o que é um sucesso bem parcial, uma vez que não sabem como irão viver daí em diante.
E. sobre a lucidez	A luta entre a lucidez dos brancos empata com a imposição do sistema. O final da obra sugere, por um lado, uma vitória: o artigo do comissário está em toda a parte, fotocopiado e distribuído pelos lúcidos; por outro lado, uma derrota: o diálogo entre dois cegos aliviados porque um tiro calara o cão que uivava.

Platão, pelas palavras de Sócrates, afirma que o homem ao qual foi concedida a liberdade, após ter acesso ao mundo superior, tem o dever de retornar à caverna para salvar os demais. Seus colegas, porém, habituados ao mundo das sombras, não aceitariam a liberdade, uma vez que concluiriam das palavras dele que a saída da caverna o enlouquecera, tamanhos seriam os absurdos que dele ouviriam. O estranhamento seria tão grande a ponto de eles o quererem matar caso insistisse em libertá-los.

Tal como o personagem liberto de Platão, os “libertos” de Saramago sentem-se responsáveis pelos demais, e, tendo acesso ao “mundo superior”, não conseguirão conformar-se à vida nas “trevas da caverna”, por isso, confrontar-se-ão com os “prisioneiros”. No entanto, responsabilidade e confronto ocorrem de modos diferentes em cada narrativa e em relação a cada personagem.

Cipriano Algor tem uma percepção privilegiada, tal como a filha, mas esta não percebe de imediato a importância que o trabalho, a casa e a olaria têm para si mesma (levará um tempo até que ela entenda). Algor, ao contrário, por experimentar diretamente a recusa de seu trabalho e a injustiça do sistema, desde sempre reconhece a vilania do Centro, mesmo quando era ainda um pacato fornecedor, pois as esperanças do genro de ser promovido a guarda residente e mudar-se com a esposa levando consigo o sogro jamais o entusiasmaram, ao contrário, ele sempre rejeitara a oferta. Cipriano reconhece o direito da filha de ir morar aonde o marido for, mas não cala sua contrariedade, do mesmo modo que não se cala frente aos absurdos do Centro. Seus diálogos com o chefe e os subchefes são no início acalorados, depois, ele serena e passa a tratar com eles num nível até filosófico. Algor fracassa em sua tentativa de permanecer em sua casa, mas por pouco tempo; porém, ao retornar, seu êxito é ambíguo, pois, embora esteja livre e junto com a filha, o genro, Isaura e o cão, não sabem o que farão de suas vidas. Cipriano, mesmo sem tentar convencê-los, fez a filha e o genro abandonarem o Centro apesar das consequências que isso poderia significar para eles, sobretudo porque ela está grávida.

Os ministros da cultura e da justiça, no *Ensaio sobre a lucidez*, têm seu momento de iluminação ao demitirem-se após uma discussão em que tentam ponderar os absurdos do governo. O presidente da câmara de vereadores, por sua vez, recebe maior atenção na narrativa, “iluminando-se” aos poucos enquanto

reflete sobre a eleição, as atitudes do governo e a serenidade da população. Ele pressente uma tragédia e, minutos depois, está ensanguentado correndo em direção à estação do metrô que explodira, tentando ser útil de alguma forma. De imediato percebera que fora uma ação do governo. Sua percepção da realidade, do mesmo modo que aos dois ministros acima, fê-lo demitir-se.

A mulher do médico, o comissário de polícia e os eleitores que votaram em branco assemelham-se ainda mais ao prisioneiro liberto de Platão, uma vez que colocam suas próprias vidas em risco devido a sua percepção da realidade, cada um a seu modo agindo em prol da libertação dos outros. No *Ensaio sobre a cegueira* o médico e a esposa conversam:

Há que dar remédio a este horror, não aguento, não posso continuar a fingir que não vejo, Pensa nas consequências, o mais certo é que depois tentem fazer de ti uma escrava, um pau-mandado, terás de atender a todos e a tudo, exigir-te-ão que os alimentos, que os laves, que os deites e os levantes, que os leves daqui para ali, que os assoes e lhes seques as lágrimas, gritarão por ti quando estiveres a dormir, insultar-te-ão se tardares, E tu, como queres tu que continue a olhar para estas misérias, tê-las permanentemente diante dos olhos, e não mexer um dedo para ajudar, O que fazes já é muito, Que faço eu, se a minha maior preocupação é evitar que alguém se aperceba de que vejo, Alguns irão odiar-te por veres, não creias que a cegueira nos tornou melhores, Também não nos tornou piores, Vamos a caminho disso, vê tu só o que se passa quando chega a altura de distribuir a comida, [...] tu não sabes o que é ver dois cegos a lutarem, Lutar foi sempre, mais ou menos, uma forma de cegueira (p. 134-135).

Haverá um momento em que a mulher do médico sentir-se-á obrigada a lutar também, e “dessa cegueira já não me livrarei” (p. 189). Por várias vezes ela pensa revelar que enxerga, mas sente-se covarde. Ao perceber a imundície gigantesca que teria de limpar, dá-se conta de que “isto não é trabalho para uma pessoa sozinha” (p. 136). Mas estar ciente disso não a afasta de sua responsabilidade: faz tudo o que está ao seu alcance para minimizar a barbárie: organiza a distribuição de comida e a recolha do lixo em sua camarata, instrui os demais a usar os banheiros, tenta manter um ambiente de convivência humano. Quando saem do manicômio, é guia e provedora do grupo que a acompanha. No depósito escuro do supermercado onde encontrou comida, pensa, ao riscar um fósforo: “meu Deus, a luz existe e eu tenho olhos para a ver, louvada seja a luz” (p. 223). E, “sem remorso, come. Se não comesse agora não teria forças para levar a carga aonde faz falta, ela é a provedora” (p. 224). Contudo, em diversas outras passagens, ver parece-lhe um fardo insuportável: “Aguentarei enquanto puder, mas é verdade que as forças já me estão a faltar, às vezes dou por mim a

querer ser cega para tornar-me igual aos outros, para não ter mais obrigações do que eles” (p. 293). Estas suas obrigações não são impostas senão por seu senso de responsabilidade: a responsabilidade de ter olhos quando todos os perderam.

Eu continuo a ver, Felizmente para ti, felizmente para o teu marido, para mim [a rapariga dos óculos escuros], para os outros, mas não sabes se continuarás a ver, no caso de vires a cegar tornar-te-ás igual a nós, acabaremos todos como a vizinha de baixo [que comia animais crus], Hoje é hoje, amanhã será amanhã, é hoje que tenho a responsabilidade, não amanhã, se estiver cega, Responsabilidade de quê, A responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam, Não podes guiar nem dar de comer a todos os cegos do mundo, Deveria, Mas não podes, Ajudarei no que estiver ao meu alcance (p. 241).

O fato de ter olhos fará da mulher do médico “Uma espécie de chefe natural, um rei com olhos numa terra de cegos, disse o velho da venda preta, Se assim é, então deixem-se guiar pelos meus olhos enquanto eles durarem [...]” (p. 283). Mas estar só é perigoso: “Falas como se também tu estivesse cega, disse a rapariga dos óculos escuros, De uma certa maneira, é verdade, estou cega da vossa cegueira, talvez pudesse começar a ver melhor se fôssemos mais os que vêem” (*id.*, *ib.*), “Cada vez irei vendo menos, mesmo que não perca a vista tornar-me-ei mais e mais cega cada dia porque não terei quem me veja” (p. 302). Sua solidão opõe-se à massa lúcida do *Ensaio sobre a lucidez*, a qual, a despeito de sua superioridade numérica, também encontra enormes desafios.

A atitude da mulher do médico tem relação com aquela sugerida por Platão ao seu liberto, mas ela tem, mais do que isso, uma enorme ligação com os postulados de Marx. Segundo Mézaros, “‘A libertação’, diz Marx, ‘é um ato *histórico*, não um ato *mental*’” (2004, p. 488), ou seja, as palavras não são o bastante para transformar a sociedade, por isso, “A arma da crítica não pode substituir, sem dúvida, a crítica das armas: a força material só será abatida pela força material.” (MARX, 2001b, p. 53). A mulher do médico não sabe disso ao princípio, precisa descobri-lo, e só o faz após sofrer duramente.

A mulher do médico olhava a tesoura, tentava pensar por que razão a estaria olhando assim, assim como, assim, mas não encontrava nenhuma razão, realmente que razão poderia achar-se numa simples tesoura comprida, deitada nas mãos abertas, com as suas duas folhas niqueladas e as pontas agudas e brilhantes (p. 142). [Mais adiante:] com os olhos fitos na tesoura pendurada na parede, a mulher do médico estava a perguntar-se a si mesma, De que me serve ver. Servira-lhe para saber do horror mais do que pudera imaginar alguma vez, servira-lhe para ter desejado estar cega, nada senão isso (p. 151-152). [Até que finalmente percebe que a tesoura era uma arma:] uma pistola comum

não faz muito ruído. Uma tesoura ainda menos, pensou a mulher do médico (p. 154).

Nesta ficção a mulher do médico livra-se da morte, da qual não escapará, porém, ao final do outro *Ensaio*. Desta vez ela era apenas mais uma entre uma multidão de eleitores, sem nada que a diferenciasse deles, mas a excepcionalidade de ter continuado a ver há quatro anos quando todos cegaram fez o governo acusá-la de ser a líder da conspiração dos brancos inventada pelo governo e supostamente responsável pela excepcionalidade das eleições do voto em branco. A tática não deu certo, o povo não foi convencido por esse argumento ridículo. De todo modo, um atirador mandado por um dos ministros mata a mulher e seu cão. A hipótese levantada por Platão finalmente se confirma e a mulher do médico é morta pelos prisioneiros da caverna.

O mesmo aconteceu com o comissário de polícia. Ao perceber que era instrumento de um plano perverso, recusa-se a cumprir as ordens do ministro do interior. Mais do que isso, publica um artigo em um jornal desmentindo a teoria do governo. Por isso, é assassinado. O cinismo do governo é tão grande que acusa os brancos por mais esta morte.

Os eleitores que votaram em branco são perseguidos, quinhentos são detidos, 34 são mortos. Apesar disso, mantêm-se firmes, unidos, tal como dissera a mulher do médico ao seu grupo no *Ensaio sobre a cegueira*: “se continuarmos juntos talvez consigamos sobreviver” (p. 245). Mais do que sobreviver, estes eleitores querem fazê-lo de forma livre, num mundo em que não sejam obrigados aos ditames de governos estúpidos, comprometidos com tudo, menos com seu povo.

Sempre que os governos são chutados por “eleitores” soberanos amargamente desiludidos pela “quebra de suas promessas”, o alvo diversionário da oposição política consensual assegura que nunca sejam mencionados a enorme responsabilidade e a duvidosa viabilidade da ordem socioeconômica a que eles servem e em nome da qual fazem e quebram tais promessas. Assim, enquanto governos “pluralistas” vêm e passam com frequência mistificadora, a dominação do capital permanece absolutamente intacta (MÉSZÁROS, 2002, p. 816).

O surto de lucidez destes eleitores é uma espécie de epidemia que ocorre sem explicação: não há mobilização para educar nem convencer ninguém, as coisas simplesmente acontecem, sem palavras, há apenas ações. Embora não possamos fazê-lo de modo direto e não haja referências suficientemente claras

para isso, podemos, de certa forma, relacionar esta lucidez à consciência comunista, condição *sine qua non* de uma revolução socialista:

A condição necessária para realizar as funções da reprodução diretamente material de um sistema socialista é a restituição do poder de tomar decisões aos produtores associados – em todas as esferas da atividade e em todos os níveis de coordenação, desde os empreendimentos locais até o mais amplo intercâmbio internacional. O “fenecimento do Estado” não se refere a algo misterioso ou remoto, mas a um processo perfeitamente tangível que precisa ser iniciado ainda no presente. E na transição para a genuína sociedade socialista é necessária a progressiva reaquisição dos poderes alienados de decisão política pelos indivíduos (*id.*, p. 849).

E ainda

Reconhecendo-se que a mudança social necessária se estende por um longo processo histórico de confrontações e lutas, o poder da “consciência comunista em escala maciça” adquire particular importância na concepção marxiana. Em virtude de sua determinação como *consciência de massa*, protege as forças socialistas envolvidas na luta contra as divisões internas e o estabelecimento de novas hierarquias [...]. Por isso, se houver uma identidade de propósitos na grande maioria da população – identidade esta que, nas circunstâncias prevaletentes, somente a “plena consciência [da classe trabalhadora] de sua missão histórica e heróica resolução de agir de acordo com ela” pode produzir –, o *Estado* imediatamente se torna uma “forma política” transicional plenamente controlada e um simples meio para a ação emancipatória, pois a diferença entre os governantes e os governados desaparece por definição (*id.*, p. 1050).

Se não se trata de um mundo socialista, pelo menos é um mundo radicalmente diferente do capitalista o que desejam os eleitores que votaram em branco, e é isso o que teme o governo, pois neste novo mundo não haveria lugar para eles. Eles que vivem em

um sistema político que, sem que nos tivéssemos apercebido da ameaça, transportava desde a origem, no seu núcleo vital, isto é, no exercício do voto, a semente da sua própria destruição ou, hipótese não menos inquietante, de uma passagem a algo completamente novo, desconhecido, tão diferente que, aí, criados como fomos à sombra de rotinas eleitorais que durante gerações e gerações lograram escamotear o que vemos agora ser um dos seus trunfos mais importantes, nós não teríamos com certeza lugar (p. 175-176).

3 A PROBLEMÁTICA DO GÊNERO

A análise de gênero foi motivada sobretudo pela personagem mulher do médico e pelo antagonismo que o *Ensaio sobre a cegueira* cria entre homens e mulheres. Nesta narrativa, desde o princípio as personagens femininas revelam-se foco da atenção do narrador, e várias delas assumem papel de protagonistas de um modo claramente oposto ao papel dos homens (solidariedade *versus* egoísmo), o que não é percebido nos outros dois textos, nos quais, não obstante a complexidade de sua elaboração psicológica e de sua importância na trama, as mulheres desempenham papéis secundários (principalmente no *Ensaio sobre a lucidez*). Na obra *A caverna* as mulheres estão integradas ao mundo “dos homens”, não promovendo ações concretas contrárias a ele, ou seja, não há o antagonismo expresso no *Ensaio sobre a cegueira*. De todo modo, Marta e Isaura têm papéis importantes e, através do discurso (desta vez não é através de ações), expressam suas diferenças em relação aos personagens masculinos. No *Ensaio sobre a cegueira* Saramago representa as mulheres de um modo radicalmente oposto ao dos homens, criando um abismo que ocorre porque se elas fossem semelhantes não haveria esperança nenhuma.

Antes de concentrar-me nas personagens, chamo a atenção para alguns aspectos da teoria que embasa minha análise. Primeiro destaco que, sendo Saramago marxista, se seus textos sugerem a questão do gênero não significa personagens femininas lutando por direitos iguais num mundo dominado por homens, mas algo além disso: as mulheres representam a possibilidade de, mediante uma inversão de valores, substituir o “patriarcado” pelo “matriarcado”, ou seja, o sistema masculino excludente e opressor determinado pelos imperativos do capital por um sistema feminino que acolha e proteja, valorizando a solidariedade em detrimento da racionalidade egoísta: “toda a organização da sociedade, com suas instituições, crenças, regras, etc., pautada pela visão patriarcal, se mostrou desde sempre excludente, autoritária e cruel pois exaltou e exalta o instinto destrutivo humano” (VIEIRA, 2009, p. 155). Isso significa, evidentemente, superar a lógica do capital, na qual prevalece a competição e a

consequente injustiça e desigualdade: sob o domínio do capital, jamais se poderá conceder igualdade substantiva a quem quer que seja, tampouco às mulheres, uma vez que “o capital ajuda a liberar as mulheres para melhor poder explorá-las como membros de uma força de trabalho muito mais variada e convenientemente ‘flexível’” (MÉSZÁROS, 2002, p. 802).

Implorar a um sistema de reprodução sociometabólica profundamente perverso – baseado na perniciosa divisão hierárquica do trabalho – a concessão de “oportunidades iguais” para as mulheres (ou para o trabalhador), quando ele é *estruturalmente incapaz* de fazer isso, é transformar em zombaria a própria idéia da emancipação. A condição prévia essencial da verdadeira igualdade é enfrentar com uma crítica radical a questão do modo inevitável de funcionamento do sistema estabelecido e sua correspondente estrutura de comando, que *a priori* exclui quaisquer expectativas de uma verdadeira igualdade (*id.*, p. 289).

A causa histórica da emancipação das mulheres não pode progredir sem questionar todas as formas de domínio do capital. É isso que Saramago propõe: uma “crítica radical ao modo inevitável de funcionamento do sistema estabelecido e sua correspondente estrutura de comando”. Inicialmente pensei que Saramago valorizou o comportamento maternal e de esposa zelosa, não para submeter a mulher ao jugo do homem, mas para enfatizar o antagonismo delas em relação a eles, sem contudo impedi-las de agir de modo decidido e decisivo, com força e coragem. Silva & Silva referem-se a este aspecto em relação à mulher do médico (antes eu entendia o mesmo para todas as demais personagens femininas):

a Mulher do Médico contém muito dos aspectos que tanto a crítica feminista busca: uma igualdade de papéis entre homem/mulher, uma mulher com características fortes e força de mudança, ser determinada, espirituosa e líder e mesmo assim continuar sendo uma mulher, com todas as suas peculiaridades femininas (2010,p. 12).

Porém, à medida que avançava na pesquisa, cheguei a uma compreensão diferente. É verdade que Saramago aplica a convenção de mulher-esposa-maternal para sinalizar a diferença entre homens e mulheres e desejá-la como realmente existente, pois considera-a nossa esperança. Mas até aí há uma ingenuidade que não combina com sua maturidade filosófica, tampouco com as modernas teorias que implodiram este binarismo entre homens e mulheres há muito tempo. Sabemos que os gêneros são construídos socialmente, sendo produtos das relações sociais³³. Para Butler (2003, p. 25) o próprio sexo talvez

³³ “gênero não é sexo, uma condição natural, e sim representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição 'conceitual' e rígida (estrutural)

“seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”. “A sexualidade, tal como a entendemos, é efetivamente uma invenção histórica [...]” (BOURDIEU, 2009, p. 123), portanto não há qualquer coisa que se possa considerar como “peculiaridades femininas” ou, no outro extremo, masculinas.

Como ponto de partida de uma teoria social do gênero [...], a concepção universal da pessoa é deslocada pelas posições históricas ou antropológicas que compreendem o gênero como uma *relação* entre sujeitos socialmente constituídos, em contextos especificáveis. Este ponto de vista relacional ou contextual sugere que o que a pessoa “é” – e a rigor, o que o gênero “é” – refere-se sempre às relações construídas em que ela é determinada. Como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes (BUTLER, 2003, p. 29).

Se gênero e sexo são produtos das relações sociais, não podemos igualmente, de modo algum, falar de um plural abstrato “mulheres”, uma vez que “O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (*id.*, p. 18). Generalizações sobre o gênero ou sobre as pessoas não convêm a uma análise materialista, que toma as relações sociais entre os indivíduos, a materialidade da sociedade e sua historicidade como pontos de partida. Então como entender a aparente generalização de Saramago no *Ensaio sobre a cegueira*?

Ana Maria Figueira sugere, em relação às mulheres deste *Ensaio*, que elas não se referem apenas à condição de Mulher, “mas o elemento feminino que existe em cada homem ou mulher, e que contém no seu âmago os aspectos mais viscerais e intrínsecos do ser humano” (p. 14). Sugiro algo semelhante, mas um pouco diferente. Argumento que nesta narrativa as personagens são elementos de uma alegoria, deste modo, não se constituem como indivíduos singulares.

Saramago realiza um procedimento alegórico valendo-se das generalizações que atribuem às mulheres a solidariedade e o afeto, e, aos homens, o egoísmo e a indiferença. As personagens masculinas e femininas são personificações de atitudes, não se constituindo como representações de indivíduos singulares. Elas são elementos da alegoria que opõe a razão e os

dos dois sexos biológicos” (LAURETIS, 1994, p. 211).

sentimentos, e que enfatiza a necessidade de uma sociedade altruísta, em oposição à lógica do capitalismo.

Neste sentido, as personagens femininas do *Ensaio sobre a cegueira* são personificações de atitudes que Saramago atribuiu às mulheres para enfatizar as diferenças em relação àquilo que a história registrou como “atitudes masculinas”. Na obra este binarismo é fundamental à medida que o passado e o presente históricos correspondem à barbárie representada pela alegoria, e superar a barbárie pressupõe uma atitude radicalmente diferente, sem a qual, repito, não haverá nenhuma esperança.

3.1 As mulheres no Ensaio sobre a cegueira

A primeira mulher da narrativa surge logo no início do texto, quando o primeiro cego ainda está parado no semáforo. Enquanto os condutores dos outros veículos buzina furiosos e os pedestres observam com curiosidade, alguns batendo no vidro para saber o que está acontecendo, ela se aproxima afetuosamente, consola-o dizendo “Isso passa, vai ver que isso passa, às vezes são nervos”, e sugere “que se devia chamar uma ambulância, transportar o pobrezinho ao hospital” (p. 12). A solidariedade e a compaixão desta primeira personagem feminina serão traços constantes e reiterados nas mulheres deste *Ensaio*.

A segunda é a esposa do primeiro cego. Ao chegar em casa irrita-se com a jarra que o esposo quebrara e cujos cacos ainda estavam espalhados pelo chão, mas, ao aproximar-se do marido “reparou no lenço manchado de sangue, o seu agastamento apagou-se num instante, Pobrezinho, como foi que te aconteceu isto, perguntava compadecida [...]” (p. 17). É a segunda mulher que o trata maternalmente (“pobrezinho”). Esta personagem sofrerá uma mudança de atitude ao longo da narrativa: o narrador nos informará de sua submissão ao marido (“dócil e respeitadora”) para intensificar a força do ato que a libertará, pelo menos temporariamente, como veremos. Note-se que, ao contrário da mulher do médico, que trabalha apenas no lar, esta é empregada de escritório, o que não eliminou, por si só, a autoridade do marido.

A mãe do rapazinho estrábico é uma exceção, mostra-se diferente das outras no pequeno trecho em que aparece: protesta quando o médico chama o primeiro cego que recém chegara e deixa-a esperando com seu filho, apesar de estar aguardando há mais de uma hora. Cala o protesto após as palavras do velho da venda preta: “Deixem-no lá, coitado, aquele vai bem pior do que qualquer de nós” (p. 22). Esta personagem feminina desaparecerá da narrativa, apenas sendo evocada pelo filho, presente na obra toda: “A mãe não vinha com ele, não tivera a astúcia da mulher do médico, declarar que estava cega sem o estar, é uma criatura simples, incapaz de mentir, mesmo para seu bem” (p. 48).

A ausência da mãe do menino será suprida pela rapariga dos óculos escuros, que, antes, poderia ter sido apresentada como prostituta,

mas a complexidade da trama das relações sociais, tanto diurnas como nocturnas, tanto verticais como horizontais, da época aqui descrita, aconselha a moderar qualquer tendência para juízos peremptórios, definitivos, balda de que, por exagerada suficiência nossa, talvez nunca consigamos livrar-nos. [...] Sem dúvida esta mulher vai para a cama a troco de dinheiro, o que permitiria, provavelmente, sem mais considerações, classificá-la como prostituta de facto, mas, sendo certo que só vai quando quer e com quem quer, não é de desdenhar a probabilidade de que tal diferença de direito deva determinar cautelarmente a sua exclusão do grémio, entendido como um todo. Ela tem, como a gente normal, uma profissão, e, também como a gente normal, aproveita as horas que lhe ficam para dar algumas alegrias ao corpo e suficiente satisfações às necessidades, as particulares e as gerais. Se não se pretender reduzi-la a uma definição primária, o que finalmente se poderá dizer dela, em lato sentido, é que vive como lhe apetece e ainda por cima tira daí todo o prazer que pode (p. 31).

Esta visão sem preconceito e até irônica do narrador em relação à moralidade, esbarra, porém, no pensamento da própria personagem, que, ao cegar, supõe-se punida por sua conduta, o que leva o narrador a uma exclamação chateada: “o que ela queria dizer era que tinha sido castigada por causa do seu mau porte, da sua imoralidade, *ora aí está*” (p. 36, grifo meu). O estereótipo da prostituta será radicalmente questionado na trama; ela, sexualmente livre, demonstrar-se-á mãe carinhosa (do menino estrábico) e companheira leal (do velho da venda preta), bem como filha exemplar: após saírem do manicômio, o rapazinho já parara de pedir pela mãe, enquanto ela insiste em ir ver os pais, ao que o narrador aproveita para novamente destilar sua ironia aos estereótipos de moralidade:

Não sei como estarão os meus pais, disse, esta sincera preocupação mostra como são afinal infundados os preconceitos dos que negam a possibilidade da existência de sentimentos fortes, incluindo o sentimento filial, nos casos, infelizmente abundantes, de comportamentos irregulares, mormente no plano da moralidade pública (p. 212-213).

A mulher do médico surge no papel de esposa que aguarda pelo marido, janta com ele e depois se recolhe ao quarto enquanto o médico estuda uma explicação para o estranho caso da cegueira branca. Pela manhã, cumprimenta-o carinhosamente: “Bons dias, meu amor, ainda se saudavam com palavras de carinho depois de tantos anos de casados [...]” (p. 38). O que a princípio nos parece o estereótipo de uma dona de casa submissa vai se mostrar algo muito diferente: esta é a mulher que encarnará de modo mais patente o papel de protagonista na obra, ao lado de outras de personalidade igualmente marcante. Ao saber da cegueira do marido, mantém-se tranquila, mas sobretudo firme e decidida, enquanto ele se desespera ao perceber que, ao ter dormido ao seu lado, poderia a ter contaminado:

estúpido, médico idiota, como é que não pensei, [...] Por favor, não fales dessa maneira, o que tiver de ser será, anda, vem, vou-te preparar o pequeno almoço, Deixa-me, deixa-me, Não deixo, gritou a mulher, que queres fazer, andar por aí aos tombos, a chocar contra os móveis, à procura do telefone, sem olhos para encontrar na lista os números de que precisas, enquanto eu assisto tranquilamente ao espetáculo, metida numa redoma de cristal à prova de contaminações. Agarrou-o pelo braço com firmeza e disse, Vamos, meu querido (p. 39).

Ela acompanha as ligações telefônicas do marido, que alerta as autoridades sobre o contágio, e prepara as malas a fim de irem para a quarentena. A ordem era de recolherem somente o médico, mas ela entra com o marido na ambulância e mente que cegou também:

Finalmente subiu e sentou-se ao lado do marido. O condutor da ambulância protestou do banco da frente, Só posso levá-lo a ele, são as ordens que tenho, a senhora saia. A mulher, calmamente, respondeu, Tem de me levar também a mim, ceguei agora mesmo (p. 44).

Por ora, apesar de a atitude ser radical, a mulher do médico realiza-a calmamente. Não demorará para que atitudes mais extremas também alterem sua personalidade, tal como acontece com a rapariga dos óculos escuros e a mulher do primeiro cego, as quais têm igualmente de transformar-se para reagir à situação a que estão sujeitas. Mas nenhuma dessas mulheres é idealizada ou superestimada. “A mulher do médico, magnífica figura feminina, não é heroína, é apenas corajosa testemunha do horror, sugerindo, talvez no longo curso, uma

qualidade ancestral do matriarcado, por oposição ao milenar egoísmo do patriarcado [...]” (BUENO, 2002, p. 16).

Esta personagem e a rapariga dos óculos escuros desde o início da quarentena assemelham-se uma à outra nas atitudes que tomam, e por isso se aproximam afetivamente, mantendo uma amizade que não será abalada sequer pelo fato de a rapariga transar com o oftalmologista diante da esposa. Ambos agiram estimulados por um desejo, digamos, cego. A mulher do médico, ao contrário de reagir agressivamente, pede apenas que se calem, e revela à rapariga que enxerga: “É um segredo, não o podes dizer a ninguém, Esteja descansada [respondeu a rapariga], Tenho confiança em ti, Podes tê-la, antes queria morrer que enganá-la [...]” (p. 172).

Ao chegarem ao manicômio, ambas acomodam-se de modo a protegerem os homens de quem cuidarão: “Na cama ao lado, a que se encostava à parede, o rapazinho dormia também, Fez como eu, pensou a mulher do médico [sobre a rapariga], deu-lhe o lugar mais protegido [...]” (p. 63). Durante o tempo em que ficarão reclusos, por várias vezes a rapariga deixa de comer para alimentar o rapazito: “Quem não se cansa a repetir que tem fome é o rapazito estrábico, apesar de a rapariga dos óculos escuros, praticamente, ter tirado a comida à sua boca para a dar a ele” (p. 87). O narrador insistirá nisto mais adiante: “o rapazinho estrábico [...] sempre acabava de comer antes que a rapariga dos óculos escuros recebesse o seu quinhão, do que vinha a resultar que uma parte do que devia ser dela terminava invariavelmente no estômago do mocinho” (p. 137), e quando os cegos malvados exigirem pagamento em troca de comida, estando o menino naturalmente sem posse alguma para realizar o pagamento, a rapariga paga por ele, como se fosse sua mãe.

Estas duas mulheres farão tudo o que estiver ao seu alcance por si e pelos outros, inclusive submetendo-se à violência sexual para que todos recebam comida. Antes disso, tomam pequenas atitudes, como levar o lixo para fora a fim de queimá-lo e evitar mau-cheiro e insetos. A mulher do médico assiste, por outro lado, à rápida transformação do ambiente: merda que se espalha pelos corredores, detritos de toda espécie, uma sujidade sem fim. Porém, promove o que poderíamos chamar de uma “ação pedagógica”, convencendo os cegos de sua camarata a organizarem-se para receber a comida e recolher o lixo. Suas

vitórias são pequenas, mas marcantes.

Se não formos capazes de viver inteiramente como pessoas, ao menos façamos tudo para não viver inteiramente como animais, tantas vezes o repetiu, que o resto da camarata acabou por transformar em máxima, em sentença, em doutrina, em regra de vida, aquelas palavras, no fundo simples e elementares (p. 119).

Organização é quase uma obsessão do médico, que, no entanto, ao contrário da esposa, nada consegue efetivamente em relação a isso, a não ser a anuência de uma mulher de outra camarata, a qual, porém, esbarra na brutalidade dos homens:

Se não nos organizarmos a sério, mandarão a fome e o medo, já é uma vergonha que não tenhamos ido com eles enterrar os mortos [disse a mulher], Por que é que não os vai enterrar você, já que é tão esperta e tão sentenciosa, Sozinha não posso, mas estou pronta para ajudar (p. 96).

A mulher do médico também sabe que não pode cuidar de todos os cegos, limpar toda a sujeira, organizar. Ela pensou em revelar que enxergava, mas, depois de ponderar e observar o mundo em que estava, “a realidade abjecta que lhe invadia as narinas e lhe ofendia os olhos”, percebeu que “isto não é trabalho para uma pessoa sozinha” (p. 136). O mesmo disse a rapariga dos óculos escuros quando os homens titubeavam se iriam ou não atacar os malvados para recuperar a comida roubada: “Deixem-se de conversas inúteis, [...] eu sozinha não posso lá ir [...]” (p. 197).

Apesar de sentir e assistir a todos os horrores, a mulher do médico mantém viva a esperança mesmo quando o companheiro está a fraquejar: “Já estamos meio mortos, disse o médico, Ainda estamos meio vivos, respondeu a mulher” (p. 288). A despeito do ambiente violento e repugnante do manicômio, note-se a relação dela com o marido, em detrimento do primeiro cego e sua esposa:

Agora [a mulher do médico] está sentada na cama do marido, conversa com ele, baixinho como de costume, vê-se que são pessoas de educação, e têm sempre alguma coisa para dizer um ao outro, não são o mesmo que o outro casal, o primeiro cego e a mulher, depois daquelas comovedoras efusões do reencontro quase não têm falado, é que, neles, provavelmente, tem podido mais a tristeza de agora do que o amor de antes, com o tempo hão-de habituar-se (p. 87).

Sobre a relação entre o ladrão e sua esposa nada sabemos, exceto que ela o recebeu quando este fora levado a casa pelo polícia e, ao entrar, desfazia-se, cego, em lágrimas.

A mulher do primeiro cego viverá três momentos distintos na narrativa: primeiro uma atitude maternal com o esposo; depois, quando este tenta submetê-la às suas ordens, protesta e age de acordo com sua própria vontade; por último, o narrador sugere um retorno à submissão. Quando homens e mulheres discutiam se elas iriam ou não aceitar pagar pela comida transando com os cegos malvados, ela briga com o marido, que não admitia que ela fosse entregar-se:

Sou tanto como as outras, faço o que elas fizerem, Só fazes o que eu mandar, interrompeu o marido, Deixa-te de autoridades, aqui não te servem de nada, estás tão cego como eu, É uma indecência, Está na tua mão não seres indecente, a partir de agora não comas, foi esta a cruel resposta, inesperada em pessoa que até hoje se mostrara dócil e respeitadora do seu marido (p. 168).

Também é ela quem decide deixar o escritor vivendo em sua casa e do marido enquanto eles permanecem na casa da mulher do médico, opondo-se ao esposo, que queria retornar para sua própria casa, detestando que o escritor a tivesse ocupado (p. 276). Porém, quando ele recupera a visão, o narrador nos conta que

em certa altura, o primeiro cego teve a lembrança de dizer à mulher que no dia seguinte iriam a casa, Mas eu ainda estou cega, respondeu ela, Não faz mal, eu guio-te, só quem ali se encontrava, e portanto ouviu com os seus próprios ouvidos, foi capaz de perceber como em tão simples palavras puderam caber sentimentos tão distintos como são os da protecção, do orgulho e da autoridade (p. 308).

O emprego desse verbo (guiar) sinalizará uma profunda diferença entre este casal e aquele composto pela mulher do médico e seu marido. A mulher do médico será a guia dos seis outros integrantes do seu grupo, sem no entanto perder a doçura nem jamais mostrar-se com esses ares de autoridade. Emblemática é a cena em que, chegando a sua casa, “O médico meteu a mão num bolso interior do seu casaco novo e tirou as chaves. Ficou com elas no ar, à espera, mas a mulher guiou-lhe suavemente a mão em direcção à fechadura” (p. 256). Ao invés de tomar-lhe as chaves das mãos, ela guia o marido para que ele consiga abrir a porta. Muito longe de demonstrar submissão, este gesto reforça a delicadeza da mulher, que pretende dar ao esposo esta honra, a qual somente ambos conhecerão, uma vez que os demais continuam cegos.

Diferente também é o casal formado pela rapariga dos óculos escuros e o velho da venda preta. Não somente no que concerne ao físico, ela, jovem e bonita, ele, reiteradamente velho. Não há da parte dele nenhuma autoridade, ao

contrário, insiste na sua velhice como empecilho ao relacionamento de ambos, desejando inclusive que continuassem cegos para também continuarem a viver juntos, ele e ela, pois temia que, ao vê-lo, ela o abandonaria. No momento anterior ao confronto contra os cegos malvados, após o assassinato do líder, o velho da venda preta surpreende-se ao saber que a rapariga dos óculos escuros participará da batalha, mas não lhe impõe nada, ao contrário, sua atitude é mansa, timidamente protetora: “Tu também vais, perguntou o velho da venda preta, preferiria que não fosses, E porquê, pode saber-se, És muito nova, Aqui dentro a idade não conta, nem o sexo, portanto não te esqueças das mulheres, Não, não me esqueço” (p. 198). A rapariga reivindica a igualdade e lutará ao lado da mulher do médico e da mulher que dissera a esta última “Aonde tu fores eu irei” após receber no rosto o sangue do malvado no momento em que este ejaculava em sua boca e morria golpeado pela mulher do médico.

No entanto, não nos enganemos pensando que estas mulheres são sempre fortes e solidárias, são, também, humanas, e às vezes padecem do mal que acomete sobretudo aos personagens masculinos: os tiranos vão começar estuprando as mulheres das camaratas da sua ala,

Folguem portanto as mulheres das camaratas da ala direita, com o mal das minhas vizinhas posso eu bem, palavras que nenhuma disse, mas que todas pensaram, na verdade ainda está por nascer o primeiro ser humano desprovido daquela segunda pele a que chamamos egoísmo, bem mais dura que a outra, que por qualquer coisa sangra (p. 169).³⁴

A brutalidade do estupro foi tamanha que uma das cegas da camarata da mulher do médico morreu. Este é um ponto fundamental na narrativa, pois representará o momento anterior à decisão mais difícil da mulher do médico: matar o líder dos malvados. Antes, retorna a sua camarata conduzindo o corpo da companheira, apanha água em outra camarata correndo o risco de ser ferida pelos integrantes desta, e lava o corpo da cega morta, das outras e o seu próprio. No dia seguinte ela matará o responsável por mais aquela morte, enquanto ele promovia mais uma orgia. Depois de matá-lo, empreende esforço ainda maior para levar dali as mulheres todas, muitas das quais aproveitam a confusão e

³⁴ Neste trecho seria possível interpretar que o egoísmo é algo que nasce conosco, porém o egoísmo não é uma essência humana, mas um mal reforçado pela lógica da sociedade capitalista. Creio que Saramago, apesar dos termos dessa citação, pensava de modo semelhante, talvez algo como Marx na sexta tese sobre Feuerbach: “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais” (MARX; ENGELS, 2001, p. 112). E as relações sociais no capitalismo conduzem à exacerbação do egoísmo.

tentam “esganar o inimigo e acrescentar um morto ao morto.” Matam mais dois. “A mulher do médico não queria matar, só queria sair o mais depressa possível, sobretudo não deixar atrás de si nenhuma cega. Provavelmente este não vai sobreviver, pensou quando cravou a tesoura num peito” (p. 187). Ao sair, grita que, “Para cada dia que estivermos sem comer por vossa culpa, morrerá um dos que aqui se encontram, basta que ponham um pé fora desta porta” (p. 188). Agora elas é que buscarão a comida, os ladrões comerão o que lá estocaram, e que já apodrece.

Esta não foi a maior das batalhas, a mulher do médico terá de suportar os outros cegos sugerindo entregar a assassina aos demais malvados em troca de comida, pois o governo parou de enviá-la; participará de nova batalha contra estes mesmos malvados na tentativa fracassada de resgatarem a comida que estes roubaram, e ainda lutará por comida após saírem do manicômio, disputando com outros cegos o que encontrara no depósito de um supermercado. Mas agora ela sabe que lutar é inevitável, sobretudo quando se trata de reagir à barbárie:

Levantou-se a custo. Tinha sangue nas mãos e na roupa, e subitamente o corpo exausto avisou-a de que estava velha, Velha e assassina, pensou, mas sabia que se fosse necessário tornaria a matar, E quando é que é necessário matar, perguntou-se a si mesma enquanto ia andando na direcção do átrio, e a si mesma respondeu, Quando já está morto o que ainda é vivo. [...] [O marido inquieta-se:] Vai haver luta, guerra, Os cegos estão sempre em guerra, sempre estiveram em guerra [ela responde], Tornarás a matar, Se tiver de ser, dessa cegueira já não me livrarei (p. 189).

A evidente derrota na batalha dos cegos famintos contra os malvados bem alimentados desencadeia o aparecimento de outra personagem, desta vez designada simplesmente como mulher. Ela entra em sua camarata, “a segunda do lado direito”, procura um pequeno objeto e sai novamente, enquanto todos permanecem como zangões enfurnados em suas camaratas, “Ninguém se atreve a sair para os corredores” (p. 205). Ela leva consigo um isqueiro, o qual utilizará para incendiar a camarata onde se entrincheiram os malvados.

E se eles têm água, se vão conseguir apagar, desesperada meteu-se debaixo da primeira cama, passeou o isqueiro ao comprido do colchão, aqui, além, então de repente as chamas multiplicaram-se, transformaram-se numa única cortina ardente, um jorro de água ainda passou através delas, foi cair sobre a mulher, porém inutilmente, já era o seu próprio corpo o que estava a alimentar a fogueira (p. 207).

Após este ritual de autoimolação, em pouco tempo o prédio todo arde em chamas. Tendo os soldados cegado e abandonado seus postos, “a mulher do médico anunciou em altas vozes que estavam livres” (p. 210).

Uma última personagem feminina desta ficção ainda merece destaque: a velha do primeiro andar, vizinha da rapariga dos óculos escuros. Ao ter contato com ela, o grupo da mulher do médico a toma por megera, bruxa velha, um monstro devorador de carne crua. Porém, é ela quem restitui as chaves à rapariga, pois saíra do prédio para morrer, com as chaves na mão, provavelmente para que, quando a encontrassem, também vissem as chaves (escrevo vissem porque o narrador sugere que ela tenha percebido que a mulher do médico enxergava). Esta é a personagem mais solitária da trama, e suas solidão, cegueira e fome transformaram-na num ser de fato quase monstruoso; contudo, ainda essencialmente solidário, conforme acabei de referir, e sensível, como nos revela o narrador em um momento anterior em que os visitantes vão embora e a deixam novamente só:

A velha do primeiro andar abriu devagar a janela, não quer que se saiba que tem esta fraqueza sentimental, mas da rua não sobe nenhum ruído, já se foram, deixaram este sítio por onde quase ninguém passa, a velha deveria de estar contente, desta maneira não terá de dividir com os outros as suas galinhas e os seus coelhos, deveria de estar e não está, dos olhos cegos saem-lhe duas lágrimas, pela primeira vez perguntou se tinha alguma razão para continuar a viver (p. 249).

3.2 O gênero no *Ensaio sobre a lucidez*

O *Ensaio sobre a lucidez* apresenta raras referências à questão do gênero, uma vez que não há nenhuma personagem feminina no papel de protagonista. A mulher do médico, embora seja uma personagem central em parte da trama (a partir da p. 186), pouco aparece diretamente. A mulher do primeiro cego e a rapariga dos óculos escuros aparecem menos ainda. Outras personagens são mencionadas, mas são sempre secundárias.

O protagonismo exclusivo de homens leva Saramago a fazer com que alguns deles sofram transformações radicais ao longo da trama. É o que ocorre com o presidente da câmara dos vereadores, o comissário de polícia e os ministros da justiça e da cultura, os quais se transformam em antagonistas do

plano elaborado pelos governantes contra os eleitores que votaram em branco. Contudo, nesta narrativa o principal antagonismo está desde o princípio centrado nos votantes da capital, de um lado a minoria que continua escolhendo entre os partidos e, do outro, a maioria que opta pelo voto em branco. Deste modo, há também duas personificações alegóricas: da cegueira e da lucidez, mas elas não estão associadas ao masculino ou ao feminino, conforme encontramos no *Ensaio sobre a cegueira*.

No entanto, algumas considerações especiais sobre as personagens femininas podem ser levantadas.

A mulher do médico é a causa da mudança do comissário. Ele já percebera as intenções escusas do ministro do interior, descobrindo que este o mandara à capital não para investigar, mas para inventar e plantar provas que incriminassem a mulher do médico da suspeita de ser a líder da conspiração, porém é o depoimento desta que o convence de que não pode aceitar o plano do ministro. Ele percebeu que estava diante de uma mulher singular, conforme suas próprias palavras para o médico (p. 231), ou, conforme palavras do agente depois de falar com a mulher do primeiro cego: “a impressão com que saí de lá é que a mulher do médico deve ser a modos que uma espécie de heroína, uma alma grande” (p. 238). O comissário diz pessoalmente para a mulher do médico: “Há pessoas que continuam de pé mesmo quando são derrubadas, e a senhora é uma delas” (p. 315).

A esposa do primeiro-ministro, por outro lado, não tem nenhum espírito de solidariedade e amor ao próximo, é, ao contrário da mulher do médico, egoísta, pois deseja que o plano megalomaniaco de seu esposo dê certo. Ele pretende concentrar todo o poder em suas mãos, demitindo os outros ministros e, vencendo os insurgentes do voto branco, ficar com todas as glórias da conquista, “então a história dar-me-ia um lugar inapagável, um lugar para sempre único, como salvador da democracia, E eu seria a mais orgulhosa das esposas” (p. 152).

Nos interrogatórios, as mulheres comportam-se inteligentemente, destacando-se uma delas por ter demonstrado ao homem que a interrogava a ineficiência do detector de mentiras (p. 56-57). Mas o mais importante, no que concerne à problemática do gênero, ocorre quando os funcionários da limpeza

municipal são obrigados pelo governo a fazerem greve. Diante desta circunstância, as mulheres resolvem tomar uma atitude, e, da mesma forma que ocorreu o voto em branco, sem discursos, sem comentários, simplesmente agiram. E esta ação produziu efeitos inclusive nos trabalhadores, os quais abdicaram da greve.

meio-dia exacto era, de todas as casas da cidade saíram mulheres armadas de vassouras, baldes e pás, e, sem uma palavra, começaram a varrer as testadas dos prédios em que viviam, desde a porta até ao meio da rua, onde se encontravam com outras mulheres que, do outro lado, para o mesmo fim e com as mesmas armas, haviam descido. Afirmam os dicionários que a testada é a parte de uma rua ou estrada que fica à frente de um prédio, e nada há de mais certo, mas também dizem, dizem-no pelo menos alguns, que varrer a sua testada significa afastar de si alguma responsabilidade ou culpa. Grande engano o vosso, senhores filólogos e lexicólogos distraídos, varrer a sua testada começou por ser precisamente o que estão a fazer agora estas mulheres da capital, como no passado também o haviam feito, nas aldeias, as suas mães e avós, e não o faziam elas, como o não fazem estas, para afastar de si uma responsabilidade, mas para assumi-la. Possivelmente foi pela mesma razão que ao terceiro dia saíram à rua os trabalhadores da limpeza. Disseram que os uniformes é que estavam de greve, não eles (p. 103-104).³⁵

3.3 Marta e Isaura em A caverna

As duas figuras femininas de *A caverna* são Marta e Isaura, e nenhuma delas, ao contrário do *Ensaio sobre a cegueira*, opõe-se às atitudes masculinas, ou seja, elas não são personificações alegóricas tal como defendi em relação às outras. Como personagens, porém, Marta e Isaura apresentam especificidades bastante interessantes que apontam para diferenças significativas entre elas, como personagens femininas, e os personagens masculinos. Estes últimos (Algor e Gacho) tratam-nas carinhosamente, de modo que estas mulheres não poderiam opor-se ao universo masculino, uma vez que esses homens são também radicalmente diferentes daqueles do *Ensaio sobre a cegueira*. Contudo, há nesta narrativa algumas indicações de que o gênero feminino é visto de modo especial por Saramago, sobretudo quando o oleiro está produzindo os bonecos, entre os

35 Há um personagem curioso (poderíamos chamá-lo de machista?) que vale a pena mencionar. O comissário está a conversar com o motorista do táxi que tomara. Eles comentam a notícia do jornal, inventada pelo governo, de que a mulher do médico é a líder da “conspiração” do voto em branco. O motorista não acredita que ela não tenha cegado na epidemia de quatro anos atrás, acha que é história para vender jornais, e o comissário pergunta:

E isso que dizem de ser ela a causadora do voto branco, Essa é outra, uma mulher é uma mulher, não se mete nessas coisas, ainda se fosse um homem, vá que não vá, poderia ser, agora uma mulher, pffff, Já veremos como isto acabará, Quando à história se lhe acabar o sumo, inventarão logo outra (p. 294-295).

quais uma enfermeira, que receberá atenção peculiar.

A questão do gênero é às vezes referida em um tom bem humorado, como podemos ver nas palavras de Marta da citação abaixo:

Calma, não te preocupes, disse Cipriano Algor [para Marçal], mesmo que aos olhos de qualquer pessoa o pudesse parecer, entre a tua mulher e mim nunca seria uma zanga real, Pois não, mas há ocasiões em que me dá vontade de lhe bater, ameaçou Marta sorrindo, e olhem que a partir de agora será pior, tenham os dois muito cuidado comigo, segundo me tem constado as mulheres grávidas passam facilmente por mudanças bruscas de humor, roupantes de mau gênio, preparem-se portanto para o que sair daqui, Por mim, estou resignado, disse Marçal, e logo para Cipriano Algor, E o pai, Eu já o estava há muitos anos, desde que ela nasceu, Finalmente todo o poder à mulher, tremei varões, tremei e temei, exclamou Marta (p. 168).

Quando Cipriano retira de um forno improvisado o primeiro dos bonecos que criara, misturam-se neste momento referências ao demiurgo criador e a um parteiro, e um chiste provocador à análise de gênero:

como se estivesse a ajudar a um nascimento, segurou entre o polegar e os dedos indicador e médio a cabeça ainda oculta de um boneco e puxou para cima. Calhou ser a enfermeira. Sacudiu-lhe as cinzas do corpo, soprou-lhe na cara, parecia que estava a dar-lhe uma espécie de vida, a passar para ela o hausto dos seus próprios pulmões, o pulsar do seu próprio coração. Depois, um a um os restantes manipanços, o assírio de barbas, o mandarim, o bobo, o esquimó, o palhaço, foram retirados da cova e postos ao lado da enfermeira, mais ou menos limpos das cinzas, mas sem a benfeitoria suplementar do sopro vital. Não estava ali ninguém para perguntar ao oleiro **os motivos da diferença de tratamento, determinados, à primeira vista, pela diferença de sexo**, salvo se a intervenção demiúrgica resultou simplesmente de a figura da enfermeira ter sido a primeira a sair do buraco, sempre, desde que o mundo é mundo, sucedeu assim, cansarem-se da criação os criadores logo que ela passou a não ser novidade. Recordando, porém, os complexos problemas de modelação com que Cipriano Algor teve de lutar quando trabalhava o peito da enfermeira, não será demasiado temerário presumir que a razão última do assopro se encontre, ainda que de modo obscuro e impreciso, nesse seu imenso esforço por chegar ao que a própria ductilidade da argila lhe estava negaceando. Vá lá saber-se (p. 202, grifos meus). [Na página seguinte:] Primeira a entrar na água, primeira a sair das cinzas, casualidade ou coincidência, esta enfermeira poderá vir a ter no futuro algumas razões de queixa, mas não por falta de atenções. **Como está esse, perguntou Marta, alheia ao debate sobre géneros que tem vindo a travar-se**, Bem, repetiu o pai brevemente (p. 203, grifos meus).

Antes disso, depois de Cipriano fazer o primeiro experimento com o barro, moldando dois bonecos, um homem e uma mulher, enquanto estes secavam, viu-se o criador novamente diante de suas criaturas. Insatisfeito, amassou o homem. “Talvez a mulher tivesse sobrevivido se aos ouvidos de Cipriano Algor não soasse já a pergunta que Marta lhe faria amanhã, Porquê,

porquê o homem e não a mulher, porquê um e não os dois.” Então, “O barro da mulher amassou-se sobre o barro do homem, são outra vez um barro só” (p. 173).

Se essas citações apontassem para uma negação da diferença de gênero, caberia ainda mais uma análise deste aspecto, uma vez que o que merecesse ser negado pelo narrador, maior atenção mereceria do leitor. Mas não é isso que o narrador está fazendo. Embora com atitudes diferentes, as personagens de *A caverna* contêm traços de personalidade comuns às do *Ensaio*. São mulheres decididas, inteligentes, afetuosas. Marta, por exemplo, ama o pai a ponto de às vezes tratá-lo como um filho que precisa de seu cuidado. À noite, ela se levanta para espiar se ele está dormindo. “Aquele homem grande, de cabelos brancos e rosto castigado, seu pai, era também como um filho, saberá pouco da vida quem isto se recuse a entender [...]” (p. 208). Não apenas mulher, Marta é uma mulher grávida. Esta condição impele o pai e o marido a pedir-lhe que pare de trabalhar, o que ela recusa. Insistem que pelo menos ela diminua seu ritmo de trabalho. O zelo excessivo dos dois a irrita. Apesar disso, ela não nega sua gravidez, reconhece até que tem estado mais sensível: “Os olhos de Marta brilhavam rasos de água, Não faça caso, disse, ao que parece, nós, as frágeis mulheres, não sabemos comportar-nos doutra maneira quando estamos grávidas, vivemos tudo de maneira exagerada” (p. 266).

Marta é uma mulher muito inteligente, que se vale da linguagem com habilidade, o que leva o pai a chamar-lhe filósofa (p. 52-53). Ela estudou na cidade, mas preferiu trabalhar na olaria, junto com o pai, a quem não pensa em abandonar quando o esposo for promovido a guarda residente: “filha desnaturada, diriam de mim os vizinhos, pior do que isso, diria eu de mim mesma, [...] não, meu pai, não, Cipriano Algor, quando eu daqui sair irás comigo, ainda que te tenha de levar à força” (p. 42).

O pai, amargurado, não consegue separar o sentimental do racional. Está tão magoado pela recusa de sua louça que é incapaz de ver uma saída. Marta, ao contrário, mantém seu senso prático: “Hoje tivemos um mau dia, amanhã passaremos com mais sossego, veremos como encontrar saída para este problema que nos arranjaram” (p. 43). É uma mulher de personalidade forte, e sua independência manifesta-se na sua escolha consciente de ficar ao lado do pai porque quer, e não porque deve. A oportunidade de uma vida diferente foi-lhe

dada por Cipriano, mas ela decidiu seguir sua vocação e continuar a tradição familiar.

Estes Algores são gente de aprender bem o que lhes ensinam e capazes de usá-lo depois para aprenderem melhor, e Marta, sendo da última geração, mais favorecida, portanto, pelas ajudas ao desenvolvimento, já gozou da sorte grande de ir estudar à cidade, que alguma vantagem hão-de ter sobre as aldeias os grandes núcleos de população. E se acabou por ser oleira, foi por força de uma consciente e manifesta vocação de modeladora, embora também tenha influído na sua decisão o facto de não haver na família irmãos capazes que continuassem a tradição familiar, sem esquecer ainda, terceira e soberana razão, o forte amor filial que nunca lhe permitiria deixar os pais ao deus-dará-e-depois-logo-se-vê quando chegassem a velhos (p. 51-52).

Ainda no início da trama o narrador revela-nos não somente o talento de Marta para modelar, latente desde a infância, como também aponta para uma circunstância que não pode passar despercebida: se Cipriano Algor é comparado a um demiurgo quando está a produzir os bonecos, é-o enquanto produtor; por outro lado, é-o Marta enquanto idealizadora do projeto (“deveríamos pôr-nos a fabricar bonecos [disse ela ao pai]”). Algor lembra-se carinhosamente dela com oito anos brincando de fazer bonecos com o barro:

subitamente a filha passara a ter oito anos, e ele dizia-lhe, Repara bem, é como quando a tua mãe amassa o pão. Fazia rolar o bloco de argila para a frente e para trás, comprimia-o e alongava-o com a parte posterior da palma das mãos, batia-o com força sobre a mesa, calcava, apertava, voltava ao princípio, repetia toda a operação, uma vez, outra vez, outra ainda, Por que é que faz isso, perguntara-lhe a filha, Para não deixar ficar dentro do barro grumos e bolhas de ar, seria mau para o trabalho, No pão também, No pão só os grumos, as bolhas não têm importância. Punha de lado o cilindro compacto em que transformara a argila e começava a amassar outro bloco, Já vai sendo tempo de aprenderes, dissera, mas depois arrependeu-se, Que estupidez, só tem oito anos, e emendou, Vai brincar lá para fora, vai, aqui está frio, mas a filha respondeu que não queria ir, estava a tentar modelar um boneco numa apara de barro que se lhe pegava aos dedos por ser demasiado mole, Esse não serve, experimenta antes com este, vais ver que conseguirás, disse o pai (p. 32).

Mesmo quando Marta parece agir de modo submisso, em seguida ficamos a saber que ela é quem estava no controle da situação. Ao perceber que o pai quer ter a última palavra, resolve não contrariá-lo, “não seria ela quem lhe roubaria o gosto”. Logo em seguida, “pensou, quando ele saiu, Devo ser mais compreensiva, devo pôr-me no seu lugar, imaginar o que será ficar de repente sem trabalho, separar-me da casa, da olaria, do forno, da vida” (p. 35). Marta sabe desde o início que a olaria é a vida do pai, e pouco a pouco vai entendendo que para ela as coisas não são diferentes. Ela sabe que não conseguirá viver no

Centro: “não suportaria viver ali dentro para o resto da sua vida, sem mais certezas que ser a mulher do guarda Marçal Gacho, sem mais amanhã que a filha que crê trazer dentro de si. Ou o filho” (p. 286). Ela ama a sua casa, e não poderá suportar que seu filho nasça num local como o Centro. “se ele alguma vez quiser, quando for senhor das suas acções, viver num sítio como este, terá feito o que era sua vontade, mas, pari-lo eu aqui, não” (p. 344). Depois de muito desejar a promoção do marido, o confronto com a realidade fá-la perceber seu erro, e ela o corrige a tempo. Voltará para casa, pois “só agora é que compreendia que amava estes lugares como uma árvore, se pudesse, amaria as raízes que a alimentam e levantam no ar” (p. 287). Quando o pai, já conformado com a mudança, diz-lhe que a casa continuará deles e que a ela poderão passear quando quiserem, ela lhe observa que é uma casa “com vista para o cemitério”. “Que cemitério [perguntou Cipriano], A olaria, o forno, as pranchas de secagem, a parga da lenha, o que era e já deixou de ser, quer maior cemitério do que esse, perguntou Marta, à beira das lágrimas” (p. 293-294). Se antes era o pai quem desprezava a ideia de ir morar no Centro, agora é a filha. Porém, antes de voltar atrás, para lá se mudam por algumas semanas, até a descoberta da caverna.

Pouco conhecemos sobre sua mãe, Justa Isasca³⁶. Sabemos que ela trabalhava em casa e ajudava na olaria, e sua relação com um cão nos aponta traços de sua personalidade. O cão chamava-se Constante, o mesmo nome que recebeu o cão das lágrimas dos *Ensaíos*. Quando surge, em *A caverna*, o cão Achado, Marta recorda ao pai que a mãe, quando Constante morrera, dissera que “nunca mais queria cães em casa”; o pai então responde-lhe: “Lembro-me, sim, mas sou capaz de jurar que se ela estivesse viva não seria o teu pai quem estaria a levar este prato ao tal cão que ela não queria” (p. 49).

Quando surge a personagem Isaura, Marta em nenhum momento revela qualquer ciúme ou rejeição. Não idealiza a mãe morta, exigindo do pai uma fidelidade doentia, ao contrário, incentiva-o a investir no relacionamento com a vizinha. Há, quanto a isso, uma passagem belíssima para a qual chamo a atenção, destacando o modo peculiar como Marta refere-se ao senso comum e às formalidades sociais:

E havia aquela mulher, a Isaura, a Isaura Madruga, a vizinha do cântaro, a quem no outro dia não respondera mais que Está bem à pergunta que

³⁶ A personagem Justa Isasca faleceu três anos antes do início da ação de *A caverna*.

ela tinha murmurado, de olhos baixos, enquanto contava as moedas, E o pai, quando o que deveria ter feito era levá-la dali por um braço, subir com ela à olaria, entrar com ela onde o pai trabalhava, dizer, Aqui está, e depois fechar a porta e deixá-los lá dentro até que as palavras lhes pudessem servir para alguma coisa, uma vez que os silêncios, coitados deles, não passam disso mesmo, de silêncios, ninguém ignora que, muitas vezes, até os que parecem eloquentes deram azo, com as mais sérias e às vezes fatais consequências, a erradas interpretações. Somos demasiado medrosos, demasiado cobardes para nos aventurarmos a um acto desses, pensou Marta contemplando o pai que parecia ter adormecido, estamos demasiado presos na rede das chamadas conveniências sociais, na teia de aranha do próprio e do impróprio, se se soubesse que eu o tinha feito logo me viriam dizer que atirar uma mulher à cara de um homem, a expressão seria esta, é uma absoluta falta de respeito pela identidade alheia, e ainda por cima uma irresponsável imprudência, sabe-se lá o que lhes iria suceder no futuro, a felicidade das pessoas não é uma coisa que se fabrique hoje e de que possamos ter a certeza de que ainda durará amanhã, um dia encontramos por aí desunido algum daqueles a quem havíamos unido e arriscamo-nos a que nos digam A culpa foi sua. Marta não quis render-se a este discurso do senso comum, fruto consequente e céptico das duras batalhas da vida, É uma estupidez deixar perder o presente só pelo medo de não vir a ganhar o futuro, disse consigo mesma, e logo acrescentou, Aliás, nem tudo está para suceder amanhã, há coisas que só depois de amanhã (p. 250-251).

Quando conhecemos Isaura ela ainda é Isaura Estudiosa, viúva; depois ficamos conhecendo-a pelo nome de solteira, Isaura Madruga. Encontram-se ela e Cipriano no cemitério, quando ambos visitavam o túmulo de seus companheiros falecidos. Isaura diz a ele que um cântaro que lhe comprara partira-se, e Cipriano se dispõe a restituir-lhe o prejuízo. Fá-lo de fato. Surge entre eles um sentimento de afeto, recalcado por Cipriano pelo tempo que suportou, até não mais podê-lo conter.

“Isaura Madruga, mais resoluta pelo facto de ser mulher” (p. 218), foi quem convenceu Cipriano a parar de procurar pelo dono de Achado, uma vez que, segundo ela, o cão escolhera a ele como seu novo dono. “Então, se bem entendo, foi ela quem lhe explicou por que não valia a pena andar à procura do dono do Achado [perguntou Marta], Sim, foi ela, Não há dúvida de que é uma mulher inteligente” (p. 67). Quando se mudam para o Centro, é aos cuidados dela que Algor deixa Achado: “Não há mais ninguém na povoação, nem se calhar no mundo, a quem eu deixasse o Achado, preferiria matá-lo” (p. 294). Ao chegar à casa de Isaura: “O cão também pode entrar, perguntou Cipriano Algor, tem as patas sujas, O Achado é como se fosse da família, somos velhos conhecidos [respondeu Isaura]” (p. 298).

É neste momento em que Cipriano está confiando Achado a Isaura que se beijam pela primeira vez. É também quando se estabelece entre eles uma conversa séria sobre o futuro, sobre a possibilidade de Algor não se mudar para o Centro:

Também poderia viver do que a sua mulher ganhasse [disse Isaura a Cipriano], Quanto tempo duraria o amor nesse caso, perguntou Cipriano Algor, Não trabalhei enquanto estive casada, vivi do que o meu marido ganhava, Ninguém achava mal, era esse o costume, mas ponha um homem nessa situação e conte-me o que se passar depois, Teria então o amor forçosamente de morrer por causa disso, perguntou Isaura, é por razões tão simples como essa que o amor se acaba, Não estou em situação de lhe poder responder, falta-me a experiência (300-301).

Cipriano não reconhece a possibilidade de viver às expensas da mulher, mas é, na sequência, obrigado a aceitar esta situação em relação ao genro: “a Cipriano Algor, aliás, compra não é assunto da sua responsabilidade e competência, para isso lá está quem o dinheiro ganha, isto é, o genro, e quem depois o gere, administra e aplica, isto é, a filha” (p. 309).

Ao retornar do Centro, decidido a não mais voltar, passa antes na casa de Isaura, mas não estão nem ela nem o cão. Estão ambos em sua casa. O cão fugira de Isaura e se abrigara na casota ao lado da olaria. Isaura, para não ofender a vontade de Achado, ia todos os dias até lá para alimentá-lo, aproveitando para arejar a casa como pedira Marta. Vejamos um trecho do diálogo que se dá no reencontro do que agora já podemos chamar de casal:

Uma noite fiquei a dormir na tua cama, disse [Isaura]. [...] os homens, confessamo-lo de uma vez, nunca acabarão de entender as mulheres, felizmente que este conseguiu, sem saber bem como, descobrir no meio da sua confusão as palavras exactas que a ocasião pedia, Nunca mais dormirás noutra (p. 342).

Isaura prevê que, mesmo que não saibam o que vão fazer para viver, Marta e Marçal não de sair do Centro e voltar para casa: “há ocasiões na vida em que devemos deixar-nos levar pela corrente do que acontece, como se as forças para lhe resistir nos faltassem” (p. 346). Isaura filosofa como Marta, e ela é quem sugere o que fazer:

Já sei qual é a ideia, interrompeu Cipriano Algor, Qual é, perguntou Isaura, Vamos também [é a Marta perguntando em relação a ela e o Marçal], Exacto. Marta respirou fundo, Para ter ideias aproveitáveis, não há como ser mulher, Convém não nos precipitarmos, disse Cipriano Algor, Que queres dizer, perguntou Isaura, Tens a tua casa, o teu emprego, E daí, Largar assim tudo, virar as costas, Já tinha largado tudo

antes, já tinha virado as costas antes, quando apertei aquele cântaro contra o peito, realmente era preciso que fosses homem para não compreenderes que te estava a apertar a ti, as últimas palavras quase se perderam numa súbita irrupção de soluços e de lágrimas. Cipriano Algor estendeu timidamente a mão, tocou-lhe num braço, e ela não pôde evitar que o choro redobrasse, ou talvez precisasse de que assim acontecesse, às vezes não são suficientes as lágrimas que já chorámos, temos de pedir-lhes por favor que continuem (p. 348).

Antes de partir para deixarem-se “levar pela corrente”, retiram das prateleiras e do forno todos os bonecos, aqueles em perfeito estado e os que tiveram defeitos de fabricação, e deixam todos ao ar livre, livres, enfim, todos eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

José Saramago sempre deixou clara sua crítica ao mundo capitalista. Em diversas entrevistas ele a expressou abertamente. Nos livros *A caverna*, *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez* esta crítica ocorre de diferentes maneiras.

A caverna é uma ficção que dá conta do tripé estrutural do capitalismo (Estado, trabalho e capital), criticando o sistema de modo completo, ainda que concentre sua atenção no trabalho. Todas as formas do sistema de sociometabolismo do capital sustentam-se sobre este tripé, no qual o trabalho é estruturalmente subordinado ao capital, representando apenas uma mediação entre o trabalhador e o salário, e não uma manifestação de si. Os trabalhadores não se reconhecem em seu trabalho, realizam-no alienadamente para alcançarem os recursos materiais para sua existência, os quais lhes permitem viver, no tempo livre, como humanos, uma vez que no trabalho sentem-se como meros mecanismos. Cipriano Algor realizava um trabalho diferente do modelo capitalista, sua produção era artesanal e não havia divisão do trabalho nem hierarquia de comando. O oleiro recebia ajuda dos membros de sua família, mas não como empregados alienados. Para Cipriano, seu trabalho dignificava sua vida, e ele se reconhecia na louça que produzia. Porém, o Centro, personagem que concentra alegoricamente o Estado, o trabalho e o capital, decide não receber mais suas mercadorias, e que Cipriano deve recolher as louças do estoque.

A suspensão das compras é justificada pela insatisfação dos clientes, os quais têm agora um produto mais barato e prático para escolherem: louças de plástico, produzidas por uma grande indústria, a qual, através da fragmentação, hierarquização do trabalho e alienação dos trabalhadores, consegue produzir suas mercadorias com um preço muito abaixo daquele praticado por Cipriano. A inutilidade de suas mercadorias faz o oleiro sentir-se igualmente inútil, pois a manifestação do que ele é está em cada um dos pratos, tigelas e cântaros por ele moldados.

A filha, contudo, a despeito de sua tristeza, consegue pensar em uma solução para o problema, e a ideia de começarem a produzir bonecos de barro reanima o pai. Como um demiurgo dando forma à matéria, Cipriano sentir-se-á novamente útil, e sua dignidade será, por alguns momentos, restabelecida, até o dia em que o Centro novamente se negará a adquirir os frutos de seu trabalho. Novamente vencido, Cipriano aceita mudar-se com o genro e a nora para o Centro, onde se reconhecerá um prisioneiro do sistema. Ao descobrir a caverna que Platão criara em sua *Alegoria*, preferirá a incerteza do futuro em liberdade à permanência em um local que, no presente, desumaniza-o.

Nesta obra Saramago contrapõe o trabalho de Cipriano à tirania de um mercado impiedosamente competitivo, no qual os grandes capitais levam os pequenos à falência e obrigam os trabalhadores a submeterem-se à sua lógica alienante. Algor não luta apenas contra o Centro, sua luta estende-se contra a alienação dos demais trabalhadores, os quais, membros de sua classe, são incapazes de ajudá-lo, sequer lhe dizem uma palavra que o conforte.

Cipriano, Marta, Marçal, Isaura e Achado são os personagens nomeados, e possuem uma personalidade própria, enquanto os demais são personificações que representam categorias econômicas: os trabalhadores da Cintura Agrícola, os fornecedores, o chefe e o subchefe do Centro, os guardas. Os personagens sem nomes próprios têm suas ações condicionadas pela lógica do sistema capitalista, prisioneiros, atados pelos pés, mãos e principalmente pelos pensamentos, incapazes de enxergar que a liberdade que supõem ter não passa de uma ilusão.

Enquanto Cipriano é pressionado para alienar-se, Marçal, ao contrário, vai pouco a pouco percebendo sua condição e libertando-se dela, até finalmente demitir-se do Centro, preferindo, tal como Cipriano, uma vida de incertezas, mas em liberdade, à segurança de uma existência sob os grilhões do sistema. Marta, embora esteja grávida e tema pelo futuro do filho, não suporta a ideia de continuar no Centro e não ter outra coisa a fazer senão conformar-se em ser a esposa do guarda residente e a mãe de uma criança. Reconhece que o filho pode algum dia decidir viver em um local como o Centro, mas ela jamais daria à luz a uma criança num ambiente tão artificial.

O cão Achado não trabalha, mas escolheu ele próprio onde morar e os donos a quem acompanhará fielmente. Na família de Cipriano Algor, até mesmo o cão comporta-se livremente, livre de qualquer alienação. Mas *A caverna* não se limita à crítica ao capitalismo, também há espaço para o amor. Cipriano alcança a plenitude de seu ser quando encontra alguém para compartilhar consigo o pão, as alegrias e desventuras: uma companheira. Isaura, ao lado de Marta, são as duas personagens femininas responsáveis pelo equilíbrio da trama. Quando Cipriano e Marçal agitam-se em desespero, elas os auxiliam, com sua sensibilidade e inteligência, a reencontrar o caminho.

Nos *Ensaio* a crítica incide sobre componentes específicos do capitalismo, e não sobre o tripé estrutural do sistema. No *Ensaio sobre a cegueira* Saramago apresenta a consequência da lógica competitiva do sistema: a maximização do egoísmo. Os seres humanos tornam-se incapazes de solidarizar-se com os demais, agindo cegamente em prol de seus interesses particulares.

A epidemia de cegueira branca que acomete um país inteiro não tem nenhuma causa física, sendo uma alegoria do modo como vivemos, num mundo em que, semelhante ao manicômio onde os infectados foram postos em quarentena, comportamo-nos como prisioneiros cegos, aceitando a tirania de pessoas que centralizam o poder, acumulam bens e cobram um preço muito alto por aquilo que é nosso de direito. A cegueira branca alegoriza ainda o excesso de informações e estímulos que nos ilude a ponto de nos convencer que estamos “iluminados”.

Neste *Ensaio*, Saramago opõe o egoísmo e a solidariedade, personificando-os, respectivamente, nos homens e nas mulheres. Ao opor um mundo tirânico a uma utopia democrática, o autor propõe uma esperança de um mundo radicalmente diferente daquele em que vivemos ao transferir a uma mulher, a mulher do médico, o poder de ver e de guiar. Saramago problematiza o significado de ter olhos num mundo de cegos, apresenta o drama da mulher do médico, incapaz de vencer sozinha todos os obstáculos, e dá a ela a consciência da responsabilidade. Por maiores que sejam os desafios, a mulher do médico lutará para superá-los, procurará conscientizar os demais, educá-los, e, finalmente, pegará em armas para promover a revolução, não como um discurso, mas como um ato histórico.

O Estado tirânico representado pelos cegos malvados não é uma ditadura qualquer oposta a uma democracia qualquer. O sistema democrático da camarata da mulher do médico não é uma representação inspirada nos modelos do mundo real, é, ao contrário, uma democracia substantiva, em que os representantes da massa estão de fato empenhados em satisfazer os interesses da coletividade, e não os seus próprios. A tirania dos cegos malvados é a ditadura das democracias atuais, em que um grupo de pessoas centraliza os poderes e impõe aos demais regras absurdas para garantir a manutenção de seus poderes e privilégios, e manter a pauperização da massa.

Este modelo de Estado será o foco do *Ensaio sobre a lucidez*, ficção na qual Saramago concentra sua crítica na falácia das democracias, sustentadas por discursos mentirosos que escondem o fato de que, na verdade, não passam de uma ditadura consentida pelo povo. A população escolhe, iludida de que o faz livremente, governantes comprometidos apenas com a manutenção do sistema que favorece a estrutura de comando orquestrada por uma minoria. Nesta narrativa, ao invés de haver um indivíduo “iluminado” capaz de enxergar o cinismo do mundo capitalista, é a massa que tem um surto de lucidez e se opõe à minoria que a oprime. Os eleitores lúcidos empreendem uma batalha silenciosa contra os governantes, a lei e a imprensa (Aparelhos Ideológicos do Estado), a polícia (Aparelo Repressivo do Estado), e ainda têm de defender-se dos eleitores que votaram como sempre haviam feito, em um dos três partidos constituídos, e que entendem os brancos como inimigos.

Em cada uma dessas três obras, Saramago alegoriza o mundo valendo-se dos elementos presentes na *Alegoria da caverna*, de Platão. Mas, enquanto Platão insere seu texto numa perspectiva idealista, Saramago se vale do materialismo para conferir legitimidade histórica às suas narrativas e situá-las dentro de um horizonte possível de nossa realidade. Sua obra apresenta criticamente a lógica do capitalismo e ao mesmo tempo aponta alternativas, ainda que não as desenvolva.

As três ficções são interrompidas em pontos críticos: não sabemos o que acontecerá com a família de Algor, mas eles não voltarão a se alienar; depois da cegueira branca, os personagens retomam a visão e agora veem melhor do que antes, mas o que acontecerá a partir deste momento não sabemos;

descobrimos no outro *Ensaio* que ver melhor leva a população deste país a votar em branco, negando-se a aceitar a manipulação ideológica de um sistema eleitoral que perpetua a injustiça, mas a guerra entre eleitores e governo não recebe solução.

Não lemos nenhum final consolador e satisfatório, mas as três obras apontam a necessidade de lutarmos contra a opressão, para garantirmos, ou recobramos, nossa dignidade humana. Ao contrário de Platão, cuja filosofia crê na educação como garantia de libertação dos “prisioneiros”, Saramago exige que, além do discurso, haja ações efetivas para superar a ideologia e promover a revolução. Platão acreditava no poder libertador da educação porque, para ele, o conhecimento verdadeiro era puro, e, no interior de uma filosofia idealista, a materialidade do mundo deveria ser desprezada, e o filósofo, criatura iluminada, tinha de ascender ao mundo superior para alcançar a plenitude da razão.

Saramago, por sua vez, está consciente da impossibilidade de um conhecimento puro, uma vez que tudo o que apreendemos do mundo é mediado pela ideologia. Saramago compreende o poder da ideologia e reconhece sua materialidade, sabe que ela deve ser superada, sob pena de ser impossível superar o sistema que ela legitima e reproduz. Porém, sua superação não pode ser feita apenas através de discursos, pois há uma base material que a produz, sem cuja revolução qualquer tentativa de “mudar de alto a baixo nossa maneira de ser” está condenada ao fracasso.

O capitalismo teve início, e, ao contrário do que seus apologistas afirmam de modo anacrônico, ele não representa o fim da história. Como tudo que começa, ele um dia acabará. No entanto, uma sociedade radicalmente diferente e que seja substantivamente democrática depende da ação consciente das pessoas, as quais, de forma conjunta, autônoma e livre, devem estabelecer elas próprias seu modo de vida, o qual não só prescindem mas rechaça qualquer tipo de decreto.

Ao ler *Ensaio sobre a cegueira*, percebi que uma análise desta obra precisava concentrar-se também na dicotomia entre homens e mulheres criada pelo autor. No decorrer da pesquisa, compreendi que Saramago não opusera homens e mulheres, mas fizera de suas personagens personificações alegóricas dos comportamentos socialmente convencionados para uns e outras. A análise de

gênero que realizei pretendeu, acima de tudo, reposicionar a questão do gênero na totalidade de crítica ao capital, porque a emancipação das mulheres só ocorrerá plenamente quando todos os oprimidos emanciparem-se da alienação, abolindo a estrutura de comando que subordina o trabalho ao capital.

Ao longo de minha argumentação, sustentei que Saramago investe na relação entre discurso e ação, deixa claros os limites do primeiro e explicita a necessidade de uma revolução, a qual não pode se abster do uso da força para combater um Estado que monopoliza o direito de usá-la, e a usa contra os cidadãos sempre que estes tentam fazer valer seus direitos. Nesta perspectiva, Saramago entende a literatura como uma ferramenta para a transformação da sociedade, um microcosmo do sistema que pode atuar como uma alavanca estratégica para a revolução de nosso modo de ser. Ainda que seus textos sejam apenas discursos, o caráter de ensinamento da alegoria e sua dupla temporalidade podem funcionar como um primeiro passo para conscientizar as pessoas do aprisionamento em que vivem, vítimas dos grilhões invisíveis de um sistema opressor e injusto, que as desumaniza. A literatura de Saramago observa a realidade e procura, ao denunciar seus problemas, promover a reflexão do leitor, para que este perceba os problemas e os procure solucionar.

Tal como escreveu Marx, o importante não é interpretar o mundo de diferentes maneiras, “do que se trata é de *transformá-lo*” (MARX; ENGELS, 1989, p. 97). Resta saber até quando permaneceremos cegos, ou, até quando ficaremos omissos à nossa responsabilidade de lutar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo, 2004.

ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. Tradução de Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **Aparelhos ideológicos de Estado: Notas sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE)**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª edição.

_____. **Sobre o trabalho teórico**. Tradução: Joaquim José Moura Ramos, Lisboa: Editorial Presença, s/d.

ALTHUSSER, Louis *et alii*. **Polêmica sobre o humanismo**. Tradução de Carlos Braga, Lisboa: Editorial Presença, s/d.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução a partir do francês de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 2ª ed.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Annablume e Hucitec, 2002, 10ª ed.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helene Kühner, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, 6ª ed.

BUENO, André. Formas da crise: relatos da condição humana no capitalismo avançado. In: **Terceira margem: revista do programa de pós-graduação em Letras**. Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade de Letras, Pós-Graduação, Ano VI, nº 7, 2002, p. 7 a 21.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: Estudos de teoria e história literária**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010, 11ª ed.

_____. **Textos de intervenção.** São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2002.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada.** São Paulo: Ática, 2006.

CEVASCO, Maria Elisa. O sentido da crítica cultural. In: Os clássico do pensamento social, **Revista Cult**, janeiro de 2011, edição especial, nº 3, ano 14, São Paulo-SP, p. 19 a 23.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura, uma introdução.** Tradução de Waltencir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 4ª ed.

FIGUEIRA, Ana Maria. **A (Des)Construção da Figura Feminina em Ensaio sobre a Cegueira.** Disponível em http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/cceia/Mestrado-TL/Ensaio_Cegueira_ana_figueira.pdf. Acesso em 12/03/2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999, 5ª ed.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: **Ideação**, Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste, Campus de Foz do Iguaçu, v. 10, nº 1, p. 41-62, 2008.

HANSEN, João Adolfo. **Alegoria: construção e interpretação da metáfora.** São Paulo: Atual, 1986.

JAMESON, Fredric. **O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico.** Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** Tradução de Maria Elisa Cevasco, São Paulo: Ática, 2002, 2ª ed.

_____. **Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios de Fredric Jameson.** Organização e tradução de Ana Lúcia Almeida Gazolla. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

KOTHE, Flávio R. **A alegoria.** SP: Ática, 1986.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Org.: Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LUKÁCS, Georg. Introdução aos escritos Estéticos de Marx e Engels. In: **Ensaio sobre literatura.** Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, 2ª ed.

MAIRE, Gaston. **Platão.** Tradução de Rui Pacheco. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa e Introdução de Jacob Gorender. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. A questão judaica. In: **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **Glosas marginais ao programa do partido operário alemão**. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/gotha.htm>. Acesso em 30/05/2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985, Vol. I., 2ª ed.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985, Vol. II., 2ª ed.

_____. **O capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro Segundo. São Paulo: Nova cultural, 1988, Vol. III, 3ª ed.

_____. **O capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro Terceiro. São Paulo: Nova cultural, 1986, Vol. IV, 2ª ed.

_____. **O capital: crítica da economia política – Livro Primeiro**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: DIFEL, 1985, Vol. I., 10ª ed.

_____. **O capital: crítica da economia política – Livro Primeiro**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Bertrand Brasil-DIFEL, Vol. II, 1987.

MÉSZÁROS, István. **MARX: A teoria da alienação**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **O século XXI – socialismo ou barbárie.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MOREIRA GAMA, Joaquim Cesar. **Abordagem estética e pedagógica do Teatro de Figuras Alegórico.** Disponível em <http://www.portalabrace.org/vicongresso/pedagogia/Joaquim%20Cesar%20Moreira%20Gama.pdf>. Acesso em 17/06/2011.

MUSSE, Ricardo. Marx e a sociologia. In: Os clássico do pensamento social, **Revista Cult**, janeiro de 2011, edição especial, nº 3, ano 14, São Paulo-SP, p. 14 a 17.

O “estado de exceção” Benjaminiano e o III Reich Alemão. Disponível em <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=30>. Acesso em 22/12/2010.

PEREIRA, Maria Luiza Scher; LACERDA, Wagner. **Literatura e política na ficção de José Saramago.** Disponível em http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/055/WAGNER_LACERDA.pdf. Acesso em 25/01/2011.

PEREIRA, Marcelo de Andrade. Barroco, Símbolo e Alegoria em Walter Benjamin. In. Revista **Analecta**, Guarapuava, Paraná, v.8, nº 2, p.47-54, jul/dez 2007.

PLATÃO. **A república.** Tradução de Equipe de tradutores da Editora Martin Claret. São Paulo: Martin Claret, 2000.

SARAMAGO, José. **A caverna.** São Paulo: Companhia das letras, 2008. 10ª reimpressão.

_____. **Ensaio sobre a cegueira.** São Paulo: Companhia das letras, 2008.

_____. **Ensaio sobre a lucidez.** São Paulo: Companhia das letras, 2008.

_____. **Todos os nomes.** São Paulo: Companhia das letras, 1999.

SILVA, Flávia Belo Rodrigues da. **Entre a cegueira e a lucidez:** a tentativa de resgate da essência humana nos “ensaios” de José Saramago. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Disponível em www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/SilvaFBR.pdf. Acesso em 14/04/2011.

SILVA, Luís Cláudio Ferreira; SILVA, Marisa Corrêa. **Diversidade, Ensino e Linguagem.** UNIOESTE - Cascavel – PR. Disponível em http://cac.php.unioeste.br/eventos/iisnel/CD_IISnell/pages/simposios/simposio%2006/A%20PERSONAGEM%20FEMININA%20EM%20SARAMAGO.pdf. Acesso em 20/04/2011.

SLOTERDIJK, Peter. **Regras para o parque humano**: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

SOMMER, Doris. Amor e pátria na América Latina: uma especulação alegórica sobre sexualidade e patriotismo. In: **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Org.: Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VÁSQUES, Adolfo Sánchez. **Filosofia da praxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977, 2ª ed.

VERISSIMO, Erico. **Breve história da literatura brasileira**. Tradução de Maria da Glória Bordini. São Paulo: Globo, 1995.

VIEIRA, Daniela de Araújo. **Alegorias da Cegueira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em http://www.lettras.ufrj.br/ciencialit/trabalhos/2009/danieladearaujo_alegoriasdacegueira.pdf. Acesso em 12/04/2011.

ZANI, Ricardo. Intertextualidade: considerações em torno do dialogismo. In: **Revista Em Questão**, Porto Alegre – RS, v. 9, n° 1, p. 121-132, jan/jun 2003.